



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Rua Barão de Itapary, nº 227 - Bairro Centro
São Luís-MA, CEP 65020-070
(98) 2109-1000 - <http://huufma.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23523.024052/2024-53

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Este Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa para prestação de serviço contínuo no ramo de Engenharia Clínica, com dedicação exclusiva de mão de obra, para manutenção de equipamentos médico-hospitalares, execução do plano de gestão da manutenção, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, calibração, teste de segurança elétrica, controle de qualidade, validação, qualificação, treinamento de operadores, elaboração de especificações/pareceres/laudos técnicos, apoio na fiscalização de serviços prestados por outras contratadas e apoio técnico ao gerenciamento de equipamentos médico-hospitalares** instalados no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA) e em seus anexos, de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes deste Termo de Referência.

1.2. Trata-se de contratação de serviço comum de engenharia, de natureza continuada, sem registro de preços e com dedicação exclusiva de mão de obra.

1.3. O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, pelo prazo inicial de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado sucessivamente, mediante interesse de ambas as partes, até o limite máximo de 05 (cinco) anos.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, criada pela Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade. Além disso, apoia as instituições públicas federais de ensino e congêneres nas atividades de ensino, pesquisa, extensão, ensino-aprendizagem e formação de pessoas no campo da saúde pública.

2.2. Trata-se de uma empresa estatal dependente da União, que atua exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo responsável pela maior rede de hospitais públicos do país. Atualmente, sua atuação integra a Administração Central e 45 Hospitais Universitários Federais (HUFs), nos quais promove a gestão hospitalar com foco em qualidade, eficiência e excelência, enfrentando dois dos maiores desafios nacionais: saúde e educação.

2.3. O Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - HU-UFMA integra a Rede Ebserh e desempenha papel estratégico no atendimento de média e alta complexidade aos usuários do SUS no estado do Maranhão, além de atuar como campo de prática para ensino, pesquisa e extensão em cursos da área da saúde. Essa característica peculiar implica em uma estrutura tecnológica hospitalar ampla e diversificada, necessária para sustentar a complexidade assistencial e acadêmica.

2.4. A manutenção contínua e ininterrupta dos equipamentos médico-hospitalares (EMH) do HU-UFMA é condição essencial para garantir padrões de qualidade, segurança e eficácia, conforme parâmetros de organismos nacionais e internacionais, além das especificações técnicas dos fabricantes. A adequada gestão deste parque tecnológico reduz riscos assistenciais, otimiza custos, promove maior rastreabilidade e assegura disponibilidade com sustentabilidade ambiental.

2.5. Atualmente, o HU-UFMA conta com empresa terceirizada contratada para prestar serviços especializados de Engenharia Clínica, abrangendo manutenção, calibração, treinamentos de utilização, apoio à especificação de produtos e gerenciamento de EMH. Contudo, a vigência desse contrato encontra-se em fase final, não sendo mais possível nova prorrogação, razão pela qual se faz necessária a elaboração de novo contrato para assegurar a continuidade dos serviços essenciais. Além disso, a contratação permitirá a atualização das regras contratuais, alinhando-as às normas mais recentes, como a RDC/ANVISA nº 509, de 27 de maio de 2021, que dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde nos estabelecimentos de saúde, e à ABNT NBR 15.943/2011, que estabelece diretrizes para programas de gerenciamento de equipamentos de saúde e de infraestrutura hospitalar.

2.6. No presente processo para a manutenção do parque de equipamentos do HU-UFMA, considerou-se a necessidade de contratação de empresa com qualificação compatível com a demanda de um hospital universitário de grande porte, referência em atendimentos de média e alta complexidade. Nesse contexto, a experiência da empresa contratada é fator essencial, pois o gerenciamento completo das instalações requer atuação eficaz, eficiente e efetiva de profissionais especializados, com habilitação e expertise superiores às usualmente encontradas no mercado, sobretudo na gestão e manutenção de infraestrutura em saúde, a fim de garantir suporte adequado à qualidade da assistência prestada. Ressalte-se que hospitais possuem normativos próprios que regulamentam o uso de insumos e até procedimentos específicos de manutenção, circunstância que exige da empresa de Engenharia Clínica conhecimento técnico aprofundado para tomada de decisões assertivas, especialmente considerando a multiplicidade de equipamentos médico-hospitalares presentes em estabelecimentos assistenciais de saúde, muitos deles diretamente relacionados à monitorização, ao diagnóstico e até à substituição de funções vitais do corpo humano.

2.7. Assim, torna-se imprescindível a contratação de nova empresa, especializada para garantir a adequada

gestão, manutenção e suporte técnico ao parque de EMH do HU-UFMA, contemplando benefícios como:

- I - Celeridade nos reparos com reposição de peças quando necessário, reduzindo o tempo de indisponibilidade de equipamentos críticos e assegurando a continuidade dos atendimentos, consultas, exames e procedimentos.
- II - Qualidade e presteza nos serviços prestados, com maior segurança para pacientes e usuários, agregando economia aos processos de trabalho.
- III - Registro histórico de manutenção e custos, fornecendo subsídios para decisões gerenciais quanto à incorporação tecnológica ou descarte de equipamentos por obsolescência.
- IV - Criação e monitoramento de indicadores de desempenho, permitindo ajustes contínuos de gestão.
- V - Cumprimento integral da RDC/ANVISA nº 509/2021 e da ABNT NBR 15.943/2011, garantindo rastreabilidade dos processos de gestão tecnológica em saúde.
- VI - Calibração e ensaios de desempenho conforme normas vigentes e especificações de fabricantes, assegurando confiabilidade diagnóstica e terapêutica e reduzindo riscos de falhas e eventos adversos.
- VII - Treinamento e capacitação periódica do corpo clínico e assistencial, minimizando problemas decorrentes de uso inadequado ou imperícia.

2.8. Dessa forma, a contratação constitui-se na **alternativa mais eficiente e eficaz para assegurar a continuidade, a qualidade e a segurança da assistência hospitalar**, em consonância com a missão institucional da Ebserh e os compromissos do HU-UFMA com a população usuária do SUS.

2.9. Alinhamento ao Planejamento Institucional

2.9.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Institucional do HUUFMA/Ebserh, estando prevista no Acordo Organizativo de Compromissos (AOC) da Unidade Hospitalar, em consonância com os objetivos estratégicos de assegurar a continuidade, segurança e eficiência dos serviços assistenciais, de ensino e pesquisa.

2.9.2. A contratação contribui diretamente para a manutenção da disponibilidade e confiabilidade do parque tecnológico hospitalar, elemento essencial à execução da missão institucional da Ebserh no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo ao disposto no art. 32, inciso II, do RCC v. 3.0.

3. VOCABULÁRIO TÉCNICO

3.1. Com o objetivo de padronizar o vocabulário técnico utilizado neste Termo de Referência, fica definida a adoção dos seguintes conceitos:

- I - **Acessórios:** componentes
- II - **Externos passíveis de substituição de acordo com o perfil do paciente ou aplicação e como exemplo:** Bisturis Elétricos (Carro de Transporte, Placa de retorno, Pedal, Canetas e Pinças), Blenders, Mangueiras e Válvulas reguladoras de pressão de Ar e Oxigênio, Válvulas de Impacto (BI), Fluxômetros, Monitor Cardíaco (Cabos de Paciente), Capnógrafos (Sensores de etco2), Eletrocardiógrafos (Cabos de Paciente, Eletrodos e Clips), Oxímetro (Sensor de spo2), Ventiladores pulmonares (Circuitos, Válvulas, Membranas e Pedestal), Tensiômetros (Braçadeiras, Peras, Válvulas e Pedestal), Ultrassom (transdutores), Umidificador (Sensor de Temperatura e Jarra de umidificação);
- III - **Apoio Técnico:** Conjunto de ações de cunho intelectual e operacional desenvolvidas pela contratada para subsidiar a tomada de decisões pela contratante, quanto à gestão plena do parque de Equipamentos Médico-Hospitais da Instituição.
- IV - **Anvisa** - Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- V - **Atendimento Técnico** é a presença de técnico da CONTRATADA, no local de instalação dos equipamentos, dentro do Horário Regular de Prestação do Serviço, para execução de uma Manutenção Corretiva ou Movimentação demandada, tendo como resultado um documento de Atendimento Técnico individual, ou seja, por Equipamento Médico atendido;
- VI - **Atendimento Técnico Emergencial** é a presença de técnico da CONTRATADA, no local de instalação dos equipamentos, para execução de uma Manutenção Corretiva Emergencial demandada, tendo como resultado um documento de Atendimento Técnico individual, ou seja, por Equipamento Médico atendido;
- VII - **BDI ou Bonificações e Despesas Indiretas** - taxa correspondente às despesas indiretas e ao lucro que, aplicada ao custo direto de um empreendimento (materiais, postos de trabalho, equipamentos), eleva-o ao seu valor final. Assim, os índices BDI(se) e BDI(ma), propostos neste Termo de Referência contemplarão todas as despesas com encargos, impostos, taxas e administração, tais como seguros, fretes, dentre outros;
- VIII - **Calibração** é um conjunto de ações que visa assegurar a confiabilidade de um instrumento de

medição por meio da comparação do valor aferido no equipamento com um Padrão, tendo como resultado um documento de Calibração individual, ou seja, por Equipamento Médico atendido, assinado por Responsável Técnico e rastreável à Rede Brasileira de Calibração (RBC - INMETRO). Os documentos de Calibração devem estar em conformidade com a Norma ABNT NBR IEC 17025:2005, e demais normas e/ou legislações aplicáveis, e apresentar no mínimo as seguintes informações: os padrões utilizados com suas respectivas rastreabilidades, os pontos de aferição para cada parâmetro, os valores das leituras realizadas para cada ponto, o valor da média das leituras em cada ponto, a faixa de aceitação para cada ponto, a faixa da “média das leituras $\pm U_k$ ” para cada ponto e o resultado da conformidade normativa (APROVADO ou REPROVADO) para cada ponto de aferição;

IX - **Chamado Técnico** é a solicitação feita pela CONTRATANTE à CONTRATADA, dentro do Horário Regular de Prestação do Serviço, para atendimento de uma demanda de Manutenção Corretiva ou Movimentação;

X - **Chamado Técnico Emergencial** é a solicitação eventual feita pela CONTRATANTE à CONTRATADA, fora do Horário Regular de Prestação do Serviço, para atendimento de uma demanda de Manutenção Corretiva Emergencial;

XI - **Custo de Serviços:** o custo dos serviços será composto pelos gastos mensais com os postos de trabalho, acrescido do ressarcimento dos insumos necessários à manutenção, preventiva, corretiva e serviços eventuais e transporte;

XII - **Central de equipamentos:** é uma estrutura física dentro do hospital, que acondiciona equipamentos de reserva que serão solicitados pelos setores assistenciais cobertos diante de uma necessidade especial. Nesta central de equipamentos ocorrerá apenas a ação de recolhimento, guarda e disponibilização de equipamentos médico-assistenciais e laboratoriais;

XIII - **Defeito:** anormalidade operacional ou funcional de um equipamento ou sistema. O defeito pode ocorrer sem impedir eficiência do equipamento ou sistema;

XIV - **Engenharia Clínica (EC) ou Setor de Engenharia Clínica (STEC):** Setor vinculado à Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar responsável pela gestão dos serviços em Equipamentos médico-assistenciais da Unidade Hospitalar.

XV - **Equipamento Médico (EM)** é o equipamento de uso em saúde com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, terapia, reabilitação ou monitorização de seres humanos e, ainda, os com finalidade de embelezamento e estética. O Equipamento Médico pode ser composto pelo seu módulo principal, seus módulos secundários, seus acessórios e seus Equipamentos Auxiliares;

XVI - **Equipamento médico-hospitalar (EMH)** é o equipamento ou sistema, incluindo seus acessórios e componentes, de uso ou aplicação médica, odontológica ou laboratorial, destinado direta ou indiretamente ao diagnóstico, terapia e monitoramento na assistência à saúde da população. Sua função principal não se dá por meio farmacológico, imunológico ou metabólico, embora possa ser auxiliado por tais meios em determinadas situações;

XVII - **Equipamento Auxiliar** é o equipamento que compõe um Equipamento Médico, porém com características de apoio, tais como: Computadores e Impressoras, Gravador de Mídia, Osmose Reversa, Nobreaks etc.;

XVIII - **Equipe Interna:** equipe de Engenharia Clínica da instituição, podendo esta ser composta por pessoal próprio e/ou pessoal terceirizado;

XIX - **Especificação:** é o conjunto de preceitos destinados a fixar as características, condições ou requisitos mínimos exigíveis para os materiais, elementos ou subconjuntos dos componentes de equipamentos e sistemas;

XX - **Falha:** anormalidade num equipamento ou sistema, com interrupção da capacidade de desempenhar sua função.

XXI - **Ferramenta** é todo e qualquer dispositivo físico que forneça uma vantagem de trabalho, e/ou acessório ou consumível deste, necessário para reparar um Equipamento Médico e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido;

XXII - **Ferramenta de uso Individual** é a ferramenta de uso mais regular;

XXIII - **Ferramenta de uso Coletivo** é a ferramenta de uso mais eventual;

XXIV - **Fiscal do Contrato:** é a designação dada ao Servidor subordinado diretamente ao Gestor, e por ele escolhido, para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução das diversas tarefas e serviços, sendo que as decisões e providências deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes;

XXV - **Gestor do Contrato:** é o servidor especialmente designado pela Ebserh para acompanhar a execução das diversas tarefas inerentes ao Contrato, anotando qualquer irregularidade, por meio de sistema próprio, do início ao término da vigência do Contrato;

XXVI - **Horário Regular de Prestação do Serviço** compreende os dias/horários para usual prestação do serviço, conforme disposto neste Termo de Referência;

XXVII

- **Inspeção** é uma ação de rotina, onde realiza-se uma verificação em Equipamentos Médico-Hospitalares junto a locais específicos, que inclui Teste de Operação, visando averiguar o correto funcionamento dos Equipamentos Médico-Hospitalares do local, reduzindo a probabilidade de falhas ou a degradação do funcionamento de um item, tendo como resultado um documento formal com o Nome/Assinatura do Técnico Executor, Nome/Assinatura do Responsável do Corpo Clínico pelo local inspecionado e Nome/Assinatura do Responsável pelo Ateste da Engenharia Clínica;

XXVIII

- **Instalações e Sistemas:** conjunto de equipamentos, elementos ou materiais ligados fisicamente ou não, os quais através do desempenho de suas funções individuais contribuem para uma mesma função;

XXIX - **Instrumento de medição de resultado (IMR):** mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;

XXX - **Manutenção:** conjunto de atividades exercidas pela equipe fixa, com o objetivo de assegurar, com substituição ou não de equipamentos e subsistemas já existentes, plena capacidade e condições de funcionamento contínuo e confiável às instalações, não se incluindo nesta denominação os serviços eventuais, ou seja, que impliquem em ampliação ou modificação de projeto e especificações dessas instalações, sistemas e equipamentos;

XXXI - **Manutenção Corretiva** é uma intervenção não previamente planejada, onde realiza-se um conjunto de ações destinada a corrigir uma falha ou degradação de um equipamento;

XXXII

- **Manutenção Preventiva** é uma intervenção previamente planejada, onde realiza-se um conjunto de ações de intervalos predeterminados e de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação de um equipamento, tendo como resultado um documento de Manutenção Preventiva individual, ou seja, por Equipamento Médico atendido;

XXXIII

- **Material de Reposição:** todo e qualquer material ou peça necessária para a consecução das rotinas de manutenção corretiva, como por exemplo: lâmpada, bateria, fusível, etc.;

XXXIV

- **Movimentação** é uma intervenção onde realiza-se a instalação e/ou desinstalação, ou seja, montagem e/ou desmontagem, do equipamento de um local para outro;

XXXV - **Nível Básico e Nível Avançado:** é o conjunto de critérios qualitativos e quantitativos para priorizar o nível de manutenção dentro do PGM, tornando-o economicamente viável de acordo com as recomendações do fabricante, importância estratégica, classe de risco e quantificação de desempenho.

XXXVI

- **Normas Técnicas:** designação genérica do conjunto de métodos, especificações, padronizações e terminologias estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e outras, para a execução dos serviços de manutenção e operação dos sistemas e/ou equipamentos.

XXXVI

I - **Ocorrência:** qualquer acontecimento não previsto na rotina dos programas de manutenção ou operação;

XXXVI

II - **Ordem de Serviço (OS)** é o registro em sistema da Manutenção Corretiva, Movimentação, Manutenção Preventiva, Ronda Setorial e Inspeção de Equipamentos Críticos e de todas as suas respectivas informações;

XXXIX

- **Ordem de Serviço Aberta** é a demanda de Manutenção Corretiva ou Movimentação que ainda não foi atendida ou que está em primeiro Atendimento Técnico, ou a demanda de Manutenção Preventiva, Ronda Setorial e Inspeção de Equipamentos Críticos dentro do prazo planejado para execução, que ainda não foi executada ou está em execução;

XL - **Ordem de Serviço Executada:** demanda de Chamado Técnico que já foi solucionada.

XLI - **Ordem de Serviço Interna:** demanda de Chamado Técnico que envolve apenas o serviço técnico da Equipe Interna.

XLII - **Ordem de Serviço Pendente** é a demanda de Manutenção Corretiva ou Movimentação que já foi inicialmente atendida, mas sua efetiva execução está dependendo de algum outro item, tais como Aguardando Aplicação de Peça/Acessório, Aguardando Aplicação de Serviço Especializado etc., ou a demanda de Manutenção Preventiva, Ronda Setorial e Inspeção de Equipamentos Críticos, fora do prazo planejado para execução, que ainda não foi executada ou sua efetiva execução está dependendo

de algum outro item, tais como Aguardando Emissão de Certificado etc.;

XLIII - Ordem de Serviço Concluída é a demanda de Manutenção Corretiva, Movimentação, Manutenção Preventiva, Ronda Setorial e Inspeção de Equipamentos Críticos que já foi efetivamente executada;

XLIV - Padrão é o equipamento analisador que afere valor de um parâmetro ajustado no Equipamento Médico, ou o equipamento simulador que reproduz valor de um parâmetro captado pelo Equipamento Médico;

XLV - Plano de Manutenção Programada é o planejamento de todas as Manutenções Preventivas, Calibração, Teste de Segurança Elétrica, Controle de Qualidade, Validação, Qualificação Rondas Setoriais e Inspeção de Equipamentos Críticos de um Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares;

XLVI - Prazo de Atendimento Técnico: período transcorrido entre a abertura do Chamado Técnico e o primeiro Atendimento Técnico.

XLVII - Prazo de Reparo: período transcorrido entre o Chamado Técnico e o efetivo restabelecimento do funcionamento dos equipamentos.

XLVIII

- **Preposto ou Responsável:** Representante legal que se reporta diretamente ao Gestor do Contrato e diligencia todas as tarefas sobre seus postos de trabalho, quando na ausência do Responsável Técnico ou Outorgante da Empresa.

XLIX - Posto de Trabalho: é aplicada em princípio ao espaço que realiza uma atividade trabalhista, tendo como referência todas as características e atribuições de acordo com a IN nº 05 de 2017;

L - Qualificação: operações documentadas de acordo com testes pré-determinados e critérios de aceitação definidos, garantindo que fornecedores, insumos, equipamentos e instrumentos atendam a requisitos especificados, tendo como produto a emissão de um relatório técnico contendo resultados e recomendações;

LI - Qualificação da Instalação é a evidência documentada, fornecida pelo fabricante ou distribuidor, de que o equipamento foi entregue e instalado de acordo com as suas especificações;

LII - Qualificação de Operação é a evidência documentada, fornecida pelo fabricante ou distribuidor, de que o equipamento, após a qualificação da instalação, opera dentro dos parâmetros originais de fabricação;

LIII - Qualificação de Desempenho é a evidência documentada de que o equipamento, após as qualificações de instalação e operação, apresenta desempenho consistente por no mínimo 03 ciclos sucessivos do processo, com parâmetros idênticos, utilizando-se pelo menos a carga de maior desafio, determinada pelo serviço de saúde, tendo como resultado um documento de Qualificação de Desempenho individual, ou seja, por Equipamento Médico atendido, assinado por Engenheiro Responsável Técnico e rastreável à Rede Brasileira de Calibração (RBC - INMETRO). Os documentos de Qualificação de Desempenho devem estar em conformidade com a RDC n. 15, e apresentar no mínimo as seguintes informações: os padrões utilizados com suas respectivas rastreabilidades, os valores das leituras realizadas para cada ciclo, a faixa de aceitação para cada ciclo, e o resultado da conformidade normativa para cada ciclo de aferição;

LIV - Rastreabilidade: capacidade de traçar o histórico, a aplicação ou a localização de um equipamento médico-hospitalar por meio de informações previamente registradas

LV - Ronda Setorial é uma ação previamente planejada, onde realiza-se uma rotina de verificação detalhada em Equipamentos Médico-Hospitalares junto a áreas críticas da instituição, que inclui Teste de Operação, visando averiguar o correto funcionamento de todos os Equipamentos Médico-Hospitalares (EM) da área, reduzindo a probabilidade de falhas ou a degradação do funcionamento de um item, tendo como resultado um documento formal com o Nome/Assinatura do Técnico Executor, Nome/Assinatura do Responsável do Corpo Clínico pela área inspecionada e Nome/Assinatura do Responsável pelo Ateste da Engenharia Clínica;

LVI - Inspeção de Equipamento Crítico é uma ação previamente planejada, realizada trimestralmente pelo técnico, quando se faz uma verificação detalhada dos Equipamentos Críticos, que inclui a verificação da alimentação elétrica, acessórios, gabinete, integridade das etiquetas e o funcionamento. O objetivo é antecipar possíveis anomalias ou danos;

LVII - Serviços eventuais: conjunto de serviços não rotineiros inerentes e necessários à adaptação, adequação, recuperação, conserto, conservação e reparo de instalações prediais e seus componentes que, mesmo que tenham natureza preventiva ou adaptativa, não sejam executados diretamente pela equipe fixa de manutenção.

LVIII - SESMT e SOST: Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho e Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho.

LIX - **Tempo de Atendimento Técnico** é o período transcorrido, em dias/horas, entre a Solicitação do Chamado Técnico e o primeiro Atendimento Técnico deste chamado

LX - **Tempo de Atendimento Técnico Emergencial** é o período transcorrido, em dias, entre o Chamado Técnico Emergencial e o primeiro Atendimento Técnico deste chamado;

LXI - **Tempo de Solução Técnica** é o período transcorrido, em dias, entre o Chamado Técnico, ou o Chamado Técnico Emergencial, e a efetiva solução deste chamado

LXII - **Teste de Segurança Elétrica** é um conjunto de testes que avaliam as correntes de fuga, a corrente auxiliar através do paciente, e a resistência de aterramento de um equipamento, tendo como resultado um documento de Teste de Segurança Elétrica individual, ou seja, por Equipamento Médico atendido, assinado por Responsável Técnico e rastreável à Rede Brasileira de Calibração (RBC - INMETRO). Os documentos de Teste de Segurança Elétrica devem estar em conformidade com a Norma ABNT NBR IEC 60601-1, e demais normas e/ou legislações aplicáveis, e apresentar no mínimo as seguintes informações: os padrões utilizados com suas respectivas rastreabilidades, os valores das leituras realizadas para cada parâmetro, a faixa de aceitação para cada parâmetro e o resultado da conformidade normativa (APROVADO ou REPROVADO) para cada parâmetro de aferição.

4. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

4.1. **Descrição/Especificação do Objeto**

4.1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa especializada em Engenharia Clínica para prestação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo manutenção preventiva, corretiva e apoio técnico-gerencial, destinados ao Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA) e seus anexos, em conformidade com as condições e especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

4.1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela abaixo:

Grupo	Item	Descrição/Especificação	Identificação CATSER	Unidade (mês)	Quantidade	V. Unit.	V. Total
1	1	Serviço contínuo no ramo de Engenharia Clínica, com dedicação exclusiva de mão de obra, para manutenção de equipamentos médico-hospitalares, execução do plano de gestão da manutenção, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, calibração, teste de segurança elétrica, controle de qualidade, validação, qualificação, treinamento de operadores, elaboração de especificações/pareceres/laudos técnicos, apoio na fiscalização de serviços prestados por outras contratadas e apoio técnico ao gerenciamento de equipamentos médico-hospitalares instalados no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA) e em seus anexos.	16055	Unidade	12	R\$	R\$
	2	Serviços eventuais e mensais de intermediação, por meio de subcontratação, destinados à execução de atividades especializadas de manutenção preventiva e corretiva, calibração, qualificação, certificação, treinamento, transporte e instalação de equipamentos médico-hospitalares.	16055	Unidade	12	R\$	R\$
	3	Serviços eventuais e mensais de intermediação de fornecimento e aplicação de peças e insumos não básicos para serviços de operação, manutenção corretiva, preventiva, calibração e qualificação.	16055	Unidade	12	R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$	R\$

4.1.2.1. Quando da inclusão da proposta no sistema Compras.gov.br, deverá ser lançado o valor correspondente à unidade (mês), o qual deverá refletir o montante total mensal.

4.1.3. O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, mediante interesse de ambas as partes, até o limite máximo de 05 (cinco) anos.

4.1.4. Os serviços de engenharia clínica a serem executados durante a vigência do contrato, relacionados ao gerenciamento de equipamentos médico-hospitalares (EMH), incluídos no **APÊNDICE I** de forma não exaustiva, compreendem:

- 4.1.4.1. Recebimento e aceitação de equipamentos.
- 4.1.4.2. Montagem e desmontagem de EMH quando necessários.
- 4.1.4.3. Levantamento, cadastramento, elaboração e manutenção de prontuário de equipamentos, bem como organização e atualização destes.
- 4.1.4.4. Manutenção corretiva dos equipamentos listados e classificados no **APÊNDICE I**.
- 4.1.4.5. Manutenção preventiva dos equipamentos listados e classificados no **APÊNDICE I**.
- 4.1.4.6. Realizar calibração dos equipamentos listados e classificados no **APÊNDICE I**.
- 4.1.4.7. Realizar Ronda Setorial e Inspeção de Equipamentos Críticos.
- 4.1.4.8. Gerenciar a qualificação de desempenho para os equipamentos utilizados na limpeza automatizada e na esterilização de produtos para saúde (por exemplo as autoclaves e termodesinfectora), atendendo as exigências na legislação, conforme RDC Nº 15, de 15 de março de 2012 da Anvisa.
- 4.1.4.9. Teste de funcionalidade e Teste de Segurança Elétrica dos EMH listados e classificados no **APÊNDICE I**, quando aplicáveis.
- 4.1.4.10. Elaboração de especificação técnica de partes, peças e acessórios de equipamentos, e auxílio no processo de compra, de acordo com modelo disponibilizado pela fiscalização.
- 4.1.4.11. Registro histórico de intervenções técnicas dos equipamentos, tanto serviços internos como serviços externos de empresas contratadas.
- 4.1.4.12. Auxílio no Planejamento, Seleção e Aquisição de novos equipamentos.
- 4.1.4.13. Auxílio na elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica, de incorporação de tecnologia, de obsolescência tecnológica, de atualizações etc., referentes aos EMH. A contratada, por meio de sua equipe técnica, deverá assessorar na incorporação de novas tecnologias.
- 4.1.4.14. Apoio técnico no gerenciamento de riscos e controle de qualidade com análise de segurança em equipamentos médico-hospitalares.
- 4.1.4.15. Elaboração de procedimentos operacionais de manutenção preventiva, testes de funcionalidade e calibração dos equipamentos.
- 4.1.4.16. Apoio técnico e consultoria na elaboração do Plano de Gerenciamento, sendo de sua responsabilidade implantar e executar o Plano de Gerenciamento de Tecnologias em Saúde relacionado aos EMH que estão no escopo deste Termo de Referência, de forma a atender pelo menos os critérios mínimos dispostos no regulamento técnico aprovado na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 509, de 27 de maio de 2021 da Anvisa e também as orientações técnicas conforme a norma NBR/ABNT 15.943/2011, que dá as diretrizes para um programa de gerenciamento de equipamentos de infraestrutura de serviços de Saúde e de equipamentos para a saúde.
- 4.1.4.17. Auxiliar nas ações de tecnovigilância, no registro e notificação de queixas técnicas e eventos adversos envolvendo as tecnologias em saúde, conforme disposto em normas e guias específicos referentes à notificação no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- 4.1.4.18. Auxiliar na gestão e controle de documentos como notas fiscais, contratos e ordens de serviços técnicos (internas e externas) e atividades relacionadas ao levantamento do histórico de aquisições e serviços.
- 4.1.4.19. Quando solicitado, deverá participar na elaboração e implantação do Plano de Segurança do Paciente, em conjunto com os Engenheiros Clínicos e com o Núcleo de Segurança do Paciente - NSP da CONTRATANTE, colaborando no estabelecimento de estratégias e ações de gestão de risco relacionados aos EMH do Plano de Gerenciamento de Tecnologias em Saúde, conforme Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 36, de 25 de julho de 2013, da Anvisa.
- 4.1.4.20. Realizar pesquisa de preços de mercado e cotações com empresas fornecedoras de produtos para auxílio nos processos de compras relacionados a EMH, incluindo suas peças, partes e acessórios.
- 4.1.4.21. Realizar pesquisa de preços de mercado e cotações com empresas prestadoras de serviços para auxílio nos processos de contratação de serviços técnicos externos relacionados a EMH, incluindo suas peças, partes e acessórios.
- 4.1.4.22. Participar da Elaboração de Plano de Treinamentos e execução de Treinamentos de usuários de EMH e demais profissionais indicados pela CONTRATANTE.
- 4.1.4.23. Implantação e execução de programa de educação continuada de operação e segurança dos equipamentos para corpo clínico e de enfermagem e capacitação anual do corpo técnico da Engenharia Clínica.

4.1.4.24. Acompanhamento de empresas contratadas pelo HU-UFMA para a realização de serviços em EMH, incluindo calibração, manutenção corretiva e preventiva, conforme **APÊNDICE I**.

4.1.4.25. Consultoria na gestão de tecnologias e equipamentos médico-assistenciais instalados no HU-UFMA.

4.1.4.26. Atividades de gestão de tecnologias e EMH que competem aos serviços de engenharia clínica do HU-UFMA.

4.1.5. O presente termo de referência visa orientar o processo de contratação e definir o conjunto de elementos técnicos que deverão nortear a execução das atividades, a fim de assegurar qualidade, racionalidade, economicidade, eficiência e eficácia à instituição.

4.1.6. Os licitantes deverão prever na planilha de custos e formação de preços, em relação a cada um dos elementos do BDI, preferencialmente os valores referenciais do quartil médio, conforme disposições do [Acórdão TCU n.º 2.622/2013-Plenário](#), uma vez que esses são os que tendem a melhor representar a média de valor de mercado. De outro modo, será admissível a adoção de percentual superior, até o limite do terceiro quartil do BDI, apenas se for apresentada justificativa técnica, para cada elemento do BDI, que fundamente a adoção de percentual distinto, considerando eventuais dificuldades específicas do objeto contratado que devem ser categoricamente demonstradas.

4.1.6.1. O valor percentual do BDI deverá ser reduzido ou excluído, conforme o caso, quando verificado que os preços relativos à aplicação de peças e serviços especializados já embutem um ou mais custos indiretos necessários à execução daqueles encargos contratuais.

4.1.7. A descrição da solução teve como base a discussão extraída do Estudo Técnico Preliminar, no entanto, modificações podem ter sido realizadas com o intuito de melhor descrever o objeto a ser licitado.

4.1.8. O objeto especifica os serviços a serem executados pela CONTRATADA, bem como estabelece os critérios, parâmetros, requerimentos mínimos de qualidade e condições gerais para a condução dos serviços sob sua responsabilidade.

4.1.9. Em razão das características do objeto a ser contratado e em função da especificação suficientemente detalhada neste Termo de Referência e seus complementos, que dispensam a elaboração de um projeto executivo.

4.1.10. Havendo divergência entre o descritivo do Termo de Referência e o descritivo do CATSER, **prevalece o descritivo apresentado neste Termo de Referência.**

4.2. **Parcelamento do Objeto**

4.2.1. A adoção do **agrupamento dos itens** justifica-se pela similaridade e pela natureza complementar dos serviços, todos pertencentes ao mesmo ramo de atividade, o que facilita a fiscalização contratual e gera economia de escala decorrente da contratação unificada, promovendo maior eficiência administrativa.

4.2.2. Considerando a limitação da capacidade operacional e administrativa do Setor de Engenharia Clínica para gerenciar múltiplos contratos distintos, seria inviável a fragmentação do objeto em contratações separadas para atender todo o parque de equipamentos médico-hospitalares e a singularidade das atividades envolvidas.

4.2.3. Adicionalmente, o agrupamento proporciona ganho de eficiência na gestão contratual, uma vez que a ausência dessa medida resultaria na atuação de diversos fornecedores para execução de serviços que possuem a mesma finalidade, ocasionando sobreposição de responsabilidades, dificuldades de compatibilização de demandas e riscos à continuidade assistencial.

4.2.4. Dessa forma, os serviços deverão ser julgados em **um único grupo (Grupo 1)**, por possuírem relação direta entre si e finalidades convergentes, assegurando **uniformidade, compatibilidade, economicidade e melhor gestão contratual.**

4.3. **Da Classificação dos Serviços**

4.3.1. **Os itens descritos neste Termo de Referência são classificados como serviços comuns de engenharia** com respaldo no **Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh (RCC) v3.0**, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais do mercado.

4.3.2. Trata-se de **serviço comum de engenharia, continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva**, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. **Participação de ME/EPP**

4.4.1. Conforme disposto no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123 de 2006, não será dado tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, pois tal concessão poderia acarretar desvantagens significativas para a Administração Pública. Ao abrir mão de tratamentos preferenciais, evita-se possíveis limitações na qualidade técnica dos serviços prestados. Empresas de menor porte

podem não possuir a mesma capacidade técnica e operacional que empresas maiores, o que poderia comprometer a excelência e eficácia dos serviços de engenharia clínica demandados. Além disso, a não diferenciação garante a competição justa entre todas as empresas especializadas no setor, estimulando a busca pela excelência e inovação.

4.5. **Execução Indireta**

4.5.1. O Decreto nº. 9507/18, nos termos de seu artigo 1º, cuidou especificamente da "execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União".

4.5.2. Em observância ao PARECER N.º 9/2019/SJAA/CONJUR/PRES-EBSERH, declara-se que as atividades executadas indiretamente são passíveis de terceirização.

4.5.3. A contratação indireta para ocupar um posto de trabalho para o qual não existe no plano de cargo e carreira da Ebserh, pode ser justificada por várias razões:

4.5.3.1. **Economicidade:** Ao transferir atividades para empresas especializadas, a organização pode se beneficiar de economias de escala, reduzindo custos operacionais, despesas com pessoal, treinamento e infraestrutura

4.5.3.2. **Aumento da Eficiência e produtividade:** Empresas especializadas em terceirização muitas vezes têm processos otimizados e recursos dedicados para realizar determinadas tarefas de forma mais eficiente e produtiva do que uma organização interna

4.5.3.3. **Flexibilidade e Agilidade:** Terceirizar permite à organização adaptar-se rapidamente a mudanças nas demandas do mercado ou nas necessidades operacionais

4.5.4. Importante enfatizar que a contratação deste tipo de mão de obra se faz necessária, já que a Ebserh não contempla cargos no seu plano de carreira.

4.5.5. Ressalte-se que o Engenheiro alocado como Coordenador de Manutenção em Equipamentos e Instrumentos Médico-Hospitalares pela empresa contratada exerce atribuições estritamente operacionais e vinculadas à execução do contrato, voltadas à coordenação técnica da equipe terceirizada, ao acompanhamento diário dos serviços e ao controle de prazos e procedimentos, não se confundindo com as atribuições do Engenheiro integrante do quadro efetivo da EBSEH, que atua ao nível institucional, estratégico e como responsável técnico formal. Assim, a exigência desse posto não configura substituição de cargo público, mas medida necessária para assegurar a adequada execução técnica do contrato, compatível com a complexidade do parque tecnológico do HU-UFMA.

4.6. **Visita Técnica ou Dispensa de Visita**

4.6.1. Com o objetivo de proporcionar à licitante o pleno conhecimento das condições e peculiaridades das instalações do local de execução dos serviços no Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Maranhão - HU-UFMA/EBSEH, a visita técnica prévia é facultativa, ficando a critério da licitante a sua realização.

4.6.2. A visita técnica, quando realizada, tem por finalidade permitir que a licitante conheça in loco as instalações físicas, os ambientes assistenciais e administrativos, a distribuição e o quantitativo dos equipamentos médico-hospitalares, as condições de infraestrutura elétrica, hidráulica e de gases medicinais, bem como os fluxos operacionais, rotinas de manutenção e demais condições técnicas, operacionais e ambientais que possam interferir na adequada execução dos serviços contínuos no ramo de Engenharia Clínica, no âmbito do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA).

4.6.3. A visita deverá ser realizada mediante agendamento prévio junto ao **Setor de Engenharia Clínica da HU-UFMA/EBSEH, pelo telefone (98) 2109-1066 ou pelo e-mail stec.hu-ufma@ebserh.gov.br** de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 12h e das 14h às 17h, e será acompanhada por servidor designado pela Administração.

4.6.4. O representante da licitante deverá estar devidamente identificado, mediante apresentação de documento oficial de identificação e de documento comprobatório de designação pela empresa. Quando realizada, será emitida Declaração de Visita Técnica, conforme modelo constante no Apêndice II - Modelo Declaração de Visita Técnica deste Termo de Referência, exclusivamente para fins de registro administrativo.

4.6.5. As despesas decorrentes da realização da visita técnica correrão por conta exclusiva da licitante, não cabendo qualquer ressarcimento por parte da Administração.

4.6.6. A visita técnica, quando realizada, poderá ocorrer até o dia útil imediatamente anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, desde que previamente agendada junto ao **Setor de Engenharia Clínica da HU-UFMA/EBSEH**, observado o horário de atendimento estabelecido neste Termo de Referência.

4.6.7. Alternativamente à visita técnica, a licitante poderá apresentar declaração formal de que possui pleno conhecimento do objeto, das condições locais de execução dos serviços e das peculiaridades inerentes ao ambiente hospitalar, assumindo inteira responsabilidade pela correta formulação da proposta e pela execução contratual, sem possibilidade de alegar desconhecimento posterior, conforme Apêndice III - Modelo de Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica.

4.6.8. A não realização da visita técnica não poderá ser utilizada como fundamento para inabilitação ou desclassificação, competindo exclusivamente à licitante avaliar a necessidade de sua realização para adequada

elaboração da proposta. Nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo dos Acórdãos nº 2939/2018-Plenário e nº 12607/2023-Primeira Câmara, a Administração assegura a possibilidade de substituição da visita técnica por declaração de pleno conhecimento, preservando a competitividade do certame e transferindo à licitante a responsabilidade integral pela avaliação das condições locais e pela exequibilidade de sua proposta.

4.7. **Materiais a serem Disponibilizados**

4.7.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, manutenção e reposição, sempre que necessário, de todos os **materiais de consumo básicos, ferramentas coletivas e individuais**, bem como dos **insumos indispensáveis à execução plena das atividades contratadas**, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

4.7.2. Para fins deste Termo, consideram-se **ferramentas** todos os dispositivos físicos destinados a proporcionar vantagem operativa no trabalho técnico, incluindo seus acessórios, consumíveis e demais itens necessários à sua correta aplicação no equipamento ou componente a ser trabalhado.

4.7.3. A CONTRATADA deverá fornecer integralmente os materiais de consumo utilizados nas atividades de manutenção preventiva, corretiva e nas rotinas de apoio técnico-operacional desenvolvidas no Laboratório de Manutenção do HU-UFMA, devendo manter **estoque mínimo obrigatório** nas dependências da CONTRATANTE, em quantidade suficiente para garantir a continuidade dos serviços.

4.7.4. É expressamente **vedado** o uso de ferramentas inadequadas, desgastadas ou inexistentes que possam ocasionar danos aos equipamentos médico-hospitalares (EMHs), sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA qualquer prejuízo decorrente desse tipo de conduta.

4.7.5. As ferramentas disponibilizadas serão **sujeitas à auditoria** pela CONTRATANTE a qualquer tempo, com foco na avaliação de adequação, conservação e segurança. Constatado desgaste, inadequação técnica ou risco para o equipamento ou operador, a CONTRATADA deverá realizar a substituição **imediata**, sem custos para a Administração.

4.7.6. A relação **exemplificativa e mínima sugerida** de materiais de consumo, ferramentas, analisadores, uniformes e EPIs encontra-se detalhada nos seguintes apêndices do Termo de Referência:

I - **APÊNDICE VII - RELAÇÃO FERRAMENTAS E ANALISADORES**

II - **APÊNDICE VIII - MATERIAIS DE CONSUMO - REFERENCIAL BÁSICO**

III - **APÊNDICE IX - RELAÇÃO DE UNIFORMES E EPIS**

4.7.7. Essas listas possuem caráter não exaustivo, cabendo à CONTRATADA prover todos os demais materiais necessários ao cumprimento integral das obrigações contratadas.

4.8. **Ferramentas da Equipe Residente**

4.8.1. O Serviço de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares do HU-UFMA deverá, durante toda a vigência do contrato, dispor permanentemente das ferramentas, instrumentos e dispositivos técnicos especificados na planilha de custos apresentada pela CONTRATADA.

4.8.2. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, a manutenção e a reposição, sempre que necessário, de todos os insumos, ferramentas, instrumentos e acessórios indispensáveis à execução do Serviço de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares do HU-UFMA, sem que disso decorra qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE ou para os empregados da própria CONTRATADA.

4.8.3. O Serviço de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares do HU-UFMA deverá dispor de todas as ferramentas, instrumentos e dispositivos técnicos necessários, em conformidade com o pactuado no Cronograma de Atividades constante deste Termo de Referência.

4.8.4. A manutenção e a reposição, quando necessárias, das ferramentas utilizadas no Serviço de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares do HU-UFMA deverão ser providenciadas pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da formalização da demanda pela CONTRATANTE.

4.8.5. O laboratório Técnico do STEC HU-UFMA deverá, durante toda a vigência do contrato, ser aparelhado com os Padrões para realização de Calibração dos seguintes "Equipamentos Médico-Hospitalares x Parâmetros", mínimos:

4.8.5.1. Aparelho de Anestesia e Ventilador Pulmonar: Volume, Fluxo, Pressão Inspiratória, Pressão Expiratória, Pressão PEEP, Frequência, %O₂, e Tempo Inspiratório e Expiratório;

4.8.5.2. Bisturi Eletrônico: Potência Entregue;

4.8.5.3. Cardioversor: Energia Entregue, Tempo de Sincronismo da Cardioversão, Frequência e Amplitude Cardíaca;

4.8.5.4. Monitor Multiparamétrico etc.: Frequência e Amplitude Cardíaca, Oximetria via sensor de dedo, Pressão Não Invasiva via Braçadeira, e Temperatura;

4.8.5.5. Esfigmomanômetro etc.: Pressão;

- 4.8.5.6. Balança: Peso;
- 4.8.5.7. Outros: Temperatura e Umidade;
- 4.8.5.8. Outros: Frequência de Rotação;
- 4.8.5.9. Outros: Ruído ;
- 4.8.5.10. Outros: Luz;
- 4.8.5.11. Outros: Tempo;
- 4.8.5.12. Outros: Radiação.

4.8.6. Os analisadores destinados à calibração de Cardioversores, Aparelhos de Anestesia, Ventiladores Pulmonares, Monitores Multiparamétricos e à realização de Testes de Segurança Elétrica deverão possuir padrão técnico e metrológico compatível com equipamentos de alta complexidade, sendo equivalentes ou superiores aos analisadores de referência amplamente reconhecidos no mercado, devendo atender às normas técnicas nacionais e internacionais aplicáveis, possuir rastreabilidade metrológica comprovada e apresentar nível de precisão, confiabilidade e robustez compatíveis com o grau de complexidade do parque tecnológico do HU-UFMA.

4.8.7. Os Analisadores listados para permanência constante na HU-UFMA durante a vigência do contrato devem ser novos, para a comprovação a equipe de fiscalização poderá exigir a nota fiscal de compra.

4.8.8. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, o transporte, a calibração, a manutenção, e a reposição quando necessária, de todos os Padrões para aparelhagem do Serviço de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares do HU-UFMA, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

4.8.9. Os Padrões fornecidos deverão atender todos os pontos empregados nos Procedimentos de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA, deverão também estar calibrados em todos estes pontos, e deverão estar ainda devidamente acompanhados de cópia do respectivo Documento de Calibração Rastreável à RBC - Rede Brasileira de Calibração.

4.8.10. Será considerado calibrado apenas o Padrão cuja respectiva última calibração tenha transcorrido no prazo de até 02 anos, ou seja, os Padrões fornecidos deverão ter periodicidade máxima de calibração de até 02 anos.

4.8.11. O Serviço de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA deverá ser aparelhado com os Padrões permanentes, conforme pactuado neste Termo de Referência, **APÊNDICE VII**, e deverá ser entregue a cópia dos respectivos certificados rastreáveis pela RBC (Rede Brasileira de Calibração - INMETRO), na data de início de vigência do contrato.

4.8.12. A calibração, a manutenção, e a reposição quando necessária, de Padrões Permanentes do Serviço de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a formalização da demanda pela CONTRATANTE.

4.9. **Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta**

4.9.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h00min às 12h00min e 14h00min às 17h00min, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (98) 2109-1066 do Setor de Engenharia Clínica da HU-UFMA/EBSERH, conforme subitem 4.6 deste Termo de Referência.

4.9.2. O licitante deverá apresentar as planilhas de custos e de formação de preços, bem como a proposta comercial, com validade mínima de 90 (noventa) dias. A inobservância das orientações e informações constantes nos subitens seguintes, especialmente quanto ao correto preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, implicará a desclassificação da proposta:

4.9.2.1. As licitantes deverão utilizar a Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP), **APÊNDICE X** deste Termo de Referência, como modelo para preenchimento e confecção de suas propostas de preços, em conformidade com o Art.29 do RCC v3.0 e com a IN SEGES/MP nº 05/2017. A referida planilha de custos se encontra formulada e com alíquotas inseridas em todas suas rubricas, porém alterações pontuais podem ser realizadas pelas empresas licitantes de forma a adaptá-la conforme a conveniência, à exceção do valor mínimo de Salário de referência e dos itens referentes à Conta Vinculada. Ao inserir o valor dos Salários das categorias, o percentual de Insalubridade e valor do Salário Mínimo nos campos indicados, os Benefícios (Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários) conforme a CCT representativa da empresa, além de todos os valores referentes à Uniformes, EPIs, Ferramentas, Equipamentos, Materiais de Consumo etc, a planilha será automaticamente preenchida e o valor da proposta indicado nas abas "Resumo dos Postos" e "Resumo Total";

4.9.2.2. As licitantes deverão adotar o salário de referência constante da PCFP como **parâmetro técnico mínimo**, definido a partir de pesquisa salarial e das exigências de qualificação técnica do objeto, em atenção à IN SEGES/MP nº 05/2017, visando assegurar a exequibilidade e prevenir propostas inexequíveis ou incompatíveis com o mercado;

4.9.2.3. Os demais valores devem ser preenchidos de acordo com a legislação vigente, observando-se o

Instrumento Coletivo de Trabalho indicado pela empresa vencedora, registrada e vigente para o local onde serão realizados os serviços, devendo ser encaminhada cópia do referido documento;

4.9.2.4. As licitantes deverão preencher a Planilha em arquivo Excel, para cada profissional, fazendo constar as memórias de cálculo detalhadas, discriminando a metodologia e fórmulas adotadas para a obtenção dos valores propostos para os encargos, insumos e demais componentes de composição de custos e formação de preços dos postos de serviço, a fim de facilitar a análise por parte da área técnica;

4.9.2.5. A Planilhas de Custos e Formação de Preços servirá para demonstrar possíveis variações de custos/insumos no curso da execução do contrato e deverá ser utilizada como base em eventuais repactuações ou revisões de preços;

4.9.2.6. A área técnica da Contratante poderá realizar diligências junto à licitante classificada em primeiro lugar, a fim de esclarecer dúvidas acerca dos valores e/ou percentuais informados na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada, sendo que a identificação da inclusão de informações e/ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente) acarretará a desclassificação da proposta, quando a irregularidade não for sanável por diligência ou implicar alteração do preço ofertado;

4.9.2.7. A inobservância do prazo fixado pela Contratante para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta;

4.9.2.8. Nos casos em que forem detectados erros e/ou inconsistências nas planilhas apresentadas, durante a análise da aceitação da proposta, a Contratante poderá determinar à licitante vencedora, mediante diligência, a promoção de ajustes nessas planilhas, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto;

4.9.2.9. No preço proposto deverão estar inclusas todas as despesas com salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte e demais benefícios, se for o caso, além de despesas administrativas, lucros e demais insumos necessários à sua composição;

4.9.2.10. Para fins de isonomia entre os licitantes e adequada composição da proposta de preços, a Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser confeccionada com a inclusão do Adicional de Insalubridade, em grau de 20% (vinte por cento), em virtude da natureza de suas atividades e contato constante com agentes nocivos à saúde. Após a contratação, a empresa poderá, a qualquer tempo, elaborar e apresentar em momento oportuno Laudos Técnicos emitidos por profissionais devidamente qualificados de forma a atestar a existência de condições de trabalho insalubres e/ou perigosas, quando aplicável, para fins de revisão dos percentuais e adequação do adicional devido, fornecendo os laudos finais para validação da área especializada da instituição com a posterior solicitação de aditivo pela contratada para inclusão/redução do referido benefício;

4.9.2.10.1. Após a assinatura do contrato, a contratada deverá providenciar, em até 30 (trinta) dias, por meio de médico do trabalho ou profissional legalmente habilitado, a elaboração de laudo técnico das condições ambientais dos postos de trabalho, a fim de comprovar a efetiva caracterização da insalubridade e o respectivo grau aplicável.

4.9.2.10.2. Caso o laudo conclua pela inexistência de condições que justifiquem o pagamento do adicional, ou indique percentual diverso do inicialmente previsto, o valor correspondente deverá ser ajustado, com a consequente supressão ou adequação do adicional, mediante análise e validação pela área técnica competente da instituição e adoção das providências contratuais cabíveis.

4.9.2.11. Em se tratando de categorias profissionais, especificamente em relação às chamadas “Categorias Diferenciadas” (art. 511, § 3º, da CLT), no que tange à indicação do Instrumento de Trabalho Coletivo a ser observado, a licitante vencedora deverá, em regra, considerar o enquadramento sindical decorrente da atividade econômica preponderante da empregadora e empregados, bem como os respectivos direitos trabalhistas advindos do referido instrumento. Todavia, havendo empregados pertencentes a categoria diferenciada, deverá ser verificada a existência de norma coletiva específica firmada pelo sindicato laboral representante da respectiva categoria, a qual deverá ser observada quando aplicável, desde que atendidos os pressupostos de abrangência e representatividade sindical da empregadora, em estrita observância ao entendimento consolidado na Súmula nº 374 do Tribunal Superior do Trabalho (TST);

4.9.2.12. Os benefícios deverão ser obrigatoriamente concedidos e inseridos na planilha de composição de custos e formação de preços conforme previsto no Instrumento Coletivo de Trabalho firmado pelo sindicato laboral representante da respectiva categoria e o patronal ou órgão de classe que a represente e, em caso de ausência deste, no instrumento coletivo que represente a empresa vencedora a partir do exercício pela maioria de seus empregados de sua atividade econômica preponderante, devendo ser comprovados os efetivos recebimentos, observada a Súmula nº 374 do TST;

4.9.2.13. O vale-transporte deverá ser concedido pela licitante vencedora aos empregados de acordo com o preço fixado por meio de Decreto Municipal para São Luís-MA, no valor referente ao itinerário de cada funcionário, observadas as demais disposições insertas nas Convenções Coletivas de Trabalho indicadas nas propostas de preços;

4.9.2.14. No que tange aos benefícios estipulados em planilha e que possuem caráter opcional pelo trabalhador, a empresa deverá evidenciar mensalmente, em planilha acessória e de forma nominal e quantitativa, relação de aderentes aos referidos benefícios, havendo a glosa no faturamento do valor

proporcional correspondente ao número de colaboradores informados em planilha;

4.9.2.15. A licitante vencedora deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

4.9.2.16. O disposto acima se aplica, inclusive, nos casos de equívoco afeto à fixação dos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como o valor provido com o quantitativo de vale-transporte;

4.9.2.17. Deverão ser observados, quando do preenchimento da Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços, os valores, percentuais e benefícios exigidos em normas gerais e específicas aplicáveis, em especial aqueles estabelecidos na legislação vigente relativos ao recolhimento dos encargos sociais (tais como INSS, SESI ou SESC, SENAI ou SENAC, INCRA, Salário Educação, FGTS, Seguro Acidente de Trabalho/RAT/INSS, SEBRAE, Férias, 13º Salário e outros);

4.9.2.18. As alíquotas referentes aos depósitos obrigatórios em Conta Vinculada, definidos pela IN SEGES/MP nº 05/2017, possuem caráter fixo e não podem ser alteradas pela licitante na elaboração da proposta. Compõem esses depósitos exclusivamente os valores destinados a: (i) 13º salário (8,33%); (ii) férias e adicional de férias (12,10%) e (iii) multa rescisória do FGTS (4%). Qualquer alteração dessas alíquotas compromete a conformidade da PCFP e viola o princípio da isonomia entre os licitantes.

4.9.2.19. As empresas deverão observar as disposições do Decreto n.º 6.957/2009 e outras que porventura tenham sido editadas até o momento da formulação de sua proposta, devendo aplicar o Fator Acidentário de Prevenção - FAP para o seu CNPJ, definido pela área ministerial competente;

4.9.2.20. A licitante deverá preencher o item "Riscos Ambientais do Trabalho - RAT" da Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços - considerando o valor de seu FAP, a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo;

4.9.2.21. Para fins de composição da Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP), a empresa deverá adotar o prazo de 60 (sessenta) meses de vida útil, além de taxa residual de 10% na depreciação dos bens patrimoniais empregados na execução contratual, por se tratarem de parâmetros técnicos amplamente utilizados pela Administração Pública e considerados razoáveis e prudentes conforme referências da Receita Federal do Brasil e da Macrofunção 02.03.30 do SIAFI;

4.9.2.22. Considerando-se jurisprudência do TCU (Acórdão n.º 288/2014 - Plenário), fica vedada a inclusão do item "Reserva Técnica" na Planilha de Custos e de Formação de Preços, já que não existem eventos que motivariam a aceitação desse tipo de custo. A inserção de custos dessa natureza acarretará a necessidade de retificação da proposta, solicitada mediante diligência, sendo que o não atendimento da mesma acarretará a desclassificação da proposta;

4.9.2.23. Conforme Súmula n.º 254 do TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) não podem ser repassados para a Contratante, pois são tributos de natureza direta e personalística, que oneram diretamente a Contratada;

4.9.2.24. Os custos referentes ao item "Treinamento/Capacitação/Reciclagem", considerando o entendimento esposado pelo TCU (Acórdão nº 220/2004 - Plenário e Acórdão nº 1.453/2009 - Plenário) deverão estar contemplados no item "Custos Indiretos, Tributos e Lucro", da Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços de Mão de Obra;

4.9.2.25. Na formulação de sua proposta, a licitante deverá observar ainda o regime de tributação ao qual está submetida, no tocante à correta aplicação das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, conforme previsto nas Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003 (Acórdão TCU n.º 2.647/2009 - Plenário), e, se for o caso, se há incidência da Lei n.º 12.546/2011 e alterações, em face da opção pelo Regime da CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta);

4.9.2.26. Considerando as hipóteses legais de incidência e enquadramento previstas na Lei nº 12.546/2011 e alterações, a eventual aplicação do referido regime, inclusive quanto às regras previstas no art. 9º, § 1º (e demais dispositivos correlatos), deverá ser avaliada pela licitante, que deverá refletir os percentuais aplicáveis na Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços, conforme sua realidade tributária;

4.9.2.27. A licitante deverá comprovar, por meio de documentação hábil (DCTF, GFIP, EFD etc), a opção aos regimes acima elencados, a fim de que se possa certificar que as alíquotas do PIS e da COFINS e, quando aplicável, da CPRB e do ISS consignadas na planilha conferem com sua opção tributária;

4.9.2.28. Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições;

4.9.2.29. As empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses

anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas;

4.9.2.30. Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não-cumulativa em apenas alguns meses do período que deve ser considerado para o cálculo do percentual médio efetivo (12 meses anteriores à data da proposta), poderá apresentar o cálculo considerando apenas os meses em que houve recolhimento;

4.9.2.31. Considerando tratar-se de contratação de serviços que se enquadra, para fins tributários, no conceito de cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei n.º 8.212, de 24/07/1991 e alterações e do Capítulo VIII - Da Cessão de Mão de Obra e da Empreitada, da Instrução Normativa RFB n.º 2110, de 17 de outubro de 2022 e alterações, a licitante Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser Contratada, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. (Acórdão TCU 797/2011 - Plenário e IN SEGES n.º 5/2017);

4.9.2.32. As licitantes estarão IMPEDIDAS de apresentar planilhas de custos e formação de preços com base no regime de tributação do SIMPLES NACIONAL, já que tal prática implicaria ofensa às disposições da LC 123/2006, conforme posicionamento externado pelo TCU no Acórdão TCU 797/2011 - Plenário;

4.9.2.33. A licitante optante pelo Simples Nacional, que porventura venha a ser Contratada, deverá comunicar a contratação para a prestação dos serviços à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação (celebração do contrato), apresentando à Contratante, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do Termo Contratual, cópia dos atos, com comprovantes de entrega e recebimento (Acórdão TCU n.º 2.798/2010 - Plenário e IN SEGES n.º 5/2017);

4.9.2.34. Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, a própria Contratante, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

4.9.2.35. A base para estabelecimento de critérios de repactuação de preços serão as Convenções Coletivas de Trabalho locais dos Sindicatos, indicadas nas propostas de preços, ou ainda, na ausência de regulação por tais instrumentos, o preço praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente, desde que documentalmente demonstradas.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de Engenharia Clínica deverá observar os requisitos técnicos, operacionais, legais e de qualidade necessários à adequada execução do objeto, de modo a garantir a continuidade, segurança e eficiência dos serviços assistenciais do HU-UFMA.

5.2. Requisitos normativos e regulatórios.

5.2.1. A execução dos serviços deverá observar, no que couber, as seguintes normas e regulamentos:

- a) Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC nº 509/2021, que dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde;
- b) Norma ABNT NBR 15.943/2011 - Diretrizes para programas de gerenciamento de equipamentos de saúde;
- c) Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 - Requisitos gerais para competência de laboratórios de ensaio e calibração;
- d) Normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e da Rede Brasileira de Calibração (RBC);
- e) Demais normas técnicas, sanitárias, de segurança do trabalho e ambientais aplicáveis aos serviços de engenharia clínica.

5.3. Requisitos técnicos e operacionais:

- a) Execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva e calibração em equipamentos médico-hospitalares, conforme especificações dos fabricantes e boas práticas aplicáveis;
- b) Realização de testes de segurança elétrica, controle de qualidade, validação e qualificação de equipamentos, conforme normas vigentes;
- c) Disponibilização de profissionais qualificados, com formação e experiência compatíveis com a complexidade do parque tecnológico hospitalar;

- d) Utilização de instrumentos de medição devidamente calibrados e rastreáveis à RBC/INMETRO;
- e) Implementação de sistema de gestão da manutenção, com registro histórico das intervenções realizadas;
- f) Elaboração de relatórios técnicos, pareceres e laudos, sempre que demandado pela contratante;
- g) Apoio técnico à gestão do parque de equipamentos e à fiscalização de contratos correlatos.

5.4. Requisitos de instalação, treinamento e suporte:

- a) Realização de treinamentos periódicos para os usuários e equipes assistenciais quanto ao uso adequado dos equipamentos;
- b) Disponibilização de suporte técnico contínuo para atendimento às demandas da contratante;
- c) Garantia de atendimento técnico dentro dos prazos estabelecidos para demandas ordinárias e emergenciais.

5.5. Requisitos temporais e espaciais:

- a) Os serviços deverão ser prestados nas dependências do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA) e seus anexos;
- b) A execução deverá ocorrer de forma contínua, garantindo a cobertura integral das necessidades assistenciais e operacionais da unidade;
- c) Os prazos de atendimento deverão observar critérios de criticidade dos equipamentos e impacto assistencial.

5.6. Requisitos de qualidade e desempenho:

- a) Atendimento aos padrões mínimos de qualidade estabelecidos nas normas técnicas e regulatórias aplicáveis;
- b) Cumprimento de indicadores de desempenho relacionados à disponibilidade dos equipamentos, tempo de resposta e resolutividade;
- c) Garantia da rastreabilidade das ações de manutenção e calibração;
- d) Redução de falhas e eventos adversos relacionados ao uso de equipamentos médico-hospitalares.

5.7. Requisitos de sustentabilidade:

- a) Adoção de práticas que promovam o uso racional de recursos naturais e a redução de impactos ambientais, conforme diretrizes do Ministério do Meio Ambiente;
- b) Destinação ambientalmente adequada de resíduos oriundos das atividades de manutenção;
- c) Utilização de materiais e insumos que atendam a critérios de eficiência energética e sustentabilidade, quando aplicável;
- d) Observância às diretrizes de contratações sustentáveis da Administração Pública Federal.

5.8. Requisitos de transição contratual:

- a) Ao término do contrato, a contratada deverá assegurar a transição adequada dos serviços, com transferência de conhecimento, histórico de manutenção e informações técnicas relevantes;
- b) Disponibilização de relatórios consolidados e bases de dados atualizadas referentes ao parque tecnológico;
- c) Apoio técnico à contratante ou à nova contratada durante o período de transição.

5.9. Vistoria técnica:

- a) A realização de vistoria técnica poderá ser facultada aos licitantes, conforme condições estabelecidas no subitem 4.9.1. deste Termo de Referência.

5.10. Subcontratação:

- a) A possibilidade de subcontratação observará as condições estabelecidas no item 17 deste Termo de Referência.

5.11. Disponibilização dos serviços:

- a) Os serviços deverão ser disponibilizados de forma contínua, conforme necessidade da contratante;
- b) Os prazos, locais e condições de execução estão detalhados nos itens 4 e 8 deste Termo de

5.12. A contratada deve possuir, até a data da assinatura do contrato, no seu quadro de funcionários, pelo menos 01 (um) profissional, com certificado de conclusão de curso ou treinamento, em requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17.025 (Requisitos Gerais para Competência de Laboratórios de Ensaio e Calibração).

5.13. Atestados, a serem apresentados até a data da assinatura do contrato, conforme exigência da Portaria nº 457/2021 do INMETRO e suas alterações:

- a) **Atestado de Autorização**, emitido por órgão da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro (RBMLQ-I), para realizar o reparo e a manutenção em Esfigmomanômetros;
- b) **Atestado de Autorização**, emitido por órgão da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro (RBMLQ-I), para realizar o reparo e a manutenção em balanças no mínimo com Classe de Exatidão III e Carga Máxima até 300 kg.

5.13.1. Justificativa quanto às exigências relativas à ABNT NBR ISO/IEC 17025 e à Portaria Inmetro nº 457/2021:

- a) A exigência de profissional com capacitação em requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17025 justifica-se pela necessidade de assegurar que as atividades de ensaio, calibração e verificação metrológica sejam conduzidas segundo padrões reconhecidos de competência técnica e rastreabilidade.
- b) A norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 estabelece requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração, garantindo confiabilidade nos resultados obtidos, rastreabilidade metrológica e controle técnico adequado dos processos.
- c) No âmbito hospitalar, a confiabilidade metrológica de equipamentos como esfigmomanômetros e balanças é essencial para a segurança do paciente, para a precisão diagnóstica e para a adequada condução de tratamentos clínicos.
- d) Quanto à exigência de apresentação de Atestado de Autorização emitido por órgão da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade (RBMLQ-I), esta decorre diretamente da Portaria Inmetro nº 457/2021, que regulamenta as condições para reparo e manutenção de instrumentos de medição sujeitos ao controle metrológico legal.
- e) Esfigmomanômetros e balanças utilizadas em ambiente hospitalar são instrumentos regulamentados, cuja manutenção somente pode ser realizada por empresa autorizada pelos órgãos delegados do Inmetro, sob pena de nulidade das intervenções realizadas e possível responsabilização administrativa da instituição.
- f) Assim, as exigências constantes nos subitens 5.12 e 5.13 não constituem restrição indevida à competitividade, mas decorrem de obrigação regulatória e representam medida indispensável à garantia da legalidade, da segurança assistencial e da confiabilidade dos serviços contratados.

5.14. Proposta de Preços

5.14.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em conformidade com o **modelo constante no APÊNDICE IV** deste Termo de Referência, acompanhada da **Planilha de Custos e Formação de Preços**, bem como de todas as declarações previstas nesta seção.

5.14.2. A proposta de preços obrigatoriamente deverá estar acompanhada da especificação completa do serviço a ser fornecido, de forma clara e inequívoca, fazendo constar ainda:

- a) prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a partir da abertura;
- b) preço mensal e anual para a prestação dos serviços em moeda corrente nacional, em algarismos, com duas casas decimais, e por extenso, compatíveis com os preços correntes no mercado;
- c) declaração de que a **CONTRATADA** possui ou instalará escritório na cidade de São Luís-MA, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6., "a", do anexo VII-A da IN SLTI/MP nº 5/2017 ou declaração de responsabilização por ausência de escritório, conforme modelos que estarão disponibilizados nos **APÊNDICE V - A e B**, respectivamente.
- d) Planilha de Custos e Formação de Preços e Planilha de Preços Consolidada, na forma do **APÊNDICE IV** deste Termo de Referência.
- e) Declaração de realização de vistoria, emitida pelo representante da licitante e assinada pelo representante da HU-UFMA/EBSERH, por ocasião da visita ao local do serviço ou declaração de dispensa de vistoria, conforme modelos que estarão disponibilizados nos **APÊNDICES II e III**, respectivamente.
- f) **Declaração da licitante**, assinada pelo Representante Legal da empresa, de que apresentará, no ato da assinatura do Contrato, os documentos que indiquem planejamento da adequação das instalações e da transição contratual, a existência de equipamentos/aparelhamento e o pessoal técnico,

adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como de que disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

- g) declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
- h) cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;
- i) cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasa o valor global ofertado; e
- j) declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada à sanção prevista no art. 220, III, do RCC 3.0;

5.14.2.1. Justificativa quanto à declaração de escritório local:

5.14.2.1.1. A exigência de declaração de que a contratada possui ou instalará escritório na cidade de São Luís/MA (subitem 5.14.2, alínea "c") fundamenta-se na necessidade de assegurar condições operacionais adequadas para a execução dos serviços de engenharia clínica objeto da presente contratação.

5.14.2.1.2. O contrato envolve a prestação contínua de serviços técnicos especializados de manutenção preventiva e corretiva, calibração, testes de segurança elétrica e apoio à gestão do parque tecnológico hospitalar, abrangendo equipamentos médico-assistenciais de diferentes níveis de criticidade, inclusive equipamentos de suporte à vida, cuja indisponibilidade pode impactar diretamente a continuidade da assistência à saúde.

5.14.2.1.3. Nesse contexto, a existência de estrutura operacional mínima na localidade da execução contratual contribui para garantir maior agilidade na mobilização de equipes técnicas, na logística de peças de reposição e na interlocução administrativa com a contratante.

5.14.2.1.4. Destaca-se, contudo, que a exigência não implica obrigatoriedade absoluta de manutenção de escritório local, uma vez que o Termo de Referência admite alternativamente a apresentação de **declaração de responsabilização pela ausência de escritório**, conforme modelo constante no **Apêndice V-B**, por meio da qual a licitante assume integral responsabilidade pela adequada execução contratual, inclusive quanto aos prazos de atendimento e mobilização de recursos necessários.

5.14.2.1.5. Assim, a medida não configura restrição indevida à competitividade, pois permite a participação de empresas sediadas em outras localidades, desde que garantam condições operacionais compatíveis com as necessidades do HU-UFMA.

5.14.2.1.6. Dessa forma, a previsão está em consonância com o item 10.6, alínea "a", do Anexo VII-A da Instrução Normativa nº 5/2017, bem como com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que admite tal exigência quando demonstrada sua necessidade operacional.

5.14.3. As licitantes deverão utilizar a Planilha de Custos e Formação de Preços, **APÊNDICE IV** deste Termo de Referência, como modelo para preenchimento e confecção de suas propostas de preços. A referida planilha de custos se encontra formulada e com alíquotas inseridas em todas suas rubricas, porém alterações pontuais podem ser realizadas pelas empresas licitantes de forma a adaptá-la conforme a conveniência, à exceção do valor mínimo de Salário de referência e dos itens referentes à Conta Vinculada. Ao inserir o valor dos Salários das categorias, o percentual de Insalubridade e valor do Salário Mínimo nos campos indicados, os Benefícios (Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários) conforme a CCT representativa da empresa, além de todos os valores referentes à Uniformes, EPIs, Ferramentas, Equipamentos e Materiais de Consumo a planilha será automaticamente preenchida e o valor da proposta indicado na aba "Resumo dos Postos";

5.14.4. As licitantes deverão adotar o salário de referência constante da PCFP como **parâmetro técnico mínimo**, definido a partir de pesquisa salarial e das exigências de qualificação técnica do objeto, em atenção à IN SEGES/MP nº 05/2017, visando assegurar a exequibilidade e prevenir propostas inexequíveis ou incompatíveis com o mercado;

5.14.5. A composição dos demais custos da proposta deverá ser realizada a partir do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, extraído do sítio da Secretaria de Trabalho e devidamente Homologado, de responsabilidade de indicação **EXPRESSA** por parte da vencedora a qual se encontra vinculada em função de sua atividade econômica preponderante, ou seja, a empresa deverá utilizar o Acordo, Convenção ou Dissídio conforme sua realidade institucional DIRETAMENTE vinculada ao tipo de atividade exercida pela maioria de seus empregados, observada a Súmula nº 374 do TST e apontamentos constantes no item de ORIENTAÇÕES DE PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE CUSTOS/PROPOSTA;

5.14.6. A apresentação da proposta implicará **plena aceitação** das condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus Apêndices, devendo a licitante considerar todos os custos diretos e indiretos relacionados à execução dos serviços.

5.14.7. A licitante deverá, ainda, **juntar integralmente a documentação comprobatória das exigências de qualificação técnica previstas nos subitens 11.5.4 - Capacidade técnica operacional e 11.5.5 Capacidade Técnica-Profissional**, incluindo atestados, declarações, certidões, comprovações de vínculo, requisitos normativos e demais documentos ali especificados, sob pena de inabilitação.

5.14.8. A proposta deverá contemplar todos os custos necessários à perfeita execução dos serviços, sendo vedada a alegação posterior de omissões, falhas ou indefinições para justificar revisão de preços.

5.14.9. Deverão constar na(s) proposta(s) os dados bancários das empresas como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados do representante legal da empresa, caso os mesmos ainda não tenham sido oportunamente informados a título de atualização/informação, junto ao Cadastro de fornecedores da Ebserh. Na falta de tal informação, a Administração poderá solicitá-la em outro momento.

5.14.10. O CNPJ indicado nos documentos e na(s) proposta(s) de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação e a respectiva Fatura/Nota Fiscal.

6. REGIME DE EXECUÇÃO

6.1. Em conformidade com o art. 9 do RCC v 3.0, o regime de execução será uma combinação de Preço Global e Preço Unitário, de acordo com a natureza de cada item do contrato.

6.2. Justificativa da Abordagem Mista

6.2.1. A adoção de um regime de execução misto é a solução mais adequada, pois permite tratar as diferentes características de cada serviço de maneira individualizada, garantindo a eficiência e a economicidade da contratação.

a) **Para o Item 1 (Serviços de Engenharia Clínica):** A modalidade **Preço Global** é a mais adequada. Este regime estabelece um valor fixo mensal, transferindo para a empresa contratada a responsabilidade pela gestão integral de mão de obra e dos custos associados à execução dos serviços. Esta abordagem oferece previsibilidade financeira e simplifica a fiscalização, pois o foco recai sobre a entrega do escopo total definido no contrato, garantindo maior controle orçamentário e a desoneração da gestão operacional por parte da Ebserh.

b) **Para os Itens 2 e 3 (Serviços de Intermediação para contratação de serviços de maior especialidade e aquisição de peças e materiais):** A modalidade **Preço Unitário** é a mais indicada. Dada a natureza variável e imprevisível da demanda por serviços de intermediação e aquisição de peças, a remuneração por unidade de serviço ou material se mostra a opção mais justa e eficiente. O pagamento será feito somente pelos itens efetivamente demandados e entregues, garantindo que o HU-UFMA/Ebserh pague apenas pelo que for consumido, com a devida aplicação de BDI sobre os custos, conforme previsto na proposta.

6.3. Vantagens da Abordagem

6.3.1. A combinação desses regimes de execução proporciona diversos benefícios:

a) **Previsibilidade e Flexibilidade:** O regime de Preço Global para os serviços fixos garante a previsibilidade orçamentária para a maior parte do contrato, enquanto o regime de Preço Unitário para os itens variáveis oferece a flexibilidade necessária para atender às demandas pontuais e imprevisíveis, sem a necessidade de aditivos contratuais frequentes.

b) **Transparência Financeira:** A aplicação de diferentes regimes de execução para cada item permite uma alocação de custos mais transparente e justa, garantindo que cada serviço seja remunerado de acordo com suas particularidades.

c) **Eficiência na Gestão:** Esta abordagem simplifica a gestão do contrato, pois cada parte do objeto é tratada com o regime de execução mais apropriado, reduzindo a complexidade na fiscalização e no pagamento.

7. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

7.1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato entre o HU-UFMA/Ebserh e a empresa vencedora.

7.2. A adjudicatária terá o prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, para assinar o contrato, sob pena de perder o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas. A assinatura poderá ocorrer presencialmente ou por meio eletrônico, conforme definido pela Administração. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, desde que solicitado de forma justificada pela contratada e aceito pela Administração.

7.3. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente mediante acordo entre as partes, desde que mantidas as condições vantajosas, até o limite de **5 (cinco) anos (60 meses)**, conforme estabelecido no **Artigo 188 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh (RCC) v3.0** e no **Artigo 71 da Lei nº 13.303/2016**.

7.4. Antes da contratação, será realizada consulta ao **SICAF** e ao **CADIN**, para verificação de eventuais impedimentos legais. Caso haja necessidade, a empresa vencedora deverá providenciar o seu cadastramento ou regularização no SICAF no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, sob pena de aplicação das sanções previstas.

7.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação apresentadas na licitação, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência.

7.6. Se a adjudicatária não comprovar as condições de habilitação ou se recusar a assinar o contrato, a Administração poderá convocar o licitante classificado em seguida, respeitada a ordem de classificação, para assinar o contrato, observadas as mesmas condições.

8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO PROCESSO**

8.1. **Do início da execução dos serviços**

- 8.1.1. A execução dos serviços será iniciada no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato (será indicada a data ou evento para o início dos serviços), na forma que segue:
- 8.1.2. A contratada deverá informar ao contratante, em tempo hábil, sobre qualquer motivo que impossibilite assunção dos serviços objeto deste Instrumento.

8.2. **Uniforme**

- 8.2.1. Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser adequados às atividades desempenhadas no HU-UFMA, contemplando peças para todas as estações do ano, **sem qualquer repasse de custos ao trabalhador**.
- 8.2.2. No ato da entrega, caso seja necessário efetuar ajustes ou consertos, estes deverão ser realizados no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, às expensas da CONTRATADA.
- 8.2.3. Todos os modelos, tecidos e características dos uniformes deverão ser previamente aprovados pela fiscalização contratual, que também poderá determinar a substituição de peças que não estejam em boas condições de apresentação
- 8.2.3.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

ITEM DE UNIFORME	DESCRIÇÃO
Calça	de brim ou jeans, compridas, com quatro bolsos
Camisa	polo ou social algodão (100%) , com mangas curtas com logomarca da empresa
Jaleco	Oxford leve, com três bolsos e com mangas longas
Crachá	de identificação funcional, contendo no mínimo nome do empregado, função, foto e logomarca da empresa contratada, devendo ser utilizado de forma visível durante toda a jornada de trabalho nas dependências da CONTRATANTE
Bota	Bota de Segurança Ocupacional EPI: Adequação para diversos ambientes de trabalho

- 8.2.3.2. **Fica expressamente excluída a obrigatoriedade de fornecimento de jaleco ao profissional Auxiliar (Apoio) Administrativo - CBO 4110-05**, integrante da equipe residente prevista no subitem 8.31, tendo em vista que suas atribuições são de natureza administrativa, não envolvendo atuação direta em atividades técnicas, operacionais ou assistenciais.
- 8.2.4. Cada empregado deverá receber **02 (dois) conjuntos completos** no início da execução contratual. Posteriormente, será realizada a **substituição de 01 (um) conjunto por ano**, ou em qualquer época, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, após solicitação formal da CONTRATANTE, sempre que constatada a inadequação das condições de uso.
- 8.2.5. No caso de empregadas gestantes, os uniformes deverão ser confeccionados de forma apropriada, garantindo conforto e segurança, mediante aprovação da fiscalização contratual.
- 8.2.6. A entrega dos uniformes deverá ser registrada por meio de **recibo nominal**, assinado e datado pelo empregado, cuja cópia deverá ser encaminhada à fiscalização para conferência.

8.3. **Da Vacinação dos Trabalhadores**

- 8.3.1. A contratada deve fornecer gratuitamente aos seus trabalhadores, programa de imunização ativa contra tétano, difteria, hepatite B e os estabelecidos no PCMSO.
- 8.3.2. Sempre que houver vacinas eficazes contra outros agentes biológicos a que os trabalhadores estão, ou poderão estar expostos, a contratada deve fornecê-las gratuitamente.
- 8.3.3. A contratada deve fazer o controle da eficácia da vacinação sempre que for recomendado pelo Ministério da Saúde e seus órgãos, e providenciar, se necessário, seu reforço.
- 8.3.4. A vacinação deve obedecer às recomendações do Ministério da Saúde.
- 8.3.5. A contratada deve manter cópia do cartão de vacinas dos trabalhadores no local de trabalho.
- 8.3.6. A contratada deve assegurar que os trabalhadores sejam informados das vantagens e dos efeitos colaterais, assim como dos riscos a que estarão expostos por falta ou recusa de vacinação, devendo, nestes casos,

guardar documento comprobatório e mantê-lo disponível à inspeção do trabalho.

8.3.7. A vacinação deve ser registrada no prontuário clínico individual do trabalhador, previsto na NR-07. Ou mantida uma cópia do cartão de vacinas na pasta funcional do colaborador.

8.3.8. Deve ser fornecido ao trabalhador comprovante das vacinas recebidas.

8.3.9. A contratante deverá encaminhar o responsável pela empresa prestadora de serviços à USOST para orientações sobre os procedimentos e documentação obrigatórios.

8.4. A Equipe do USOST deve:

8.4.1. Divulgar o Manual de Procedimentos de Segurança do Trabalho ou documento similar para contratada;

8.4.2. Orientar o responsável pela empresa contratada sobre as exigências e procedimentos;

8.4.3. Receber da contratada a documentação (em segurança e saúde do trabalhador) exigida neste Termo de Referência, conferir a documentação apresentada e encaminhar ao gestor do contrato para arquivar no processo de contratação;

8.4.4. Ministras a integração de segurança para todos os colaboradores da contratada;

8.4.5. Fiscalizar a Emissão da Permissão de Trabalho - PT, pela contratada que irá desenvolver atividades dentro da HU-UFMA/EBSERH;

8.4.6. Fiscalizar, regularmente, o local de trabalho;

8.4.7. Notificar ao fiscal do contrato acerca do descumprimento das Normas de segurança pela contratada e estabelecer prazos para correção;

8.4.8. Solicitar a Gerência Administrativa e/ou Superintendência o embargo da obra ou interdição dos serviços da contratada, em desacordo com as regras de segurança em grave e iminente Risco;

8.4.9. A contratada deve receber e executar as orientações de segurança do trabalho emitidas pela USOST;

8.4.10. A contratada não deve executar as atividades sem a emissão da Permissão de Trabalho - PT ou documento similar emitido pela USOST;

8.4.11. O cumprimento dos procedimentos e recomendações constantes neste Termo de Referência, não desobriga a empresa a cumprir outras Normas e regulamentos que sejam incluídos por acordos coletivos de trabalho, códigos sanitários dos estados e municípios;

8.4.12. Os gestores e fiscais do contrato da contratante devem informar a USOST, antes do início da execução das atividades, a ocorrência de serviços que abrangem trabalhos com eletricidade, em altura, espaço confinado, em equipamento de elevação e transporte de materiais e/ou atividades que necessitem habilidades específicas;

8.4.13. O responsável pela empresa contratada deverá comparecer a sala da USOST e assinar o termo de Aceitação dos Procedimentos;

8.4.14. Antes do início da prestação dos serviços, a contratada deverá executar as ações elencadas abaixo:

8.4.14.1. Fornecer cópia desta Norma de Procedimentos de segurança à sua equipe de liderança, e exigir o seu cumprimento de acordo com o Artigo 157 Item I da CLT. (CLT Decreto Lei 5452/43);

8.4.14.2. Encaminhar a USOST, cópia da documentação exigidas pelo Manual de Procedimentos de Segurança do Trabalho ou documento similar, com prazo mínimo de 72 horas antes do início de suas atividades, que será analisada e encaminhada ao Gestor do contrato para arquivamento no processo;

8.4.14.3. Informar ao Gestor/Fiscal do contrato e a USOST do HU-UFMA, o nome do responsável pelo serviço, as metodologias e equipamentos que serão utilizadas para a realização das tarefas, por meio do preenchimento do formulário Anexo IV do Manual de Procedimentos de Segurança do Trabalho ou documento similar;

8.4.14.4. Fornecer gratuitamente, treinar e exigir o uso dos EPI's necessários para o desempenho das atividades de seus funcionários, comprovando através de fichas de controle, que deverão permanecer no local de realização das atividades;

8.4.14.5. Elaborar APR (Análise Preliminar de Risco), antes do início do trabalho, verificando todos os riscos envolvidos nas atividades e propondo as soluções cabíveis para a execução dos trabalhos. Elaborada por profissional conhecedor da área de saúde e segurança do trabalho. A APR deverá conter a metodologia que será utilizada para a realização das atividades, a avaliação qualitativa e/ou quantitativa dos riscos envolvidos e as medidas de controle pertinentes.

8.4.14.6. Comprovar a capacitação de seus funcionários em trabalhos com eletricidade, em equipamento de elevação e transporte de materiais e/ou atividades que necessitem habilidades específicas;

8.4.14.7. Apresentar estudo preliminar do ambiente de trabalho a seus funcionários, viabilizando o cumprimento das condições sanitárias, de alimentação e de conforto contidas na NR-24;

- 8.4.14.8. Apresentar Plano de Emergência;
- 8.4.14.9. Apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica);
- 8.4.14.10. Apresentar inventário de produtos químicos que serão utilizados, juntamente com suas respectivas FISPQs;
- 8.4.14.11. Apresentar um cronograma de visitas aos postos de trabalho, além das ações que serão desenvolvidas por seu SESMT, caso a contratada se enquadre no quadro II da NR 4 da Portaria 3.214/78
- 8.4.15. Durante todo o período da prestação dos serviços, a contratada deve:
- 8.4.15.1. Comunicar ao Gestor/Fiscal do Contrato da HU-UFMA e a USOST, todo e qualquer incidente ou acidente ocorrido no trabalho, seguido de ações realizadas pelo SESMT da contratada, quando houver, como avaliação médica do acidentado, investigação do acidente e estabelecimento de medidas corretivas e preventivas, no prazo máximo de 2 dias úteis, entregando uma cópia da CAT ao Gestor/Fiscal do contrato e uma cópia para a USOST;
- 8.4.15.2. Cumprir todas as normas legais e técnicas de segurança no trabalho e meio ambiente vigentes no país;
- 8.4.15.3. Armazenar as ferramentas, as máquinas e os equipamentos em locais apropriados, bem como mantê-los em perfeitas condições de uso;
- 8.4.15.4. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços.
- 8.4.15.5. Manter a ordem, higiene e organização do local de trabalho;
- 8.4.15.6. Isolar o local adequadamente, quando as atividades forem realizadas em áreas de circulação de pessoas e veículos e nos locais onde houver riscos de queda de materiais, pessoas e objetos.
- 8.4.15.7. Providenciar toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente, no caso das empresas prestadoras de serviços de construção civil.
- 8.4.15.8. Manter atualizada a documentação relativa aos colaboradores que estão desenvolvendo atividades no hospital. Toda alteração no quadro de colaboradores deve ser comunicada ao Gestor/Fiscal do contrato.
- 8.4.16. Proibições Gerais no Ambiente de Trabalho da Contratante durante a realização das atividades:
- 8.4.16.1. Trajar camiseta regata (sem mangas), bermuda, chinelos;
- 8.4.16.2. Consumir, portar ou vender bebidas alcoólicas, entorpecentes ou substâncias que causem qualquer tipo de dependência, no recinto da contratante;
- 8.4.16.3. Apresentar-se em estado de embriaguez;
- 8.4.16.4. Fumar;
- 8.4.16.5. Portar armas, de qualquer espécie (exceto de uso profissional, previsto em contrato);
- 8.4.16.6. Operar veículos, equipamentos e máquinas para os quais não esteja habilitado ou autorizado pela contratada.
- 8.4.17. O descumprimento de qualquer das disposições citadas poderá acarretar a retenção do pagamento, o ressarcimento por perdas e danos e a aplicação das sanções previstas no contrato celebrado.
- 8.4.18. A contratada deverá apresentar um fluxograma indicando as ações que serão executadas por sua liderança em caso de uma emergência (incêndios, alagamentos, explosões, choque elétrico, queimaduras, quedas, desmaios, variação abrupta de pressão arterial, mal súbito, acidente de trabalho, entre outras).
- 8.4.19. No Fluxograma deverá conter os telefones, endereços e vias de acesso de postos de urgência/emergência mais próximos ao local.
- 8.4.20. Providências em Casos de Acidentes de Trabalho, a contratada deve:
- 8.4.20.1. Comunicar o Gestor/Fiscal do Contrato e a USOST, imediatamente, caso ocorra algum acidente onde haja lesões ou danos aos colaboradores;
- 8.4.20.2. Seguir o Fluxograma do Plano de Emergência estabelecido para o posto de trabalho;
- 8.4.20.3. A CIPA e o SESMT da contratada, juntamente com o USOST deverá investigar o acidente ocorrido;
- 8.4.20.4. Emitir CAT, imediatamente após o ocorrido, encaminhando cópia devidamente registrada no órgão competente, no prazo máximo de três dias úteis ao USOST.

8.5.1. A contratada, que possua colaboradores regidos pela CLT, manterão obrigatoriamente, Serviços Especializados de Engenharia, Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, devidamente registrado, quando enquadradas no quadro II da NR 4 da Portaria 3.214/78.

8.5.2. Os profissionais do SESMT da contratada devem realizar suas atividades conforme previsto na NR 4, sendo vedado o exercício de atividades que não sejam aquelas previstas pela norma.

8.5.3. Os profissionais da contratada devem estar sob a orientação dos profissionais da contratante, para que possam integrar as ações inerentes à prevenção de acidentes do trabalho.

8.6. **Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CIPA**

8.6.1. A contratada deve constituir CIPA, devidamente registrada, com base no quadro I da NR 5 da Portaria 3.214/78. A CIPA da contratada deve participar, sempre que convidada, das reuniões da CIPA da contratante, promovendo integração entre as duas comissões.

8.6.2. A contratada que não se enquadrar no descrito no item anterior, deverão indicar um representante (designado) para participar, caso convidado, das reuniões da CIPA da empresa contratante, a fim de integrar as ações preventivas.

8.7. **Permissão para Trabalhos - PT**

8.7.1. As atividades da contratada que envolvam riscos específicos, tais como intervenções em instalações elétricas, trabalhos em altura, movimentação e transporte de cargas, soldagem, entrada em espaços confinados, ou quaisquer outras operações que demandem controle adicional de segurança, deverão ser precedidas da emissão de uma **Permissão de Trabalho - PT**, em conformidade com as Normas Regulamentadoras vigentes.

8.7.2. A PT deverá ser elaborada pela contratada, contendo os requisitos mínimos de segurança aplicáveis, incluindo as disposições da Análise Preliminar de Riscos - APR, medidas de controle, relação dos trabalhadores envolvidos e suas respectivas autorizações.

8.7.3. A PT deverá ser assinada pelo responsável da contratada e pelo Fiscal do Contrato ou pela área indicada pela CONTRATANTE.

8.7.4. Em caso de suspensão ou encerramento da atividade, a PT deverá ser encerrada, sendo obrigatória a emissão de nova PT para a retomada dos trabalhos.

8.8. **Comunicação, Isolamento e Sinalização de Área**

8.8.1. Para execução de atividades de manutenção que demandem controle adicional de segurança, a contratada deverá:

a) Preencher, previamente à execução dos serviços, o *Comunicado de Execução de Serviços*, em conjunto com o Gestor/Fiscal do Contrato, sempre que a atividade envolver interferência em áreas assistenciais, restrição de circulação, riscos operacionais ou necessidade de isolamento de área.

b) Implantar isolamento físico e sinalização adequada nos locais onde houver risco de queda de materiais ou objetos, risco de circulação de pessoas, ou qualquer situação que possa comprometer a segurança de pacientes, trabalhadores ou visitantes. A sinalização deve ser visível, padronizada e adequada ao ambiente hospitalar.

c) Nas atividades realizadas em áreas com circulação de veículos ou equipamentos móveis (ambulâncias, macas, carrinhos e similares), adotar sinalização e isolamento específicos, utilizando, quando necessário, dispositivos refletivos, bem como uniformes com alta visibilidade para os trabalhadores envolvidos.

8.9. **Trabalho com Máquinas, Ferramentas Manuais e Elétricas**

8.9.1. No âmbito da execução dos serviços de Engenharia Clínica no HU-UFMA, a CONTRATADA deverá observar rigorosamente as normas de segurança no manuseio de máquinas, ferramentas manuais e elétricas, conforme a **NR 12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos)** e demais normas aplicáveis, garantindo as seguintes condições mínimas:

8.9.1.1. Todas as máquinas deverão possuir proteção nas partes móveis, evitando exposição a riscos de esmagamento, corte ou aprisionamento;

8.9.1.2. Os comandos de acionamento e parada de emergência deverão ser testados antes do início da utilização;

8.9.1.3. O operador deverá ser capacitado, treinado e formalmente autorizado para o uso da máquina ou ferramenta, de acordo com as recomendações do fabricante e normas técnicas;

8.9.1.4. Máquinas e ferramentas deverão estar em perfeitas condições de operação, com manutenção preventiva e corretiva realizadas periodicamente, sendo utilizadas exclusivamente para as atividades previstas;

8.9.1.5. Durante a realização de manutenção, os equipamentos deverão ser totalmente desligados, parados, bloqueados e sinalizados, conforme práticas de **bloqueio e etiquetagem (lockout/tagout)**;

- 8.9.1.6. Ferramentas elétricas deverão ser utilizadas apenas nas tensões e rotações adequadas, após verificação das condições da fiação, fixação do material e integridade do isolamento;
- 8.9.1.7. Extensões elétricas deverão possuir duplo isolamento, ser adequadamente dimensionadas e utilizadas de forma segura, evitando sobrecargas e riscos de curto-circuito;
- 8.9.1.8. Cabos e extensões não poderão permanecer soltos em áreas de circulação, devendo ser organizados para não causar acidentes;
- 8.9.1.9. Reparos e manutenções em sistemas elétricos somente poderão ser executados por profissionais especializados e autorizados, com uso de **EPIs e EPCs adequados**;
- 8.9.1.10. Todos os equipamentos elétricos deverão ser devidamente aterrados, em conformidade com a **NBR 5410** e normas correlatas;
- 8.9.1.11. Os operadores deverão receber treinamento no uso seguro das máquinas e ferramentas, estando cientes dos riscos envolvidos e das medidas de prevenção;
- 8.9.1.12. Antes da execução de atividades que envolvam perfuração, corte ou soldagem, deverá ser realizada análise prévia para verificar a existência de tubulações ou redes de gases medicinais, elétrica, hidráulica ou de outros sistemas críticos;
- 8.9.1.13. Operações que possam gerar faíscas deverão ser realizadas em áreas seguras, afastadas de fontes de gases medicinais ou materiais inflamáveis, em estrita observância às normas de segurança hospitalar.

8.10. **Condições Sanitárias, Conforto nos Locais de Trabalho**

- 8.10.1. A CONTRATADA deverá garantir aos seus empregados, durante a execução dos serviços no HU-UFMA, condições adequadas de higiene, conforto e segurança, em conformidade com as **Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego**, em especial a **NR 24 (Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho)** e a **NR 17 (Ergonomia)**.
- 8.10.2. Os empregados deverão dispor de locais apropriados para higiene pessoal, repouso, alimentação e guarda de pertences, observando-se os seguintes requisitos mínimos:
- 8.10.2.1. Utilização de vestiários, sanitários e refeitórios já existentes no hospital, disponibilizados pela CONTRATANTE, adequados e em conformidade com as normas vigentes;
- 8.10.2.2. Garantia de ventilação e conforto térmico nos ambientes disponibilizados, com higienização periódica e manutenção das condições de salubridade;
- 8.10.2.3. Instalações elétricas protegidas, seguras e devidamente aterradas, de modo a evitar riscos de choque elétrico;
- 8.10.2.4. Separação adequada das áreas de vestiário, alimentação e sanitários, evitando cruzamento com áreas críticas hospitalares;
- 8.10.2.5. Manutenção de todas as áreas de trabalho organizadas, limpas e livres de materiais obsoletos, respeitando-se as normas de biossegurança hospitalar;
- 8.10.2.6. Acondicionamento adequado de resíduos gerados pela execução dos serviços, garantindo sua destinação final de acordo com as normas ambientais e sanitárias vigentes.

8.11. **Produtos Químicos**

- 8.11.1. Antes da utilização dos produtos químicos, a contratada deverá informar oficialmente a USOST, anexando sua Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ.
- 8.11.2. O armazenamento e fracionamento de produtos químicos devem ser feitos em local específico, distante de locais que possam gerar faísca, materiais combustíveis, refeitórios, vestiários etc.
- 8.11.3. Os trabalhadores devem receber treinamento para compreender a rotulagem preventiva e a ficha com dados de segurança do produto.
- 8.11.4. A contratada deverá garantir a destinação final adequada para resíduos químicos.

8.12. **Equipamento de Proteção Individual - EPI**

- 8.12.1. Os EPI's deverão ser adequados aos riscos previstos em cada atividade, conforme descrito no PPRA/PGR da contratada e a mesma deverá fornecer, treinar e fiscalizar o uso dos EPIs, mantendo cópias das fichas de controle de entrega, assinadas pelos funcionários e respectivos Certificados de Aprovação (C.A), no local de trabalho.

8.13. **Cadastro de Equipamentos Médico-Hospitalares**

- 8.13.1. A CONTRATADA deverá realizar "in loco" no início da vigência do contrato, a atualização do Cadastro do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA, bem como a colocação da etiqueta de identificação (TAG);

8.13.2. A contratada deverá manter um cadastro atualizado, por meio de inventário mínimo anual, do Parque de EMH da contratante, em *software* de gestão de Engenharia Clínica (Software GETS-UNICAMP) fornecido pela CONTRATANTE.

8.13.3. O Cadastro do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares engloba as seguintes informações, não se limitando a essas:

- a) Identificação: Número de Controle e número de patrimônio/tombamento;
- b) Número de Série: Ordem de Controle de Fabricação do equipamento;
- c) Grupo Responsável: Interno ou Externo;
- d) Órgão: Unidade o qual o equipamento opera;
- e) Localização: Local físico onde se encontra o equipamento;
- f) Tipo de Equipamento: Nome técnico do equipamento;
- g) Marca: Fabricante, produtor do equipamento;
- h) Modelo: Nome comercial do equipamento;
- i) Data de aquisição;
- j) Data de vigência de garantia;
- k) Fornecedor;
- l) Equipamento Próprio;
- m) Equipamento Crítico;
- n) Equipamento Ativo;
- o) Documento de Aquisição;
- p) Número da nota fiscal;
- q) Valor de Aquisição.

8.13.4. As informações de Documento de Aquisição, Número de nota Fiscal, Fornecedor, se existentes, são disponibilizadas pela CONTRATANTE.

8.13.4.1. Caso as informações acima estejam indisponíveis caberá a CONTRATADA realizar um estimativa de idade, fornecedor e valor de aquisição através de uma pesquisa de mercado.

8.13.5. A Criticidade do EMH é definida conforme estratégia da CONTRATANTE, e poderá mudar a qualquer tempo devido a fatores tais quais aquisição de novos EMH, a prestação de novos serviços, a vigência de novas normas etc;

8.13.6. Deverá ser fornecida a etiqueta de identificação (TAG) para cada equipamento médico, e substituída quando necessário, pela CONTRATADA, devendo ser utilizada etiqueta autoadesiva, confeccionada em material que não danifique com a rotina de higienização dos equipamentos, em formato retangular e com as seguintes dimensões aproximadas largura(50mm) e altura(20mm), fundo na cor branca ou prata e escrita na cor preta contendo o código de identificação definido pelo Setor de Engenharia Clínica da HU-UFMA;

8.13.7. Todo e qualquer Equipamento Médico que for incorporado ao Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA, durante a vigência do contrato, deverá ser cadastrado e receber a etiqueta, pela CONTRATADA, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

8.13.8. A CONTRATADA deverá realizar a verificação "in loco" e também no Cadastro do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA, toda a vez que a CONTRATANTE solicitar para eventuais correções de cadastramento e conferência das informações;

8.13.9. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas referentes a colocação, substituição e recolocação de etiquetas, sempre que necessário, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

8.13.10. No ato de eventuais renovações de contrato e no fim de vigência deste, a contratada deverá realizar a conferência total do cadastro de Equipamentos Médico-Hospitalares, que inclui a verificação física dos EMH, "in loco", e caso necessário a atualização das informações cadastrais e/ou reposição da etiqueta de identificação dos EMH;

8.13.11. A contratada deverá concluir a conferência total do cadastro de Equipamentos Médico-Hospitalares em até 30 (trinta) dias corridos a contar a partir da data de eventuais renovações anuais de contrato ou da data de fim de vigência do contrato, devendo entregar à contratante, dentro deste prazo, o referido cadastro, documento em mídia digital contendo arquivo digital em formato de tabela totalmente editável (compatível com Microsoft Excel), estando o ateste e respectivo pagamento da última nota fiscal do serviço diretamente condicionados à entrega desse cadastro total e atualizado de Equipamentos Médico-Hospitalares.

8.14. **Manutenção Preventiva, Ronda Setorial e Inspeção de Equipamento Crítico:**

8.14.1. A CONTRATADA será responsável pela execução do Plano de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares do HU-UFMA;

8.14.2. As Manutenções Preventivas serão executadas conforme os Procedimentos de Manutenção desenvolvidos pela CONTRATANTE, sendo compostas, sempre que aplicável, pelas seguintes atividades mínimas:

- a) Verificação de Integridade Física;
- b) Realização de Limpeza Interna e Externa;
- c) Substituição de Peças/Acessórios com vida útil vencida;
- a) Realização de Ajustes Físicos e Lubrificação;
- b) Realização de Teste de Comandos;
- c) Realização de Teste de Operação;
- d) Realização de Calibração;
- e) Realização de Ajuste de Parâmetros, quando necessário;
- f) Realização de Verificação do IPEM e Afixação de Selo do INMETRO;
- g) Realização de Teste de Segurança Elétrica;
- h) Realização de Qualificação de Operação;
- i) Realização de Qualificação de Desempenho;
- j) Afixação de Etiqueta de Manutenção Preventiva.

8.14.12. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas referentes à Verificação do IPEM e Afixação de Selo do INMETRO, sempre que aplicável, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

8.14.13. A Etiqueta de Manutenção Preventiva deverá ser fornecida, e substituída quando necessário, pela CONTRATADA, devendo ser utilizada etiqueta autoadesiva, confeccionada em material poliéster metalizado e que não danifique com a rotina de higienização dos equipamentos, em formato retangular com bordas abauladas e com as seguintes dimensões aproximadas largura (60 mm) e altura (30mm), contendo, no mínimo, o nome MANUTENÇÃO PREVENTIVA, o espaço para o número do certificado de Manutenção Preventiva gerado, o espaço para o nome da empresa executora e do técnico executor, o espaço para a data de execução e o período da próxima Manutenção Preventiva planejada, conforme segue o Modelo de Etiqueta de Manutenção Preventiva ilustrado na "Figura 01 - Modelo de Etiqueta de Manutenção Preventiva".

<u>Manutenção Preventiva</u>	
Certificado:	<input type="text"/>
Empresa:	Data: / /
Técnico:	Próxima: /

Figura 01 - Modelo de Etiqueta sugerida de Manutenção Preventiva

8.14.14. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas referentes à Confecção de Etiqueta de Manutenção Preventiva, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

8.14.15. O Plano de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA, deve especificar, os equipamentos abrangidos, e, por equipamento médico, os seguintes requisitos:

- I - Periodicidade de Manutenção Preventiva;
- II - Realização Compulsória de Calibração;
- III - Realização Compulsória de Verificação do IPEM e Afixação de Selo do INMETRO;
- IV - Realização Compulsória de Teste de Segurança Elétrica;
- V - Realização Compulsória de Qualificação de Operação;
- VI - Realização Compulsória de Qualificação de Desempenho.

8.14.16. A CONTRATADA deverá detalhar para CONTRATANTE o Plano de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA na data de início de vigência do contrato, apresentando as datas que deverão ser executadas cada Manutenção Preventiva, Ronda Setorial e Inspeção de Equipamento Crítico;

8.14.17. Os EMHs cujas Qualificações de Operação e Qualificações de Desempenho necessitam execução por sujeito diferente do realizador da manutenção preventiva e corretiva, estas poderão ser contratadas utilizando-se o valor mensal máximo para faturamento de serviços avulsos, conforme procedimentos especificados neste termo de referência;

8.14.17.1. Em caso de necessidade repetições dos procedimentos de qualificação decorrente a reprovação devido a manutenções corretivas ou preventivas não executadas satisfatoriamente por parte da CONTRATADA, o valor cobrado para os retornos fora do planejamento anual não poderão ser cobrados da CONTRATANTE, cabendo a CONTRATADA arcar com esses custos sem ônus a CONTRATANTE;

8.14.18. Serão classificadas como fora do prazo planejado para execução todas as Manutenções Preventivas, Rondas Setoriais e Inspeções de Equipamentos Críticos que não forem realizadas na data exata prevista, no caso de Manutenção Preventiva com periodicidade mensal ou inferior, ou que não forem executadas dentro do mês previsto, no caso de Manutenção Preventiva com periodicidade bimestral ou superior.;

8.14.19. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a eventual Aplicação de Peças/Acessórios e Serviços Especializados para execução de Manutenção Preventiva, utilizando para isso o valor reservado para Aplicação de Peças/Acessórios e Serviços Especializados, conforme pactuado neste Termo de Referência;

8.14.20. Para execução de Ronda Setorial e Inspeção de Equipamento Crítico a CONTRATANTE deverá utilizar respectivamente os modelos de formulários estabelecidos pelo Setor de Engenharia Clínica da HU-UFMA ou modelo disponibilizado pela contratada desde que seja aprovado pela Engenharia Clínica da HU-UFMA;

8.14.21. O Plano de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA, especifica ainda, os seguintes parâmetros:

I - Periodicidade de Ronda Setorial;

II - Periodicidade de Inspeção de Equipamento Crítico.

8.14.22. Para execução de Inspeção a CONTRATADA deverá utilizar os modelos de formulários estabelecidos pelo Setor de Engenharia Clínica da HU-UFMA;

8.14.23. A CONTRATADA deverá, rotineiramente, realizar Inspeção nas Salas Cirúrgicas e UTI's, nos intervalos dos procedimentos, e rotineiramente também, realizar Inspeção em outros locais indicados pela CONTRATANTE, e eventualmente, realizar Inspeção em outros locais conforme demandado pontualmente pela CONTRATANTE;

8.14.24. A CONTRATADA será responsável pela execução de toda e qualquer Manutenção Preventiva, toda e qualquer Ronda Setorial, e toda e qualquer Inspeção de Equipamento Crítico do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares do HU-UFMA, disposto de forma não exaustiva no levantamento do parque de Equipamentos Médico-Hospitalares realizado pelo Setor de Engenharia Clínica;

8.14.25. O levantamento inicial do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA, realizado pelo Setor de Engenharia Clínica é apenas um balizador para execução do Objeto deste estudo, podendo, neste parque, ao longo do tempo, tanto serem inativados equipamentos como também serem adicionados novos equipamentos, estando esses cobertos pelo Serviço de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA.

8.15. **Manutenção Corretiva e Movimentação:**

8.15.1. A CONTRATADA será responsável pelo atendimento Técnico de todo e qualquer Chamado Técnico do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA;

8.15.2. A solicitação do Chamado Técnico para a CONTRATADA implica no início da contagem do Tempo de Atendimento Técnico e do Tempo de Solução Técnica;

8.15.3. O Tempo de Atendimento Técnico não poderá exceder a 01 (um) dia;

8.15.4. O Tempo de Solução Técnica não poderá exceder a 30 (trinta) dias;

8.15.5. Para todo Atendimento Técnico deverá ser feito um documento de Atendimento Técnico via software da contratante, que deverá ser entregue à CONTRATANTE, constando no mínimo as seguintes informações:

a) Identificação do Equipamento;

b) Data e Hora do Início e Término do Atendimento Técnico;

c) Descrição do(s) problema(s) encontrado(s);

d) Descrição do(s) serviço(s) executado(s);

e) Descrição de eventual(ais) pendência(s);

f) Descrição de eventual(ais) peça(s) aplicadas(s);

g) Status do Equipamento após o Atendimento Técnico

h) Nome/Assinatura do Responsável pelo Atendimento Técnico; VIII - Nome/Assinatura do

8.15.6. A CONTRATADA será responsável pela execução de toda e qualquer Manutenção Corretiva do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA;

8.15.7. Em toda e qualquer Manutenção onde a CONTRATANTE e/ou a própria CONTRATADA julgar necessária a execução de Calibração e/ou Teste de Segurança Elétrica e/ou Qualificação de Instalação e/ou Qualificação de Operação e/ou Qualificação de Desempenho, a CONTRATADA deverá realizá-lo(s) para que esta demanda de Manutenção Corretiva ou Movimentação seja classificada como efetivamente executada;

8.15.8. Quando reparado em bancada, o equipamento só é liberado após os testes de qualidade interna.

8.15.9. Todas as atividades de Manutenção Corretiva deverão ser documentadas registradas em sistema informatizado (software) específico disponibilizado pela Contratante, informando no mínimo: identificação do equipamento, o defeito apresentado, o diagnóstico do problema, descrição clara das ações tomadas para sua correção, identificação do executor de cada uma das ações, horário de abertura, atendimento e encerramento da ordem de serviço, intervalo início-fim de cada atividade, material aplicado e seus valores, bem como cópia da referida nota fiscal.

8.15.10. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a eventual Aplicação de Peças/Acessórios e Serviços Especializados para execução de Manutenção Corretiva e para execução de Movimentação, utilizando para isso o valor reservado para Aplicação de Peças/Acessórios e Serviços Especializados, conforme pactuado neste Termo de Referência.

8.16. **Aplicação de Peças/Acessórios e Serviços Especializados**

8.16.1. O Valor **potencial ANUAL** provisionado para Serviços Especializados (Avulsos) de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA será de **R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais)** e para Aplicação de Peças/Acessórios será de **R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais)**, a serem empregados sob demanda, mediante análise e aprovação do Setor de Engenharia Clínica.

Descrição	Valor Mensal
VALOR MENSAL MÁXIMO PARA FATURAMENTO DE SERVIÇOS AVULSOS	R\$ 35.000,00
VALOR MENSAL MÁXIMO PARA FATURAMENTO DE PEÇAS/MATERIAIS	R\$ 35.000,00

8.16.2. Para elaboração da proposta, o **valor mensal de R\$ 35.000,00** para APLICAÇÃO de serviços Especializados Avulsos deve está incluso na proposta **não podendo ser alterado**, acrescido dos percentuais de BDI. A contratada poderá alterar somente o BDI.

8.16.3. Para elaboração da proposta, o **valor mensal de R\$ 35.000,00** para APLICAÇÃO de Peças/ Materiais deve está incluso na proposta, **não podendo ser alterado**, acrescido dos percentuais de BDI. A contratada poderá alterar somente o BDI.

8.16.4. Cabe a cada licitante colocar os índices e os impostos conforme a realidade econômica e tributária da empresa, justificando os valores caso seja diligenciado pela contratante.

8.16.5. Devido à natureza do objeto deste estudo, que inclui a manutenção de uma gama de equipamentos médico-hospitalares, de distintas marcas e modelos, e diversos graus de complexidade, far-se-ia necessária a especificação de uma lista infinita de peças e serviços para atender totalmente a demanda de manutenções da instituição, inviabilizando desta forma a especificação desta lista, motivo este pelo qual foi previsto um valor anual para eventual aplicação de peças e de serviços especializados.

8.16.6. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a aplicação de peças/acessórios, quando necessário, para execução de manutenção no parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA, disposto de forma não exaustiva no levantamento do parque de Equipamentos Médico-Hospitalares do hospital realizado pelo Setor de Engenharia Clínica, incluindo a aplicação de peças/acessórios para manutenções demandadas devido à imprudência e/ou falha de infraestrutura;

8.16.7. Sobre o conceito de Serviço Especializado subtede-se todo e qualquer serviço que exigir mão de obra especializada de fábrica, serviço técnico de alta especialização e/ou a substituição de peças/acessórios não disponíveis no mercado, necessários para reparar um Equipamento Médico e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido, além de todo e qualquer serviço especializado necessário para logística de Equipamento Médico, e todo e qualquer serviço especializado necessário para adequação de infraestrutura visando operacionalizar um Equipamento Médico etc.

8.16.8. **Justificativa para definição dos valores**

8.16.8.1. A definição dos valores anuais e mensais destinados à aplicação de peças/acessórios e à execução de serviços especializados decorre da análise histórica dos **custos médios realizados nos últimos dois anos (11/2023 a 11/2025)**, apurados no âmbito do **contrato vigente de Engenharia Clínica do HU-UFMA**.

8.16.8.2. O Estudo Técnico Preliminar identificou que:

I - os gastos com **serviços especializados avulsos** apresentaram média anual e mensal

compatíveis com o valor ora proposto;

II - os custos com **peças, insumos e acessórios** oscilaram significativamente devido à alta variabilidade tecnológica e de complexidade do parque de equipamentos;

III - os valores médios consolidados para ambos os grupos apresentaram tendência de simetria orçamentária, justificando a uniformização dos tetos anuais e mensais.

8.16.8.3. Com base nesses dados, os valores foram **arredondados para R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) mensais para cada rubrica**, de modo a garantir segurança orçamentária, continuidade dos serviços assistenciais e atendimento adequado das necessidades de manutenção corretiva e preventiva, considerando também a imprevisibilidade inerente ao parque de equipamentos médico-hospitalares.

8.16.8.4. O arredondamento adotado justifica-se pela necessidade de absorver variações pontuais de consumo, flutuações de mercado, diferenças de complexidade entre equipamentos e eventuais situações emergenciais, sem que isso implique fracionamento indevido, aditivos recorrentes ou prejuízo à continuidade dos serviços assistenciais. Ressalta-se que tais valores representam limites máximos de utilização, sendo sua execução condicionada à efetiva necessidade, à análise técnica e à prévia autorização do Setor de Engenharia Clínica.

8.16.8.5. Esses valores, portanto, representam uma **estimativa realista e tecnicamente embasada**, construída a partir dos históricos de execução contratual, visando conferir previsibilidade financeira e assegurar condições adequadas para atendimento das demandas de manutenção ao longo da vigência do contrato.

8.16.9. **Condições para Aplicação de Serviços Especializados:**

8.16.9.1. Quando a CONTRATADA constatar necessidade do emprego de Serviço Especializado, esta deverá indicar formalmente a necessidade de Aplicação de Serviço Especializado para a CONTRATANTE. Devendo a CONTRATANTE, sempre, por meio do Setor de Engenharia Clínica, avaliar a real necessidade de Aplicação e Serviço Especializado indicado pela CONTRATADA;

8.16.9.2. A CONTRATADA deverá apresentar Pesquisa de Preço, visando a Aplicação dos Serviços Especializados;

8.16.9.3. A pesquisa de preços deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de comunicação da necessidade de aplicação de peças/acessórios e serviços especializados, observados os parâmetros descritos no art. 128 do RCC 3.0, e, sucessivamente, mediante a apresentação de 03 (três) orçamentos de fornecedores distintos, ou justificativa para a obtenção de um ou dois orçamentos, ou, ainda, Carta de Exclusividade, quando se tratar de fornecedor exclusivo.

8.16.9.4. Sempre que houver necessidade, a CONTRATADA deverá realizar, sem ônus para a CONTRATANTE, o transporte de equipamento para orçamento e/ou conserto externo.

8.16.9.5. A CONTRATANTE deverá aprovar formalmente a Pesquisa de Preço apresentada pela CONTRATADA, ou deverá apresentar Pesquisa de Preço complementar, aprovada, em substituição à Pesquisa de Preço realizada pela CONTRATADA;

8.16.9.6. A CONTRATADA deverá aplicar o Serviço Especializado pelo menor valor constante na Pesquisa de Preço aprovada, podendo adotar valor diferente **somente mediante justificativa fundamentada e aprovação prévia da CONTRATANTE;**

8.16.9.7. O Comprovante de Aquisição dos Serviços Especializados deverá ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a data de aprovação da Pesquisa de Preço;

8.16.9.8. Todo e qualquer Serviço Especializado deverá ser executado, juntamente com a entrega de cópia de sua nota fiscal para controle e rastreabilidade do Serviço Especializado e cópia de seu comprovante de quitação da aquisição para certificação do respectivo pagamento pela CONTRATADA;

8.16.9.9. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a prestação de garantia total, de no mínimo 03 meses, para toda e qualquer Peça/Acessório Aplicado e/ou Antecipado e para todo e qualquer Serviço Especializado Aplicado, a contar da data de recebimento da Peça/Acessório pela CONTRATANTE ou da data de aceite da execução do Serviço Especializado.

8.16.9.10. Sobre o conceito de Peças/Acessórios subentende-se toda e qualquer Peça/Acessório necessário para reparar um Equipamento Médico e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido;

8.16.10. **Condições para Aplicação de Peças/Acessórios:**

8.16.10.1. Quando a CONTRATADA indicar a necessidade do emprego de Peça/Acessório, esta deverá comunicar formalmente a necessidade de Aplicação de Peça/Acessório para a CONTRATANTE. Devendo a CONTRATANTE por meio do Setor de Engenharia Clínica da HU-UFMA, sempre, avaliar a real necessidade da Aplicação de Peça/Acessório indicada pela CONTRATADA;

8.16.10.2. Ainda, objetivando o Gerenciamento de Riscos, ou seja, antevendo-se à algumas Aplicações de Peças/Acessórios ordinárias que visam mitigar a indisponibilidade de Equipamentos Médico-Hospitalares, a CONTRATANTE poderá indicar formalmente à CONTRATADA a necessidade de Antecipação de

Peças/Acessórios para agilizar futuras manutenções;

8.16.10.3. A CONTRATADA deverá apresentar Pesquisa de Preço, visando a Aplicação e/ou Antecipação das Peças/Acessórios que será avaliada e aprovada pelo Setor de Engenharia Clínica da HU-UFMA;

8.16.10.4. A pesquisa de preços deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de comunicação da necessidade de aplicação de peças/acessórios e serviços especializados, observados os parâmetros descritos no art. 128 do RCC 3.0, e, sucessivamente, mediante a apresentação de 03 (três) orçamentos de fornecedores distintos, ou justificativa para a obtenção de um ou dois orçamentos, ou, ainda, Carta de Exclusividade, quando se tratar de fornecedor exclusivo.

8.16.10.5. A CONTRATANTE deverá aprovar formalmente a Pesquisa de Preço apresentada pela CONTRATADA, ou deverá apresentar Pesquisa de Preço complementar, aprovada, em substituição à Pesquisa de Preço realizada pela CONTRATADA;

8.16.10.6. A CONTRATADA deverá sempre realizar a Aplicação e/ou Antecipação de Peça/Acessório pelo menor valor constante na Pesquisa de Preço aprovada, podendo adotar valor diferente **somente mediante justificativa fundamentada e aprovação prévia da CONTRATANTE**;

8.16.10.7. O Comprovante de Aquisição das Peças/Acessórios deverá ser apresentado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a data de aprovação da Pesquisa de Preço;

8.16.10.8. Deverão ser aplicadas e/ou antecipadas apenas peças/acessórios novas ou reconcondicionadas, desde que estritamente certificadas pelo fabricante e que atendam integralmente aos requisitos estabelecidos pela RDC nº 25/2001, bem como demais normas aplicáveis, com exceção de eventuais casos formalmente autorizados pela CONTRATANTE;

8.16.10.9. Na ocorrência da aquisição fora do mercado local, havendo necessidade de envio/frete das peças/acessórios, terá como remetente o FONECEDOR escolhido e como destinatário, sempre quando possível, deverá ser o endereço da CONTRATANTE e "Aos cuidados da CONTRATADA", focando a celeridade e economia na solução;

8.16.10.9.1. Nos casos que não houver possibilidade de envio/frete direto ao endereço da CONTRATANTE, o envio/frete deverá ser realizado para o escritório da CONTRATADA na cidade de São Luis-MA, conforme compromisso firmado no **APENDICE V**, devendo os volumes serem transportados do escritório ao endereço da CONTRATANTE sem custos adicionais;

8.16.10.9.2. Os custos referente ao transporte das peças/acessórios deverão, preferencialmente, ser compostos na pesquisa de preço apresentado pela CONTRATADA. No caso de impossibilidade da apresentação dos custos na pesquisa de preço, a CONTRATADA deverá realizar pesquisa para entrega no endereço da CONTRATANTE ou escritório da CONTRATADA, devendo posteriormente serem transportados ao endereço da CONTRATANTE sem custos adicionais, com a apresentação de 03 (três) orçamentos de fornecedores distintos ou justificativa da impossibilidade.

8.16.10.9.3. Em nenhuma hipótese haverá oneração da CONTRATANTE para soluções que envolverem transporte de peças/acessórios seja por questões logísticas, tributárias, legais, entre outras, alheias as condições acima apresentadas, cabendo a CONTRATADA arcar com tais custos de frete/envio caso ocorram;

8.16.10.10. Toda e qualquer Peça/Acessório deverá ser Aplicada ou Antecipada, juntamente com a entrega de cópia de sua nota fiscal para controle e rastreabilidade da Peça/Acessório e de cópia de seu comprovante de quitação da aquisição para certificação do respectivo pagamento pela CONTRATADA;

8.16.11. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a eventual Aplicação de Serviço Especializado, quando necessário, para execução de Manutenção no Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE, disposto de forma não exaustiva no APÊNDICE I, incluindo a Aplicação de Serviço Especializado para manutenções demandadas devido à imprudência e/ou falha de infraestrutura;

8.16.12. O valor mensal previsto para aquisição de peças e subcontratação de serviços especializados/avulsos trata-se de estimativa de gasto, podendo ocorrer durante a execução do contrato, em casos excepcionais, a extrapolação deste valor mensal, de forma que a soma dos valores mensais não ultrapasse o montante anual do valor contratado, respeitando-se, assim, a dotação orçamentária anual para o serviço contratado. O valor referencial de peças será variável, a CONTRATADA somente receberá pelas peças adquiridas com autorização da CONTRATANTE, o valor não é cumulativo nem de direito da CONTRATADA caso não haja aquisição de peças.

8.16.13. A CONTRATADA deverá utilizar o valor previsto neste Termo de Referência, para aquisição de peças e subcontratação de serviços especializados, de forma excepcional para celeridade no reparo de falhas intempestivas em Equipamentos da instituição.

8.17. **Fornecimento de Materiais e Insumos Consumíveis:**

8.17.1. A **CONTRATADA** assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os insumos necessários à revisão, pequenas manutenções eletrônicas em placas e componentes, testes, recarga, calibração, lubrificação, limpeza e conservação dos equipamentos.

8.17.1.1. Entende-se por itens de insumo, **de forma exemplificativa**: panos, estopa (de malha), lona plástica, flanelas, álcool isopropílico, benzina, fita isolante, soldas, pasta de fluxo, colas (diversas), vedantes

em pasta, fita dupla face, fita de autofusão, fita silvertape, lâminas de estilete, o-rings diversos, secantes, graxas, lixas, óleos lubrificantes, spray limpa-contatos, spray anti-umidade, vaselina líquida ou graxa, água destilada, produto de limpeza não abrasivo e biodegradável, abraçadeiras, caixas com terminais crimper, conectores e terminais elétricos de até 50mm, pregos, parafuso, buchas de nylon, arrebitos, arruelas, porcas, conjunto de componentes eletrônicos de variados valores, tais como, resistores, capacitores, leds, diodos, fusíveis etc necessários à manutenção dos equipamentos e recomendados pelo fabricante e correlatos. **A lista de insumos não é exaustiva.**

8.17.2. A relação **exemplificativa e mínima sugerida** de materiais de consumo é disponível no **APÊNDICE VIII - MATERIAIS DE CONSUMO - REFERENCIAL BÁSICO**.

8.18. **Apoio na Logística de Peças/Acessórios Antecipados**

8.18.1. Será dever da CONTRATADA manter, organizar, sequenciar e executar as rotinas e procedimentos do estoque de peças/acessórios do Setor de Engenharia Clínica, nisto incluso:

- I - Controle de entrada e saída de peças e acessórios;
- II - Organização, identificação e limpeza dos produtos armazenados;

8.18.2. O planejamento de produtos elegíveis ao armazenamento no Setor de Engenharia Clínica, neste incluído os estoques mínimo de peças e acessórios, será realizada periodicamente pela CONTRATANTE com apoio da CONTRATADA.

- I - É dever da CONTRATADA informar e requisitar reposição à CONTRATANTE de produtos presentes no planejamento que estão com estoques abaixo do mínimo estabelecido;
- II - A CONTRATADA poderá solicitar a aquisição de materiais não presentes no planejamento à CONTRATANTE mediante evidências de uso futuro;

8.18.3. Serão de responsabilidade da CONTRATADA as buscas e registros do estoque de peças, acessórios e componentes sobressalentes novos e aproveitáveis, provenientes de reparos ou de equipamentos em desfazimento.

8.18.4. Será de responsabilidade da CONTRATADA o dimensionamento do estoque mínimo de peças, acessórios, insumos e consumíveis. Este deverá ser apresentado ao Fiscal Técnico do contrato para validação.

8.18.5. A CONTRATADA deverá entregar mensalmente relatório específico de consumo dos materiais.

8.18.6. A CONTRATADA deverá, periodicamente, realizar conferência e atualização do inventário físico dos itens em estoque. Caso os quantitativos contabilizados na conferência física estejam divergentes ao registrado no sistema GETS, será facultada à CONTRATANTE a realizar devidos descontos em faturamento da CONTRATADA dos respectivos valores dos materiais não localizados, desde que não seja apresentada justificativa aceita pelo Fiscal Técnico do contrato para a divergência apurada.

8.18.7. Será vedado a CONTRATADA manter produtos seus ou de terceiros, sem a finalidade de utilização futura em EMH sob posse da HU-UFMA.

8.19. **Gerenciamento da Central de Equipamentos Médico-Hospitalares**

8.19.1. Será dever da CONTRATADA manter, organizar, sequenciar e executar as rotinas e procedimentos do Depósito de Materiais e Equipamentos (DME) do Setor de Engenharia Clínica, nisto incluso:

- I - Controle de entrada e saída de EMH;
- II - Organização, identificação e limpeza de EMH;
- III - Execução das rotinas de teste funcionais e de operação;

8.19.2. Na organização, identificação e limpeza de EMH a contratada deverá:

- I - Estratificar os EMHs do DME ordenados por tipos e situação, em espaços identificados;
- II - Implementar indicações visuais e sequenciais para identificação de EMHs disponíveis para uso, aguardando ativação, aguardando manutenção, em desativação;
- III - Implementar rotinas e controles de teste operacionais para EMHs disponíveis para empréstimo;
- IV - Implementar rotina de limpeza de EMHs guardados;

8.19.3. É vedado a CONTRATADA emprestar EMH sob utilização da CONTRATANTE a terceiros, sem o consentimento da Chefia do Setor de Engenharia Clínica.

8.20. **Serviços na Unidade de Processamento de Materiais Esterilizados - UPME**

8.20.1. Será dever da **CONTRATADA** manter os EMHS da Central de Material Esterilizado em condições operacionais e seguras de funcionamento de modo a possibilitar para a equipe da UPME executar todas as rotinas e procedimentos diários, nisto incluso:

- I - Planejar, executar acompanhar serviços de manutenção programada em autoclaves, termodesinfectoras, seladoras e demais equipamentos de esterilização, garantindo que estejam operacionais e seguros;
- II - Executar serviços de manutenção corretiva em autoclaves, termodesinfectoras, seladoras e demais equipamentos de esterilização, garantindo que estejam operacionais e seguros;
- III - Oferecer treinamento para a equipe do UPME em relação ao uso correto e seguro dos equipamentos, bem como orientações sobre rotinas de inspeção e práticas de segurança;
- IV - Realizar todos os procedimentos acima com nível de excelência para garantir a aprovação dos mesmos nas qualificações e validações necessárias;
- V - Realizar e/ou acompanhar instalação de novos equipamentos;
- VI - Dentre outros.

8.21. **Serviços na Unidade de Diagnóstico por Imagem e Diagnósticos Especializados - UDIDE**

8.21.1. Será dever da **CONTRATADA** intermediar e agir como elo estratégico entre UDIDE, operadores e demais CONTRATADAS, nisto incluso:

- I - Avaliar o problema relatado para identificar se é algo simples, como erros de operação ou ajustes que possam ser resolvidos rapidamente, ou se requer suporte especializado;
- II - Realizar uma análise inicial para determinar se a falha está relacionada ao uso, configuração ou defeito técnico.
- III - Verificar se o problema é causado por falta de treinamento ou mau uso e orientar o operador, se necessário.
- IV - Fornecer orientações básicas ao corpo técnico e clínico sobre o uso correto e cuidados com os equipamentos.
- V - Quando autorizado, realizar manutenções simples para garantir o bom funcionamento dos equipamentos, como limpeza de sensores, filtros e conectores.
- VI - Auxiliar na comunicação entre o hospital e a empresa contratada para manutenção dos equipamentos de diagnóstico por imagem, fornecendo relatórios técnicos detalhados sobre a falha.
- VII - Monitorar os reparos realizados pela empresa especializada para garantir que sejam realizados adequadamente.
- VIII - Identificar falhas como perda de conexão, lentidão na transferência ou incompatibilidades de formato de arquivo (DICOM).
- IX - Dentre outros.

8.22. **Serviços no Centro Cirúrgico**

8.22.1. Será dever da **CONTRATADA** manter, organizar, sequenciar e executar as rotinas e procedimentos no Centro Cirúrgico, nisto incluso:

- I - Fazer atendimento imediato em sala cirúrgica (pequenos defeitos / erros operacionais);
- II - Realizar e/ou acompanhar serviços de manutenção programada;
- III - Realizar e/ou acompanhar instalação de novos equipamentos;
- IV - Realizar e/ou acompanhar manutenções corretiva;
- V - Viabilizar transmissão ao vivo de cirurgias para eventos;
- VI - Verificar sistema de aquecimento dos berços aquecidos;
- VII - Atuar nas ações relacionadas ao processo de tecnovigilância e investigação de queixas técnicas e eventos adversos;
- VIII - Dentre outros.

8.23. **Treinamentos**

8.23.1. É dever da **CONTRATADA** organizar e executar as atividades de Treinamento Continuo em EMH aos usuários na HU-UFMA orientadas pelo Programa Anual de Treinamentos elaborados anualmente pela **CONTRATADA** e aprovado pela **CONTRATANTE**.

- I - Durante a vigência do cronograma anual, a **CONTRATANTE** poderá, a qualquer tempo, modificar, cancelar ou adiar os treinamentos dispostos ou incluir/remover EMH, em concordância com a **CONTRATADA**;

II - A CONTRATADA poderá, durante o cronograma anual, solicitar modificações, embasando teoricamente e/ou praticamente a justificativa para tal, e podem ou não serem acatadas pela CONTRATANTE;

8.23.2. Além do Programa Anual de Treinamentos, a CONTRATADA deve organizar e/ou executar extraordinariamente o treinamento em EMH, nos seguintes casos:

I - A cada processo de ativação de novo EMH, intermediando a execução do treinamento inicial pelo representante do fornecedor;

II - A cada defeito, dano, problema ou ocorrência evidentemente causado pelo mau uso do EMH;

III - A cada solicitação pela CONTRATANTE na figura das Unidades Assistenciais ou Gerência de Ensino e Pesquisa;

8.23.3. Durante a organização e execução do treinamento continuado, a CONTRATADA deve, caso a caso:

I - Contatar as chefias das unidades assistenciais e o ministrante/facilitador/professor/palestrante para agendamento de turmas e horários;

II - Reservar, se for o caso, ambientes para as atividades de treinamento;

III - Produzir as apresentações, vídeos instrucionais e/ou Anexos e material para distribuição, caso necessário;

IV - Ministrando o conteúdo programático;

V - Controlar a participação da equipe de usuários;

8.23.4. A CONTRATADA deverá registrar todas as informações pertinentes ao treinamento operacional, tais como:

- a) Número de participantes e respectivas assinaturas;
- b) Carga horária;
- c) Data de realização;
- d) Responsável da área;
- e) Conteúdo programático do treinamento;
- f) Critérios de avaliação das necessidades do treinamento;
- g) Avaliação da eficácia do treinamento;

8.23.5. Os membros da equipe técnica da CONTRATADA devem, indicados por seu Preposto, participar de Treinamentos de Manutenção Técnica quando disponibilizados.

8.23.6. Os membros da equipe CONTRATADA deverão participar de TODO E QUALQUER treinamento proposto por programas de segurança e medicina do trabalho disponibilizados pela CONTRATANTE.

8.23.7. É vedado a CONTRATADA usar os ambientes e/ou EMHs da CONTRATANTE para execução de treinamentos de pessoas externas a HU-UFMA, exceto em programas fornecidos pela HU-UFMA.

8.23.8. Todos os treinamentos ministrados deverão ser documentados e registrados no sistema informatizado.

8.23.9. A CONTRATADA deve executar, no que lhe competir, as demais atividades presentes do processo de trabalho - Realizar Treinamentos de EMH.

8.24. **Propriedade Intelectual**

8.24.1. No tocante aos aspectos relativos ao direito à propriedade intelectual dos documentos a serem elaborados e utilizados na gestão dos EMH tais como cadastros, procedimentos operacionais, manuais, fluxogramas, planos de contingência, etc., bem como os dados gerados da utilização do sistema GETS, não cabe à CONTRATADA seus direitos vistos serem inerentes ao desenvolvimento de suas atividades para o pleno atendimento ao objeto deste Termo de Referência.

8.24.2. Todo o material produzido para atender às demandas do CONTRATANTE será de propriedade da HU-UFMA/EBSERH, podendo estes inclusive, ser objeto de disponibilização para as outras filiais da rede.

8.24.3. Sempre que a CONTRATANTE demandar que a CONTRATADA disponibilize os arquivos em versão editável ou em extensão .pdf, a CONTRATADA deverá atender em até 3 (três) dias úteis.

8.24.4. No que couber, a CONTRATADA deverá em até 30 (trinta) dias corridos a contar a partir da data de eventuais renovações anuais de contrato ou da data de fim de vigência do contrato, entregar à CONTRATANTE, o Banco de Documentos elaborado e o Banco de Dados gerado, em formato digital, sendo no mínimo 01 (um) volume do Banco de Documentos em mídia digital contendo arquivos digitais totalmente editáveis e 01 (um) volume do

Banco de Dados em mídia digital contendo arquivos digitais totalmente editável.

8.24.5. Caso, ao término do contrato, a CONTRATADA não realize a entrega à CONTRATANTE do Banco Documentos e/ou do Banco de Dados, em formato digital, conforme pactuado neste Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita a sanções contratuais, administrativas e penais previstas neste Termo de Referência e demais legislações vigentes.

8.24.6. A CONTRATADA deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da prestação dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com a CONTRATANTE.

8.25. **Apoio no Recebimento e Instalação de Novos Equipamentos Médico-Hospitalares**

8.25.1. A CONTRATADA deverá executar as atividades de incorporação de novos EMH, que incluem, de forma sintética:

- a) Acompanhamento de Montagem, Implantação, Instalação, Configuração Inicial, etc.;
- b) Avaliação e aceitação das funções e características do EMH com as requeridas em licitação;
- c) Avaliação da Calibração e outros controles de qualidade;
- d) Acompanhamento de Treinamentos Operacionais;
- e) Participação de Treinamentos Técnicos;
- f) Verificação das necessidades de Inclusão no plano de manutenção programada;
- g) Elaboração de procedimentos de manutenção e/ou *checklists* para os novos EMH adquiridos;
- h) Acompanhar a entrega do EMH à unidade/setor de utilização.

8.25.2. A CONTRATADA deverá colocar no novo equipamento médico incorporado no Sistema de Gestão a etiqueta de identificação com a TAG de identificação da Engenharia Clínica.

8.25.3. Caso haja a incorporação de novos equipamentos ao parque tecnológico da CONTRATANTE, estes automaticamente serão enquadrados no **Apêndice I** - Relação de Equipamentos do HU-UFMA (em grupo de natureza similar), não sendo necessário o redimensionamento de pessoal pela empresa para incluí-los na Gestão e/ou Manutenção do parque tecnológico.

8.25.4. A CONTRATADA deverá apoiar as atividades de demonstração de EMH, que incluem:

- a) Conferência dos EMH, seus complementos e insumos entregues, nos quesitos funcionalidade e integridade física;
- b) Acompanhamento de Montagem, Implantação, Instalação, Configuração Inicial, etc.;
- c) Acompanhamento de Treinamentos Operacionais;
- d) Intermediação de questões técnicas entre Unidade assistencial e Fornecedor;
- e) Apoio e Acompanhamento da remoção do EMH.

8.25.5. A CONTRATADA deverá executar, no que lhe competir, as demais atividades presentes nos processos de trabalho - Realizar Ativação de EMH e Realizar Demonstração de EMH.

8.25.6. Sempre que necessário, a CONTRATADA deverá providenciar a remoção, distribuição, deslocamento e o transporte de equipamentos de pequeno e médio porte (peso igual ou inferior a 500 kg) de um setor a outro local, visando dar maior agilidade no processo de instalação, descarte, calibração, qualificação ou manutenção dos aparelhos. Quanto aos equipamentos de grande porte, a CONTRATADA prestará toda a assessoria para a contratação de transportadora especializada, se esta for necessária, cujo custo do transporte correrá pela CONTRATANTE, mediante utilização de verba de serviços especializados, para a remoção e transporte do equipamento ao novo setor ou localidade em que este será instalado, descartado, calibrado, qualificado ou reparado. Todas estas atividades deverão ser atualizadas no inventário.

8.25.7. O histórico da transferência deve ficar registrado no registro histórico do equipamento, indicando o período de tempo, informando a data (dia/mês/ano) de entrada e saída em que o equipamento esteve alocado em cada setor assistencial.

8.25.8. Havendo necessidade de troca de peças, insumos ou acessórios, ou ainda de subcontratação de serviços especializados, estes deverão ser aplicados pela CONTRATADA, respeitando-se os limites disponíveis, descritos em tópico específico neste Termo de Referência, acumulativo no exercício vigente, e que será pago o que efetivamente for comprovado após a apresentação de Relatório de Despesas.

8.26. **Apoio no Acompanhamento de Serviços Externos**

8.26.1. É dever da CONTRATADA prestar apoio e acompanhar todas as intervenções técnicas em EMH da CONTRATANTE executadas por outras empresas contratadas pela HU-UFMA, ficando obrigada a:

- I - Receber, tratar e encaminhar as solicitações de manutenção corretiva, bem como acompanhar tais intervenções;
- II - Encaminhar e acompanhar os serviços de manutenção programada;
- III - Apoiar e acompanhar a prestação e execução de serviços dentro da HU-UFMA;
- IV - Executar, no que for possível, as atividades de manutenção orientadas por teleatendimento;
- V - Registrar e documentar a execução, do que lhe competir, no sistema GETS.

8.26.2. Será facultado à CONTRATANTE a formalização de contrato de manutenção com terceiros, para quaisquer equipamentos enquadrados como de impacto nas rotinas institucionais e que exigem altas taxas de disponibilidade, ou que sejam equipamentos de alto risco, como os de apoio ou substituição a um órgão, ou que exijam mão de obra especializada.

8.26.3. Implementar critérios, em conjunto com a CONTRATANTE, na qualificação de fornecedores de modo a promover a melhor aquisição de produtos e serviços, em termos técnicos e econômicos.

8.27. **Apoio na Logística de Equipamentos Médico-Hospitalares e seus acessórios**

8.27.1. A CONTRATADA deverá Apoiar na Logística de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA e seus acessórios, principalmente nas unidades críticas do hospital (Unidade de Centro Obstétrico e Unidades de Cuidados Intensivos).

8.28. **Apoio na Emissão de Laudo Técnico de Equipamento Médico**

8.28.1. A CONTRATADA deverá Apoiar na Emissão de Laudo Técnico de Equipamento Médico da HU-UFMA, sempre que necessário ou sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

8.28.2. É dever da CONTRATADA prover as informações e documentos necessários à avaliação de Obsolescência/Desativação de EMH instalados no parque tecnológico da CONTRATANTE.

8.28.3. Quando a CONTRATADA julgar pertinente a Solicitação de Inativação de equipamento do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA, esta deverá emitir Laudo Técnico para a CONTRATANTE, acompanhando e justificando tal solicitação.

8.28.4. É elegível a desativação do EMH sob as seguintes circunstâncias:

- a) Funções, métodos e características ultrapassadas tecnologicamente;
- b) Fatores de segurança incompatíveis com os requisitos mínimos de normativas e legislações;
- c) Condições de uso com a possibilidade de aumento de risco à integridade de operadores e/ou pacientes;
- d) Ociosidade, inutilização ou rejeição de utilização pelas unidades assistenciais;
- e) Prazo para *vida útil* do fabricante superado;
- f) Inexequibilidade de manutenção causada pela falta de peças disponíveis no mercado ou inexistência mão de obra especializada;
- g) Custo de reparo igual ou superior a 50% do valor da substituição do EMH;
- h) Alterações em exigências legais e normativas que impedem a utilização do EMH;
- i) Não encontrados em 3 (três) ou mais censos (inventários) do Setor de Engenharia Clínica ou Unidade de Patrimônio.

8.28.5. As propostas de desativação de EMH devem ser realizadas através de ferramentas disponíveis na O.S no sistema GETS, e devem, a cada caso, conter:

- a) Informações da identificação do EMH (série, patrimônio, marca, modelo e registro fotográfico);
- b) Responsável pela Ordem de Serviço e seus executores;
- c) Registro de atividades técnicas;
- d) Avaliação/Laudo de Desativação realizadas pela CONTRATADA, o que inclui formulário disponibilizado e seus anexos.

8.28.6. A Avaliação/Relatório/Laudo de Desativação (ou qualquer documento que observe as condições para desativação do EMH) deve ser assinado, minimamente, pelo Coordenador e o Técnico Executor da CONTRATADA.

8.28.7. A validação da proposta de Desativação será realizada exclusivamente pela Chefia do Setor de Engenharia Clínica da HU-UFMA.

8.28.8. É de responsabilidade da CONTRATADA acondicionar e identificar o EMH desativado de acordo com as orientações do Setor de Engenharia Clínica e apoiar a Unidade de Patrimônio a remover o EMH para desfazimento.

8.28.9. A CONTRATADA deve executar, no que lhe competir, as demais atividades presentes do processo de trabalho - Realizar Desativação de EMH.

8.28.10. A CONTRATADA deverá registrar a situação do Equipamento Médico e a data de eventual inativação no Sistema de Gestão.

8.29. **Local de Prestação do Serviço**

8.29.1. O Serviço de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares do HU-UFMA deverá ser prestado **majoritariamente nas dependências do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - HU-UFMA**, compreendendo suas **duas unidades hospitalares — Unidade Presidente Dutra e Unidade Materno Infantil —**, bem como seus **anexos assistenciais, administrativos e de apoio técnico**, localizados no município de **São Luís - MA**.

8.29.2. Eventualmente, determinados serviços poderão ser executados **em bancadas, laboratórios externos ou oficinas especializadas**, desde que previamente **autorizados pela CONTRATANTE**, respeitando-se as condições de transporte, rastreabilidade, segurança e integridade dos equipamentos médico-hospitalares.

8.30. **Laboratório de Manutenção**

8.30.1. O Serviço de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA deverá ser prestado com suporte de Laboratório de Manutenção e Laboratório de Calibração no Local de Prestação do Serviço;

8.30.2. A CONTRATANTE disponibilizará, exclusivamente durante a vigência do contrato, um espaço no Local de Prestação do Serviço, para implantação do Laboratório de Manutenção e do Laboratório de calibração da CONTRATADA;

8.30.3. O Laboratório de Manutenção e Laboratório de Calibração deverá, durante toda a vigência do contrato, ser aparelhado permanentemente com os seguintes Mobiliários, Equipamentos e Insumos, mínimos:

- a) 05 Computadores;
- b) 02 Armários para guarda controlada de material técnico (Ferramentas de uso Coletivo, Padrões etc.);
- c) Armário para guarda de pertences da equipe técnica residente;
- d) Impressora Laser Multifuncional com scanner e a rede Wi-Fi, devendo a mesa acompanhar;
- e) Rotulador eletrônico portátil com corte automático, para impressão em fita laminada da etiquetas do código (TAG), com letras e números de identificação do equipamento (mínimo de impressão de 2 linhas de texto e 12mm de largura);
- f) 02 Telefones Celular (smartphones) com linha livre para ligações locais e interurbanas;
- g) Todo e qualquer Insumo necessário para completa execução do Serviço de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA, tais como: Papel, Tonner de Impressora, Grampeador, Grampo, Clips, Caneta, Copo Descartável, Álcool Gel etc.

8.30.4. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, a manutenção, e a reposição quando necessária, de todos os Mobiliários, Equipamentos e Insumos para aparelhagem do Laboratório de Manutenção, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

8.30.5. Deverão ser fornecidos apenas Ferramentas, Analisadores, Mobiliários, Equipamentos e Insumos novos para aparelhagem do Laboratório de Manutenção e Laboratório de Calibração, sendo vedado o uso de Mobiliários, Equipamentos e Insumos usados, recondicionados, reciclados, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado, com exceção de eventuais casos formalmente autorizados pela CONTRATANTE;

8.30.6. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a instalação e desinstalação dos Mobiliários, Equipamentos e Insumos do Laboratório de Manutenção, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE, e preservando sempre a infraestrutura do espaço disponibilizado;

8.30.7. O Laboratório de Manutenção e de calibração deverão ser aparelhado com todos os Mobiliários, Equipamentos e Insumos, conforme pactuado no Termo de Referência, na data de início de vigência do contrato.

8.31. **Equipe Residente**

8.31.1. O Serviço de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares do HU-UFMA deverá contar com Equipe Técnica Residente, alocada no Local de Prestação do Serviço, durante o horário de funcionamento, de forma contínua e dedicada;

8.31.2. Para a execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, a equipe técnica da CONTRATADA será composta pela Equipe Técnica Residente, cujo dimensionamento adequado é de responsabilidade da

CONTRATADA, devendo assegurar o cumprimento integral dos níveis de serviço estabelecidos;

8.31.3. O HU-UFMA/EBSERH dispõe de um parque tecnológico composto por aproximadamente 3.000 (três mil) equipamentos médico-assistenciais, com média mensal de 700 (setecentas) ordens de serviço, abrangendo manutenções corretivas e preventivas, calibrações, testes elétricos, inspeções periódicas e acompanhamento de terceiros. Considerando a sazonalidade das demandas, a CONTRATADA deverá prever quadro técnico suficiente para absorver variações, sem comprometer a execução contratual;

8.31.4. A Equipe Residente deverá ser composta, exclusivamente, pelos seguintes cargos: Coordenador Técnico de Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares, Técnicos de Manutenção em Equipamentos Médico-Hospitalares, Auxiliar Técnico em Equipamentos Médico-Hospitalares e Auxiliar Administrativo, conforme quantitativos, jornadas e atribuições definidos na tabela a seguir:

Equipe Residente

Posto de Trabalho	Quantidade de Postos / Jornada de Trabalho Semanal	Formação / Experiência	Descrição resumida das atribuições
			<ul style="list-style-type: none">• Coordenar a manutenção dos Sistemas e Equipamentos Médico-assistenciais citados no APÊNDICE I, Relação de Equipamentos, acompanhando e orientando as operações à medida que avançam os serviços, para assegurar o cumprimento dos cronogramas e dos padrões de qualidade e segurança recomendados, supervisionado pelo Fiscal do Contrato ou responsável pelo Setor de Engenharia Clínica;• Atuar como supervisor dos demais técnicos designados pela Contratada;• Apoiar no desenvolvimento dos serviços técnicos, atuando diretamente na execução dos mesmos quando necessário;• Apoiar as tarefas de caráter técnico, relativas ao planejamento, avaliação e controle da manutenção dos Equipamentos;• Manter permanente contato com a fiscalização da Contratante, visando otimização de metas e objetivos;• Proceder à avaliação geral das condições requeridas para a manutenção, estudando os projetos e examinando as características dos equipamentos, para determinar o melhor plano de trabalho;• Apoiar e elaborar planejamento de manutenção e especificações, indicando tipos e qualidades de materiais, equipamentos e mão de obra necessária e efetuar estimativas de custos para apreciação e aprovação da Contratante;• Preparar programa de trabalho, elaborando cronogramas e fiscalização do desenvolvimento dos serviços;• Elaborar e assinar o Relatório Mensal de Manutenção;• Participar de reuniões de alinhamento estratégico com o Setor de Engenharia Clínica ou demais setores e unidades da HU-UFMA, sempre que necessário.• Levantamento, cotação e execução de especificações e projetos básicos de materiais, equipamentos e serviços de terceiros;

Coordenador de Manutenção em Equipamentos e Instrumentos Médico-Hospitalares
(CBO 2143-80)

- 01 (um) posto - Jornada semanal de 44h

- Graduação de Nível Superior em Engenharia, regularmente reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC, com registro profissional vigente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, na respectiva área de formação.
- Experiência mínima comprovada de 3 (três) anos na área de Engenharia Clínica, com coordenação/supervisão de serviços técnicos, gestão de equipe e manutenção de equipamentos médico-assistenciais.

- Logística dos Chamados Técnicos, com registro no Sistema de Gestão de Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares;
- Logística das Manutenções Preventivas, Rondas Setoriais e Inspeção de Equipamentos Críticos, com registro no Sistema de Gestão de Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares;
- Logística das aquisições para Aplicação de Peças/Acessórios e Serviços Especializados, com registro no Sistema de Gestão de Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares;
- Manter permanente contato com a fiscalização da Contratante, visando otimização de metas e objetivos;
- Receber os documentos relativos ao contrato, emitidos pela Contratante;
- Realizar o controle da jornada de trabalho dos ocupantes dos postos de trabalho com objetivo de cumprir o contrato;
- Apresentar à fiscalização, mensalmente, planilha ou mapa de frequência do pessoal no prazo fixado pela gestão e fiscalização do contrato;
- Gerenciar, planejar e controlar a lista de materiais, ferramentas, instrumentos e equipamentos da Contratada de forma que os serviços não sofram descontinuidade;
- Manter materiais, ferramentas, instrumentos e equipamentos adequados à execução dos serviços. Caso não adequados, promover substituição;
- Fornecer aos empregados constantes instruções, visando o conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades, inclusive quanto às normas de conduta e segurança;
- Solucionar junto à Contratante os problemas de faltas por força de férias, dispensas médicas, entre outros;
- Zelar pelo cumprimento das normas previstas no contrato e Termo de Referência; Manter os funcionários, quando em serviço, em condições de higiene pessoal, trajando uniforme, portando crachá de identificação com os dados do empregado e foto recente e com Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados;
- Aplicar as advertências necessárias, e mesmo promover a substituição, dos empregados da Contratada que não atenderem às recomendações, cometerem atos de insubordinação ou indisciplina, desrespeitarem seus superiores, não acatarem as ordens recebidas, não cumprirem com suas obrigações ou praticarem qualquer outro tipo de ação grave, que venha a depor contra a Contratada ou o Contratante;
- Fazer o controle de ponto dos

			<p>funcionários através de sistema de Ponto Eletrônico, atendendo a Portaria 1510 do Ministério do Trabalho e Emprego, para registro da entrada e saída dos funcionários, conforme recomenda a Súmula 338/TST, com registro mensal impresso e em formato digital disponibilizado ao Fiscal, devendo ser fornecido todo o sistema necessário para o registro e armazenamento das informações;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatar ao fiscal do contrato, de forma imediata, toda e qualquer irregularidade observada nos locais onde os serviços estão sendo prestados; • Manter sigilo sobre documentos elaborados e assuntos tratados; • Ter conhecimento de suas atribuições e dos funcionários da Contratada, de acordo com as orientações da fiscalização da Contratante; • Informar-se das possíveis ocorrências nos horários não cobertos pela fiscalização; • Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial nas dependências do HU-UFMA e imediações, pelos profissionais contratados; • Tratar todos os servidores públicos e empregados públicos da Contratante, terceirizados, estagiários, colegas de trabalho e demais pessoas com educação, urbanidade, presteza, fineza e atenção..
		<ul style="list-style-type: none"> • Formação Técnica em Eletrônica, Eletrotécnica, Automação, Mecânica, Mecatrônica ou 	<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar o Coordenador Técnico de Manutenção de EMH em suas atribuições. • Executar os serviços de manutenção, testes elétricos, calibração e qualificação dos Sistemas e Equipamentos médico-assistenciais, sob orientação e supervisão do Coordenador de Manutenção; • Executar rondas setoriais e inspeção de equipamentos críticos seguindo metodologia definida pela Contratante; • Executar movimentação de equipamentos e embalagens sempre que necessário, respeitando limitações ergonômicas; • Executar preparação de volumes/embalagens de equipamentos, peças ou acessórios para transporte interno ou externo; • Aplicar treinamentos conforme orientação do Coordenador técnico; • Informar, se necessário, ao Coordenador sobre a necessidade de aquisição de peças e/ou serviços especializados; • Inventariar o parque tecnológico da Contratante anualmente, ou quando solicitado; • Realizar transportes intersetoriais de equipamentos e registrar suas movimentações; • Acompanhar os serviços realizados por

<p>Técnicos de Manutenção em Equipamentos e Instrumentos Médico-Hospitalares</p> <p>(CBO 9153-05)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 6 (seis) postos - Jornada semanal de 44h; • 2 (dois) postos - Jornada 12x36h diurno (2 profissionais por posto); • 2 (dois) postos - Jornada 12x36h noturno (2 profissionais por posto). 	<p>Equipamentos Biomédicos, reconhecida pelo MEC.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Experiência mínima de 3 (três) anos na área de manutenção de equipamentos médico-assistenciais ou em Engenharia Clínica, comprovada em CTPS. • Conhecimento básico de informática. • Experiência em manutenção de equipamentos das áreas de Terapia Intensiva, Centro Cirúrgico, Oftalmologia, Análises Clínicas, Anatomia Patológica e Radiologia. • Boa comunicação oral e escrita. 	<p>empresas externas dentro do HU-UFMA;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Registrar os serviços executados ou acompanhados em Sistema de Gestão de Informações; • Realizar checklist diário das atividades realizadas, registrando e comunicando ao Coordenador quaisquer inconformidades e/ou irregularidades detectadas; • Efetuar ações de prevenção de acidentes de trabalho, bem como situações que possam colocar em risco a segurança da edificação e de seus ocupantes; • Garantir o cumprimento das normas regulamentadoras (NRs) e da utilização de EPIs; • Efetuar levantamento de dados (equipamentos, infraestrutura, acessórios, etc.) de natureza técnica; • Efetuar a organização de arquivos técnicos; • Identificar Equipamentos Médico-assistenciais; • Executar trabalhos repetitivos de mensuração e controle de qualidade; • Executar os serviços gerais de baixa e média complexidade, sob orientação e supervisão do Coordenador; • Manter o ambiente de trabalho livre de entulho, recolhendo as obras de materiais, equipamentos e ferramentas; • Executar todos os serviços em plena segurança e obediência às determinações superiores, comunicando aos superiores o término das tarefas; • Realizar transportes intersetoriais de equipamentos e registrar suas movimentações; • Realizar testes de verificação funcional nos equipamentos; • Tratar todos os servidores públicos e empregados públicos da Contratante, terceirizados, estagiários, colegas de trabalho e demais pessoas com educação, urbanidade, presteza, fineza e atenção.
		<ul style="list-style-type: none"> • Ensino Médio Completo; • Conhecimentos básicos em 	<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar o Coordenador de Manutenção e os Técnicos em suas atividades de manutenção e controle de Equipamentos médico-assistenciais; • Executar manutenções sob coordenação do Coordenador e orientação dos Técnicos; • Acompanhar serviços técnicos de empresas externas; • Realizar inspeções e testes de funcionalidade periódicos; • Controlar equipamentos e acessórios, e

Auxiliares de Eletrônica (CBO 3132-15)	<ul style="list-style-type: none"> • 3 (três) postos – Jornada semanal de 44h 	<p>Eletrônica, Eletrotécnica, Automação, Mecânica, Mecatrônica ou Equipamentos Biomédicos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Experiência mínima de 1 (um) ano na área de manutenção de equipamentos médico-assistenciais ou em Engenharia Clínica, comprovada em CTPS. 	<p>registrar movimentações;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Executar planos de transporte e controle intersetorial; • Realizar checklists diários e comunicar inconformidades; • Prevenir acidentes e garantir cumprimento das NRs; • Organizar arquivos técnicos e o ambiente de trabalho; • Transportar equipamentos internamente, quando necessário; • Apoiar na aquisição local de peças e materiais; • Controlar entrada e saída de equipamentos do setor; • Auxiliar nos processos administrativos e de compras de peças; • Receber chamados técnicos por telefone e e-mail, mantendo registros atualizados.
Auxiliar Administrativo (CBO 4110-05)	<ul style="list-style-type: none"> • 1 (um) posto – Jornada semanal de 40h. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino Médio Completo. • Desejável curso técnico ou qualificação em Administração, Logística ou áreas correlatas. • Experiência mínima de 6 (seis) meses em rotinas administrativas e uso de sistemas informatizados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar as atividades administrativas do Coordenador Técnico de Manutenção de EMH em suas atribuições; • Controlar e arquivar documentos, relatórios e registros técnicos; • Auxiliar na recepção, gestão de ordens de serviço e na alimentação do sistema informatizado (GETS) ou outro software de gestão utilizado pelo HU-UFMA; • Apoiar o controle de materiais, peças e insumos de manutenção; • Prestar suporte administrativo à equipe residente e à fiscalização contratual; • Atualizar dados do cadastro de equipamentos, conforme descrito neste Termo de Referência; • Gerar e distribuir as Ordens de Serviço para o Grupo Técnico, conforme orientações do Coordenador Técnico de Manutenção de EMH; • Auxiliar nos processos administrativos relacionados à aquisição de peças, acessórios, partes e insumos; • Apoiar o Coordenador Técnico de Manutenção de EMH na prestação de contas e na elaboração de relatórios administrativos; • Realizar cotações e solicitações de orçamentos de peças, subcontratações e materiais, conforme orientação do Grupo Técnico e do Coordenador Técnico de Manutenção de EMH; • Receber solicitações de chamados técnicos por telefone ou e-mail e registrar no sistema, ou orientar a equipe assistencial quanto à abertura de chamados no software de gestão; • Despachar documentos e equipamentos

			<p>quando houver necessidade de envio externo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quando autorizado, realizar a aquisição de peças, acessórios, ferramentas e materiais de consumo/reposição no comércio local; • Manter organizado o estoque físico de peças e insumos adquiridos pelo contrato e realizar o cadastro correspondente no GETS (ou software de gestão utilizado); • Executar demais atividades administrativas e de apoio solicitadas pelo Coordenador Técnico de Manutenção de EMH, necessárias para o cumprimento do serviço contratado.
--	--	--	--

8.31.4.1. Justificativa quanto à exigência de experiência mínima dos profissionais:

- 8.31.4.1.1. A exigência de experiência mínima para os profissionais integrantes da equipe técnica residente decorre da natureza especializada e da elevada criticidade dos serviços objeto desta contratação, que compreendem atividades de manutenção preventiva e corretiva, calibração, testes de segurança elétrica e verificação de desempenho em equipamentos médico-hospitalares utilizados em ambiente assistencial.
- 8.31.4.1.2. Tais atividades envolvem equipamentos de média e alta complexidade tecnológica, muitos deles classificados como equipamentos de suporte à vida ou essenciais ao diagnóstico e tratamento de pacientes, cujo funcionamento adequado impacta diretamente a segurança assistencial e a continuidade dos serviços prestados pelo Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão – HU-UFMA.
- 8.31.4.1.3. Nesse contexto, a exigência de experiência superior a 6 (seis) meses para determinados postos de trabalho, especialmente aqueles responsáveis pela coordenação técnica e execução direta das atividades de manutenção, justifica-se pela necessidade de garantir que os profissionais possuam vivência prática suficiente em rotinas de engenharia clínica, diagnóstico de falhas, manutenção de equipamentos médico-assistenciais e observância das normas técnicas e regulatórias aplicáveis.
- 8.31.4.1.4. Ressalta-se que a definição dos prazos de experiência foi estabelecida de forma proporcional às responsabilidades de cada função, considerando o grau de complexidade das atividades desempenhadas, o nível de autonomia técnica exigido e os riscos associados à manutenção inadequada de equipamentos utilizados na assistência à saúde.
- 8.31.4.1.5. Dessa forma, as exigências estabelecidas buscam assegurar a adequada execução contratual, a confiabilidade do parque tecnológico hospitalar e a mitigação de riscos operacionais e assistenciais, mantendo-se alinhadas aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência que regem as contratações públicas.

8.31.4.2. Jornada de Trabalho - Enquadramento e Aplicação

- 8.31.4.2.1. Nos termos da Portaria Ebserh nº 667/2025 (56319637) e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 190/2024, alterada pela IN SEGES/MGI nº 381/2025, será aplicada jornada semanal de 40 (quarenta) horas ao posto de trabalho de Auxiliar Administrativo (CBO 4110-05) previsto neste Termo de Referência, por se tratar de atividade de apoio administrativo executada em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- 8.31.4.2.2. A aplicação da jornada reduzida decorre do fato de que as atividades atribuídas ao referido posto possuem natureza administrativa e são executadas predominantemente em dias úteis, não havendo previsão de prestação regular de serviços aos sábados, domingos ou em regime de escala.
- 8.31.4.2.3. A implementação da jornada de 40 (quarenta) horas deverá ocorrer mediante adequação dos horários de entrada e/ou saída da jornada diária, observadas as rotinas administrativas e o modelo de execução do objeto, de modo a preservar o adequado funcionamento das atividades de apoio à gestão da manutenção de equipamentos médico-hospitalares.
- 8.31.4.2.4. É vedada a implementação da redução de jornada por meio de ampliação do intervalo intrajornada, o qual deverá observar exclusivamente os limites estabelecidos pela legislação trabalhista aplicável.
- 8.31.4.2.5. É igualmente vedado à Contratada utilizar eventual saldo de horas decorrente da redução de jornada para exigir a realização de outras atividades pelos empregados alocados no contrato.
- 8.31.4.2.6. A redução da jornada não implicará redução de salários, benefícios ou demais direitos trabalhistas, devendo a planilha de custos observar, no mínimo, os valores previstos na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável e demais normas pertinentes.

8.31.4.2.7. A adoção da jornada semanal de 40 (quarenta) horas não implica redução do valor contratual, uma vez que não há redução remuneratória, devendo os licitantes estruturar suas propostas considerando os parâmetros de execução definidos neste Termo de Referência.

8.31.5. A Contratada deverá designar formalmente um Preposto, responsável por representá-la perante a fiscalização contratual, nos termos da legislação e da jurisprudência aplicável.

8.31.5.1. O Preposto da CONTRATADA será o representante oficial da empresa perante a CONTRATANTE, responsável pela interlocução com a fiscalização contratual e pela gestão administrativa do contrato, incluindo substituições de pessoal, cobertura de ausências e acompanhamento de indicadores. Esse profissional deverá possuir perfil gerencial, conhecimento em gestão de pessoas e informática, e não poderá acumular a função de Coordenador Técnico de Manutenção.

8.31.5.2. O Preposto designado pela CONTRATADA não integrará a equipe residente nem ocupará posto de trabalho dedicado nas dependências da CONTRATANTE, podendo exercer suas atribuições de forma não exclusiva. Deverá, entretanto, manter disponibilidade para atendimento às demandas da fiscalização contratual e comparecer à unidade hospitalar sempre que solicitado ou quando necessário ao adequado acompanhamento da execução contratual.

8.31.6. O Coordenador Técnico de Manutenção responderá pela execução técnico-operacional dos serviços, coordenando diretamente os técnicos e auxiliares, garantindo a execução das atividades e o cumprimento dos níveis de serviço.

8.31.6.1. O ocupante do posto de Coordenador de Manutenção em Equipamentos e Instrumentos Médico-Hospitalares atuará exclusivamente como interlocutor técnico da equipe residente, acompanhando a execução operacional dos serviços e prestando informações técnicas à fiscalização, sem que isso configure exercício da função de preposto.

8.31.7. A substituição de qualquer membro da equipe técnica, inclusive do Preposto e do Coordenador, deverá ser formalmente solicitada e previamente autorizada pela CONTRATANTE, sendo obrigatória a substituição por profissional de qualificação igual ou superior.

8.31.8. Os quantitativos de pessoal definidos neste Termo de Referência são mínimos obrigatórios, facultando-se à CONTRATADA disponibilizar quadro superior, desde que mantidos os níveis de serviço.

8.31.9. A CONTRATADA deverá manter, nas dependências do HU-UFMA, toda a mão de obra necessária à execução dos serviços, sendo vedada a utilização de estagiários para composição da equipe residente.

8.31.10. A CONTRATANTE poderá definir e alterar a distribuição das escalas da equipe entre as unidades Presidente Dutra, Materno Infantil e anexos, conforme necessidade operacional.

8.31.11. A equipe deverá atuar exclusivamente no HU-UFMA, sendo vedado seu remanejamento para outros contratos da CONTRATADA.

8.31.12. Além da equipe residente, a CONTRATADA poderá manter equipe técnica de retaguarda (não presencial) para suporte técnico e consultoria, cujo custo será considerado despesa administrativa da empresa.

8.31.13. No ato da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE a relação nominal dos profissionais e a documentação comprobatória de qualificação exigida neste Termo de Referência.

8.31.14. **Substituições Temporárias.**

8.31.14.1. Em caso de afastamento de profissionais da equipe (por férias, licenças médicas, treinamentos ou outras causas justificadas), a CONTRATADA deverá **realizar a substituição imediata**, assegurando a continuidade dos serviços e a manutenção dos níveis de desempenho contratados;

8.31.14.2. O profissional substituto deverá possuir **formação, experiência e capacitação técnica equivalentes** ao titular do posto, devendo sua substituição ser **comunicada formalmente à CONTRATANTE**;

8.31.14.3. A ausência de substituição no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas úteis** após o início do afastamento acarretará as sanções contratuais cabíveis e o desconto proporcional dos valores correspondentes às horas não trabalhadas.

8.31.15. A CONTRATADA deverá disponibilizar Responsável Técnico pela execução contratual, que atenderá aos requisitos de qualificação técnico-profissional estabelecidos no subitem 11.5.5. deste Termo de Referência, sendo responsável pelo acompanhamento técnico das atividades de engenharia clínica executadas no âmbito do HU-UFMA;

8.31.16. Além da equipe técnica presencial dimensionada pela Contratada, poderá ser previsto ainda equipe técnica de retaguarda (não necessariamente presencial em 100% do tempo), de apoio para todos os assuntos pertinentes a este Contrato, incluindo profissional de Segurança do Trabalho. Este eventual custo de pessoal deverá ser considerado como Despesa Administrativa da empresa;

8.31.17. Qualquer integrante da equipe que não seja fixo contratual (Engenheiro/técnico em segurança do trabalho, comprador, etc) não importarão em ônus adicional à CONTRATANTE.

8.31.18. Para efeito de caracterização de feriados será considerado o calendário oficial da cidade do Local de Prestação do Serviço;

8.31.19. A empresa Contratada deverá apresentar à Contratante, no ato de assinatura do contrato, a relação nominal dos profissionais que farão parte de sua equipe técnica e que realizarão dos serviços objetos deste Termo de Referência, bem como a documentação comprobatória da qualificação exigida. A substituição de qualquer membro da equipe técnica apresentada pela Contratada deverá ser prévia e formalmente solicitada à Contratante, somente podendo ser efetivada após autorização emitida pelo gestor e fiscal do contrato no HU-UFMA;

8.31.20. A empresa CONTRATADA deverá apresentar em até 30 dias após a data de assinatura do contrato, a ART no CREA/MA, do profissional Supervisor de Engenharia Clínica como responsável técnico das atividades exercidas pela Contratada no HU-UFMA;

8.31.21. Os horários de entrada, saída e intervalo intrajornada dos empregados devem ser apontados através de Registro Eletrônico de Ponto, disponibilizado pela CONTRATADA no Local de Prestação do Serviço;

8.31.22. A Contratada estará obrigada a manter diariamente nas dependências da Contratante o quantitativo mínimo de pessoal apresentado, devendo supridas as possíveis ausências em até 24 (vinte e quatro) horas úteis após o início do afastamento. As faltas ao serviço, não supridas, deverão ser descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação da sanção administrativa, salvo apresentação de motivo justificável e aceito pelo Fiscal do Contrato;

8.31.23. A Produtividade da Equipe Residente para execução adequada do Serviço de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da HU-UFMA será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo a mesma assegurar-se de que esta produtividade será suficiente para o cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência e seu Instrumento de Medição de Resultado.

8.31.24. Não será concedida autorização para que os funcionários contratados de empresas terceirizadas cumpram o aviso prévio dentro das instalações da empresa.

8.31.25. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o pagamento, para a Equipe Residente, dos salários e do adicional de insalubridade, além de todos os demais encargos e benefícios legais, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

8.31.26. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o pagamento, para a Equipe Residente, dos adicionais de horas extras trabalhadas, bem como demais encargos e benefícios legais para manter a escala de sobreaviso da equipe técnica, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

8.32. **Recebimento e Aceitação do Objeto**

8.32.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços e emitida pela contratada somente com a autorização do gestor do contrato, nos termos abaixo.

8.32.2. Ao final de cada período mensal, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

8.32.3. O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

8.32.3.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por intermédio dos fiscais técnicos designados, com a finalidade de verificar a conformidade das atividades realizadas com as especificações contratuais e identificar eventuais necessidades de ajustes ou correções que se fizerem necessárias para o pleno atendimento das exigências do contrato.

8.32.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.32.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, por força do art. 180 do RCC v 3.0.

8.32.3.4. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização (fiscalização técnica e administrativa) deverá elaborar Relatório Circunstanciado (termo de recebimento provisório) em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

8.32.3.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

- 8.32.3.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 8.32.3.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 8.32.4. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o gestor do contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 8.32.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 8.32.4.2. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou instrumento substituto;
- 8.32.4.3. A emissão da nota fiscal/fatura deve ser efetivada pela Contratada somente após a comunicação da Contratante do recebimento definitivo do serviço executado;
- 8.32.4.4. Emitir Termo Circunstanciado (termo de recebimento definitivo) para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.
- 8.32.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 8.32.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.33. **Controle e Fiscalização da Execução**

8.33.1. Os critérios referentes ao modelo de gestão do contrato estão definidos no instrumento contratual.

8.34. **CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 8.34.1. A execução dos serviços terá início na data de assinatura do contrato, e vigorará por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos subsequentes, conforme determinação legal.
- 8.34.2. A CONTRATADA deverá seguir o seguinte Cronograma de Atividades:
- 8.34.2.1. Fase 1: 01º ao 15º dia, a contar da assinatura do contrato;
- 8.34.2.2. Fase 2: 16º ao 30º dia;
- 8.34.2.3. Fase 3: 31º ao 60º dia;
- 8.34.2.4. Fase 4: 61º ao 90º dia;
- 8.34.2.5. Fase 5: a partir do 91º dia até o fim do contrato
- 8.34.3. O quadro abaixo apresenta a descrição das atividades de cada Fase do Cronograma que deverá ser seguido pela CONTRATADA.

Descrição das Atividades	Previsão de entrega
Reunião inicial e apresentação do responsável técnico e Coordenador técnico de manutenção;	1º ao 5º dia útil da vigência do Contrato
Apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)	FASE 1
Contratação de pelo menos 1/3 da equipe residente e início da execução de manutenções corretivas emergenciais	FASE 1
Apresentação de todas ferramentas listadas em Materiais básicos e insumos - Planilha de Formação de Custos	FASE 1
Contratação de pelo menos mais 1/3 da equipe residente e execução de todas as manutenções corretivas	FASE 1 e FASE 2
Apresentação de Analisadores e Simuladores classificados com status “uso regular” listados no na Planilha de Formação de Custos	FASE 1 , FASE 2 e FASE 3
Estruturar as instalações físicas na instituição para desenvolvimento do serviço contratado	FASE 1 e FASE 2
Entrega e Instalação das bancadas e todo mobiliário, conforme Planilha de Formação de Custos	FASE 1 e FASE 2
Contratação do restante da equipe residente e início das demais atividades previstas no contrato	FASE 1, FASE 2 e FASE 3
Inventário de Equipamentos Médico-Hospitalares	FASE 1, FASE 2 e FASE 3
Execução de Manutenção Corretivas, Preventivas e Calibrações	FASE 3, FASE 4 e FASE 5
Acompanhamento de Intervenções Técnicas, e Recebimento e Aceitação dos Equipamentos.	FASE 3, FASE 4 e FASE 5
Levantamento do histórico dos equipamentos e entrega à fiscalização do contrato, trimestralmente	FASE 3, FASE 4 e FASE 5
Elaboração do Plano anual de Treinamentos	FASE 4
Elaboração do Plano anual de Manutenção Preventiva/Calibração/Segurança Elétrica/Qualificação/Validação	FASE 4

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**9.1. Pagamento**

9.1.1. O pagamento será realizado mensalmente pela Contratante à Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

9.1.2. O valor do pagamento do serviço executado devido à Contratada será apurado mensalmente conforme especificado neste Termo de Referência, observando-se os resultados apurados pelo IMR ou instrumento equivalente.

9.1.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

9.1.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

9.1.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.1.6. data de emissão;

9.1.7. dados da Contratada, da Contratante e do contrato de prestação de serviço firmado;

9.1.8. descrição do serviços contratados;

9.1.9. período de execução dos serviços;

9.1.10. valor dos serviços executados;

9.1.11. valores das contribuições e dos tributos devidos e eventuais destaques relacionados aos seus recolhimentos.

9.1.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

9.1.13. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso constate que a Contratada não cumpriu as disposições estabelecidas neste Termo de Referência durante a execução dos serviços.

9.1.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.1.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor ou empregado público da ativa da Contratante com fundamento no art. 18, inciso XI, da Lei n.º 15.080, de 30 de dezembro de 2024.

9.1.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho 1991, nos termos da item 6 do Anexo XI da IN SEGES nº 5, de 2017.

9.1.17. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Contratante realizará consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada e identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público e a EBSERH, bem como ocorrências impeditivas indiretas, consideradas as disposições dos artigos 29 a 31 da INSEGES nº 3, de 26 de abril de 2018, observadas as seguintes condições:

9.1.17.1. constatando-se situação de irregularidade, a Contratada será notificada, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo este prazo ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Contratante;

9.1.17.2. não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

9.1.17.3. persistindo a irregularidade, a Contratante adotará as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução, assegurada à Contratada a ampla defesa;

9.1.17.4. havendo a efetiva prestação dos serviços, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão contratual, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;

9.1.17.5. será rescindido o contrato em execução com a Contratada, salvo motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

9.1.18. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas, inclusive FGTS, relativas aos empregados, implicará a retenção do pagamento mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis.

9.1.19. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados e, também, o recolhimento das contribuições previdenciárias e sociais, inclusive FGTS, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, devendo os sindicatos representantes das categorias profissionais envolvidas serem notificados para acompanhar os pagamentos e recolhimentos.

9.1.20. A Contratada deve autorizar a Contratante, no momento da assinatura do contrato, a efetuar desconto nos valores mensais devidos pelo serviço executado para realizar o pagamento dos salários e demais obrigações trabalhistas diretamente aos empregados, bem como o recolhimento das contribuições previdenciárias e sociais, inclusive FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular destas obrigações, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, ou, quando não for possível a realização dos pagamentos e recolhimentos diretamente, autorizar a Contratante a depositar cautelarmente os valores descontados junto à Justiça do Trabalho.

9.1.21. O valor de aplicação de peças e serviços especializados, quando necessário, deverá ser faturado com periodicidade mensal, em conjunto ao valor mensal do serviço. A aplicação de peças não será considerada pela CONTRATANTE como aquisição/reembolso de material, devido à natureza do objeto contratado, que se trata exclusivamente de serviço de engenharia clínica com manutenção de equipamentos médico-hospitalares, incluindo-se a aplicação de peças, e como tal deverá sempre ser faturado pela CONTRATADA através de Nota Fiscal de Serviço. Da mesma forma a aplicação de serviços especializados não será considerada pela CONTRATANTE como subcontratação de serviço.

9.1.22. A Contratante providenciará o desconto no pagamento mensal dos valores de vale-transporte referentes aos empregados que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo [Decreto n.º 10.854 de 10 de novembro de 2021](#).

9.1.23. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** de correção monetária.

9.2. **Índice de Medição de Resultados - IMR**

9.2.1. O Índice de Medição de Resultados - IMR tem por finalidade avaliar o desempenho da CONTRATADA quanto à execução dos serviços contratados, assegurando o pagamento proporcional ao nível de qualidade efetivamente alcançado.

9.2.2. A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será realizada preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), podendo também ocorrer por telefone ou correspondência oficial.

9.2.3. O Serviço de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares do HU-UFMA deverá ser executado mediante adoção de unidade de medida que possibilite a mensuração objetiva dos resultados, para fins de pagamento à CONTRATADA, vedada a remuneração com base em horas de serviço ou em postos de trabalho. Dessa forma, a aferição do desempenho e a apuração dos valores devidos serão realizadas por meio do **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**.

9.2.4. O Instrumento de Medição de Resultado é composto por um conjunto de **Indicadores de Desempenho**, que definem, de forma compreensível, tangível, objetivamente observável e comprovável, os níveis esperados de qualidade dos serviços e suas respectivas adequações de pagamento.

9.2.5. Os Indicadores de Desempenho do IMR deverão ser aferidos por meio do Sistema de Gerenciamento de Tecnologia para Saúde - GETS, ou outro software de gestão de manutenção adotado pelo HU-UFMA.

9.2.6. Os Indicadores de Desempenho destinados à aferição da qualidade esperada do Serviço de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares do HU-UFMA foram desenvolvidos com base nas seguintes diretrizes:

- a) Devem ser **objetivamente mensuráveis e compreensíveis**, além de facilmente coletáveis, evitando-se indicadores complexos ou sobrepostos;
- b) Devem ser **relevantes e adequados** à natureza e às características do serviço, considerando as atividades mais importantes ou críticas que impactem a qualidade da prestação e os resultados esperados;
- c) Devem possuir **metas realistas**, definidas com base em comparações apropriadas, que estabeleçam níveis mínimos de desempenho;
- d) Devem refletir **fatores sob controle da CONTRATADA**, devendo-se prever o tratamento de fatores externos que possam interferir no alcance das metas;

e) Devem prever **níveis de desconformidade**, cujos resultados poderão implicar redimensionamento de pagamento, aplicação de penalidades e, se for o caso, rescisão unilateral do contrato;

f) Devem assegurar que os **pagamentos sejam proporcionais** ao atendimento das metas estabelecidas neste Termo de Referência.

9.2.7. As adequações nos pagamentos estarão limitadas a faixas específicas de tolerância, abaixo das quais o fornecedor estará sujeito ao redimensionamento no pagamento e às sanções legais, quando cabíveis.

9.2.8. Na determinação dessas faixas, será considerada a relevância da atividade, sendo aplicadas **margens menores ou nulas de tolerância** para as atividades críticas.

9.2.9. O não atendimento de determinada meta, mediante justificativa plausível da CONTRATADA e a critério da CONTRATANTE, poderá ensejar apenas **notificação nas primeiras ocorrências**, de forma a não comprometer a continuidade da contratação.

9.2.10. Por meio deste instrumento, serão especificados os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, com identificação dos indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento em razão do eventual não atendimento das metas estabelecidas.

9.2.11. Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual — e não constitua sanção —, a CONTRATANTE poderá, diante de desempenho insatisfatório, aplicar as **penalidades previstas em contrato**.

9.2.12. Os indicadores de desempenho não devem ser entendidos como instrumentos punitivos, mas como mecanismos de **gestão e melhoria contínua dos serviços prestados**.

9.2.13. Os resultados obtidos por meio do IMR servirão como **fator redutor para o cálculo do valor a ser pago mensalmente**, com base nas pontuações apresentadas nos relatórios de desempenho.

9.2.14. A fiscalização deverá realizar **avaliações periódicas**, emitindo relatórios referentes aos meses de execução, de modo a garantir o controle e acompanhamento dos serviços prestados.

9.2.15. Para o recebimento integral do valor contratado, a CONTRATADA deverá **cumprir integralmente suas obrigações contratuais**, especialmente aquelas previstas nos indicadores de desempenho.

9.2.16. O IMR será implementado a partir da **primeira medição subsequente à assinatura do contrato**, cabendo ao Fiscal Técnico avaliar periodicamente a execução do objeto contratual.

9.2.17. **Indicadores de Desempenho pactuados no Instrumento de Medição de Resultado - IMR:**

INDICADOR 1 - TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA AO PRIMEIRO ATENDIMENTO (TMA)	
Item	Descrição
1. Finalidade	Avaliar o tempo médio decorrido entre a abertura da Ordem de Serviço e o primeiro atendimento técnico pela CONTRATADA, refletindo a agilidade na resposta às demandas de manutenção corretiva interna.
2. Meta a Cumprir	TMA ≤ 1 hora
3. Instrumento de Medição	Sistema de Gerenciamento de Tecnologia para Saúde - GETS, ou outro software de gestão de manutenção adotado pelo HU-UFMA.
4. Forma de Acompanhamento	Acompanhamento mensal por meio dos registros de abertura e atendimento das Ordens de Serviço de manutenção corretiva interna.
5. Periodicidade	Mensal.
6. Mecanismo de Cálculo	TMA = $\Sigma TA / N$, onde: • TMA = Tempo médio de resposta ao primeiro atendimento (em horas); • TA = Tempo de atendimento por Ordem de Serviço, correspondente à diferença entre o horário do primeiro atendimento e o horário de abertura do chamado técnico; • N = Número de Ordens de Serviço concluídas de manutenção corretiva interna.
7. Início de Vigência	Data de início de vigência do contrato.

INDICADOR 2 - TEMPO DE REPARO (TR)	
Item	Descrição
1. Finalidade	Avaliar a eficiência da CONTRATADA na execução das manutenções corretivas, mensurando o tempo decorrido entre a abertura do chamado técnico e a conclusão do serviço.
2. Meta a Cumprir	TR ≤ 7 dias, para no mínimo 75% dos atendimentos.
3. Instrumento de Medição	Sistema de Gerenciamento de Tecnologia para Saúde - GETS, ou outro software de gestão de manutenção adotado pelo HU-UFMA.
4. Forma de	Acompanhamento mensal com base nos registros de início e

Acompanhamento	conclusão das Ordens de Serviço de manutenção corretiva interna.
5. Periodicidade	Mensal.
6. Mecanismo de Cálculo	<p>P = (N≤7 / N) × 100, onde: • P = percentual de Ordens de Serviço concluídas dentro do prazo de 7 dias; • N≤7 = número de Ordens de Serviço concluídas em até 7 dias; • N = número total de Ordens de Serviço concluídas de manutenção corretiva interna no período.</p> <p>Condição de Atendimento da Meta: a meta será considerada cumprida quando P ≥ 75%.</p>
7. Início de Vigência	Data de início de vigência do contrato.

INDICADOR 3 - PERFORMANCE DE MANUTENÇÕES PROGRAMADAS (PMP)	
Item	Descrição
1. Finalidade	Garantir a execução efetiva das manutenções programadas (preventivas, inspeções, calibrações, TSE e qualificações), assegurando a confiabilidade e a disponibilidade dos equipamentos médico-hospitalares (EMH).
2. Meta a Cumprir	PMP ≥ 95%
3. Instrumento de Medição	Sistema de Gerenciamento de Tecnologia para Saúde - GETS, ou outro software de gestão de manutenção adotado pelo HU-UFMA.
4. Forma de Acompanhamento	Verificação mensal do cumprimento das Ordens de Serviço preventivas programadas e executadas.
5. Periodicidade	Mensal.
6. Mecanismo de Cálculo	PMP (%) = (Quantidade de OS Programadas Executadas / Quantidade de OS Programadas) × 100
7. Início de Vigência	Data de início de vigência do contrato.

INDICADOR 4 - PERFORMANCE DE TREINAMENTOS (PTREIN)	
Item	Descrição
1. Finalidade	Avaliar o cumprimento do cronograma de treinamentos previstos para capacitação de usuários e equipes técnicas na operação e manutenção de equipamentos médico-hospitalares (EMH).
2. Meta a Cumprir	PTREIN ≥ 90%
3. Instrumento de Medição	Sistema de Gerenciamento de Tecnologia para Saúde - GETS, ou outro software de gestão de manutenção adotado pelo HU-UFMA.
4. Forma de Acompanhamento	Acompanhamento mensal do número de treinamentos programados e realizados.
5. Periodicidade	Mensal.
6. Mecanismo de Cálculo	PTREIN (%) = (Quantidade de OS de Treinamentos Realizados / Quantidade de OS de Treinamentos Programados) × 100
7. Início de Vigência	Data de início de vigência do contrato.

INDICADOR 5 - PERCENTUAL DE RESOLUTIVIDADE INTERNA (PRI)	
Item	Descrição
1. Finalidade	Medir a capacidade técnica e operacional da CONTRATADA em resolver internamente as demandas de manutenção dos equipamentos médico-hospitalares (EMH), reduzindo a necessidade de serviços terceirizados.
2. Meta a Cumprir	PRI ≥ 85%
3. Instrumento de Medição	Sistema de Gerenciamento de Tecnologia para Saúde - GETS, ou outro software de gestão de manutenção adotado pelo HU-UFMA.
4. Forma de Acompanhamento	Avaliação mensal das Ordens de Serviço executadas internamente em relação ao total executado.
5. Periodicidade	Mensal.
6. Mecanismo de Cálculo	<p>PRI (%) = (Quantidade Total de OS Executadas Internamente / Quantidade Total de OS Executadas) × 100</p> <p>Observação: Para fins de medição do indicador, deverão ser desconsiderados os equipamentos que não estejam sinalizados no Grupo 1 (Encarte I - Relação de Equipamentos do HU-UFMA), bem como aqueles que se encontrem sob garantia de fábrica ou abrangidos por contrato de manutenção terceirizado.</p>

7. Início de Vigência	Data de início de vigência do contrato.
------------------------------	---

INDICADOR 6 - PERCENTUAL DE DISPONIBILIDADE OPERACIONAL DE EQUIPAMENTOS (PDISP)	
Item	Descrição
1. Finalidade	Mensurar a eficácia da manutenção corretiva e da gestão do parque tecnológico, por meio do acompanhamento do percentual de tempo em que os Equipamentos Médico-Hospitalares (EMH) permanecem disponíveis para uso nos setores assistenciais, considerando os períodos em que não estão em manutenção corretiva.
2. Meta a Cumprir	PDISP ≥ 92%
3. Instrumento de Medição	Sistema de Gerenciamento de Tecnologia para Saúde - GETS, ou outro software de gestão de manutenção adotado pelo HU-UFMA.
4. Forma de Acompanhamento	Acompanhamento mensal dos tempos de disponibilidade dos equipamentos médico-hospitalares (EMH).
5. Periodicidade	Mensal.
6. Mecanismo de Cálculo	<p>PDISP (%) = $[\Sigma(\text{data do retorno ao funcionamento} - \text{data da abertura do chamado}) / \Sigma(\text{Quantidade de EMH do parque}) * \Sigma(\text{Nº de horas disponível p/setor assistencial})]$.</p> <p>Observação: Para fins de cálculo, considerar-se-á o número de horas disponíveis por setor assistencial para cada equipamento como 720 horas mensais (24h x 30 dias).</p>
7. Início de Vigência	Data de início de vigência do contrato.

9.2.18. Os Indicadores de Desempenho constantes do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) do Serviço de Manutenção do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares do HU-UFMA poderão, a qualquer tempo, ser ajustados, ampliados e/ou reduzidos, mediante comum acordo entre as partes, desde que tais alterações sejam formalizadas por meio de Termo Aditivo ao Contrato.

9.2.19. No Instrumento de Medição de Resultado, o Valor do Serviço é estabelecido quando da contratação, sendo este o **Valor Mensal do Serviço (VMS)** apresentado na proposta da CONTRATADA para a prestação do item 01 do objeto do contrato (Serviço contínuo de Engenharia Clínica, com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo manutenção, calibração, testes, qualificação, treinamentos e apoio técnico ao gerenciamento dos equipamentos médico-hospitalares do HU-UFMA e seus anexos), porém o **Valor Mensal Medido do Serviço (VMSM)** é calculado com base no resultado alcançado pela CONTRATADA na prestação do serviço.

9.2.20. O **Valor Mensal Medido do Serviço (VMSM)** será calculado com base no desempenho efetivo da CONTRATADA, conforme os resultados apurados nos Indicadores de Desempenho abaixo.

9.2.21. O **Valor do Ajuste (VA)** a ser aplicado em cada período corresponderá à soma dos percentuais de desconto (**VTD**) incidentes sobre o VMS, conforme desempenho alcançado.

9.2.22. **O cálculo do Valor Mensal Medido do Serviço será obtido por meio da aplicação da tabela a seguir:**

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO				
INDICADOR DE DESEMPENHO	FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	VTD = Percentual do desconto a ser aplicado sobre a fatura mensal (sobre a parcela de serviços)	MEDIÇÃO NO PERÍODO	ANÁLISE
INDICADOR 1 - TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA AO PRIMEIRO ATENDIMENTO (TMA)	TMA ≤ 1,0 hora	0%		
	1,0 < TMA ≤ 2,0 horas	1%		
	TMA > 2,0 horas	2%		
INDICADOR 2 - TEMPO DE REPARO (TR)	TR ≤ 7 dias, para no mínimo 75% dos serviços.	0%		
	TR > 7 dias, de 26% a 50% dos serviços	2%		
	TR > 7 dias, para mais de 50% dos serviços.	3%		
INDICADOR 3 - PERFORMANCE DE	PMP ≥ 95%	0%		

MANUTENÇÕES PROGRAMADAS (PMP)	75% ≤ PMP < 95%	1%		
	PMP < 75%	2%		
INDICADOR 4 - PERFORMANCE DE TREINAMENTOS (PTREIN)	PTREIN ≥ 90%	0%		
	70% ≤ PTREIN < 90%	1%		
	PTREIN < 70%	3%		
INDICADOR 5 - PERCENTUAL DE RESOLUTIVIDADE INTERNA (PRI)	PRI ≥ 85%	0%		
	70% ≤ PRI < 85%	1%		
	PRI < 85%	3%		
INDICADOR 6 - PERCENTUAL DE DISPONIBILIDADE OPERACIONAL DOS EQUIPAMENTOS (PDISP)	PDISP ≥ 92%	0%		
	80% ≤ PDISP < 92%	1%		
	PDISP < 80%	3%		
Cálculo do Valor Mensal Medido do Serviço				
Descrição	Símbolo	Fórmula / Valor		
Valor Mensal do Serviço	VMS	R\$ (valor contratual mensal para o item 1)		
Percentual Total de Desconto	ΣVTD	Soma dos percentuais aplicáveis conforme desempenho		
Valor do Ajuste Total	VA	ΣVTD × VMS		
Valor Mensal Medido do Serviço	VMSM	VMS - VA		

Exemplo de Aplicação	
Exemplo	Valor
VMS	= R\$ 100.000,00
Soma dos VTDs aplicáveis = 4%	(Ex.: TR = 2% + PMP = 1% + PDISP = 1%)
Valor do Ajuste (VA)	= 4% × 100.000 = R\$ 4.000,00
Valor Mensal Medido (VMSM)	= 100.000 - 4.000 = R\$ 96.000,00

9.2.23. Portanto, o **Valor Mensal do Serviço**, apresentado na proposta da CONTRATADA, corresponderá ao valor máximo possível do **Valor Mensal Medido do Serviço**, na hipótese da CONTRATADA atingir as metas de todos os Indicadores de Desempenho pactuados no Instrumento de Medição de Resultado.

9.2.24. Conforme o Instrumento de Medição de Resultado pactuado, o pagamento à CONTRATADA, será o valor encontrado após aplicação da fórmula do **Valor Mensal Medido do Serviço = VMS - VA**.

9.2.25. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

- não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 203 do RCC 3.0;
- não configure descaracterização do objeto contratado.

9.2.26. Não haverá a incidência de bônus ou pagamentos adicionais para os casos em que a CONTRATADA superar as metas previstas, ou caso seja necessária a alocação de maior número de profissionais para o alcance das metas. Além disso, a superação de uma das metas não poderá ser utilizada para compensar o não atendimento de outra meta no mesmo período, bem como o não atendimento da mesma meta em outro período.

9.2.27. A frequência de aferição do Instrumento de Medição de Resultado será mensal, devendo a CONTRATANTE emitir o **Relatório do Valor Mensal do Serviço a ser Faturado** para cada período mensal, apresentando-o à CONTRATADA até o 5º (quinto) dia útil do período subsequente ao da prestação do serviço.

9.2.28. O resultado da avaliação de qualidade e atendimento contratual sempre será acompanhado de considerações e sugestão de plano de ações corretivas pela fiscalização do contrato visando orientar a contratada para a melhoria contínua.

9.2.29. A análise dos resultados dessas avaliações pela CONTRATANTE poderá ensejar a aplicação de penalidades, conforme previsto no Processo de Aferição, caso a CONTRATADA deixe de cumprir suas obrigações relativas à apresentação, pontualidade, disponibilidade ou à adequada execução do objeto contratual, nos termos definidos pelos indicadores de desempenho.

9.2.30. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico avaliar periodicamente a execução do objeto da prestação.

9.2.31. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 9.2.31.1. não produziu os resultados acordados;
- 9.2.31.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 9.2.31.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou

utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10. **FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

10.1. O procedimento de contratação será conduzido através de modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet, de acordo com o art. 6, inciso IV do RCC v 3.0.

11. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**

11.1. **Critério de julgamento:**

11.1.1. O critério de julgamento será o de **menor preço**, nos termos do Art. 52, I, do RCC 3.0.

11.2. **Modo de disputa:**

11.2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**.

11.3. **Intervalo entre lances:**

11.3.1. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **0,5%** (zero vírgula cinco por cento).

11.4. **Condições de participação:**

11.4.1. As condições de participação são aquelas definidas no instrumento convocatório.

11.5. **Requisitos de Habilitação**

11.5.1. **Habilitação - Jurídica:**

11.5.1.1. Os critérios de habilitação jurídica são aqueles definidos no instrumento convocatório.

11.5.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

11.5.2.1. Os critérios de habilitação fiscal, social e trabalhista são aqueles definidos no instrumento convocatório.

11.5.3. **Capacidade Econômico-financeira:**

11.5.3.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, cuja validade será de 180 dias da data da emissão, quando não houver prazo de validade definido, sem prejuízo da realização de diligência pelo Agente de Contratação;

11.5.3.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

11.5.3.2.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.5.3.2.2. capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor da proposta apresentada para a contratação ou item pertinente para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

11.5.3.2.3. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada para a contratação ou item pertinente para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

11.5.3.2.4. os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.5.3.3. apresentação de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital;

11.5.3.4. declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 dos

contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

11.5.3.4.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

11.5.3.4.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

11.5.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.5.4. Capacidade técnica operacional:

11.5.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem, de forma inequívoca e cumulativa, que a licitante executou serviços continuados de engenharia clínica ou manutenção de equipamentos médico-hospitalares, pelo período mínimo de 03 (três) anos, em estabelecimentos de saúde públicos ou privados com, no mínimo, 250 (duzentos e cinquenta) leitos, contemplando: Manutenção Corretiva e Preventiva, Calibração com padrões e Teste de Segurança Elétrica, com o quantitativo mínimo de equipamentos relacionados na Tabela - Quantitativo mínimo de equipamentos.

11.5.4.2. A comprovação da capacidade técnico-operacional também poderá ser realizada mediante apresentação de Certidão de Acervo Operacional (CAO), nos termos dos arts. 53 a 57 da Resolução CONFEA nº 1.137/2023.

11.5.4.3. O quantitativo listado abaixo corresponde a 50% ou menos dos Aparelhos de Anestesia, Ventiladores Pulmonares, Monitores Multiparâmetros, Cardioversores, Bisturis, Balanças eletrônicas, Mesas Cirúrgicas, Incubadoras Neonatais, Berços Aquecidos, Microscópios e Fototerapias do atual Parque de equipamentos da HU-UFMA, conforme Apêndice I - Relação de Equipamentos do HU-UFMA.

Tabela - Quantitativo mínimo de equipamentos

Tipo de Equipamento	Quantitativo Mínimo	Tipo de Manutenção	Mínimo de Padrões de Calibração com rastreabilidade RBC
Aparelho de Anestesia	15	Corretiva - Preventiva - Calibração	Volume, Fluxo, Pressão Inspiratória, Pressão Expiratória, Pressão PEEP
Ventilador Pulmonar	30	Corretiva - Preventiva - Calibração	Volume, Fluxo, Pressão Inspiratória, Pressão Expiratória, Pressão PEEP
Monitor Multiparâmetro	120	Corretiva - Preventiva - Calibração	Oximetria via sensor de dedo, Pressão Não Invasiva via Braçadeira, e Temperatura
Cardioversor	30	Corretiva - Preventiva - Calibração	Energia Entregue, Frequência e Amplitude Cardíaca.
Bisturi	15	Corretiva - Preventiva - Calibração	Potência Entregue
Balança eletrônica	40	Corretiva - Preventiva - Calibração	Peso
Mesa Cirúrgica	10	Corretiva - Preventiva	-
Incubadora Neonatal	15	Corretiva - Preventiva	Temperatura, umidade, peso e ruído
Berço aquecido	15	Corretiva - Preventiva	Temperatura e peso
Microscópios	15	Corretiva - Preventiva	-
Fototerapia	21	Corretiva - Preventiva	-

a) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de equipamentos, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

b) A concomitância mínima aceita será de 03 meses.

c) O termo "concomitante" deste edital deve ser entendido como a possibilidade de se somar dois ou mais atestados distintos, desde que haja alguma interseção no tempo de execução dos serviços a que esses atestados se referem. Assim, pode um licitante apresentar dois ou mais atestados comprovando, na soma das quantidades de todos eles, a execução das quantidades mínimas totais exigidas para cada item, mesmo que em nenhum atestado individualmente comprove a execução de tais quantidades mínimas.

d) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

e) Para comprovação dos atestados, deverão ser enviadas as certidões de acervo técnico (CAT)

ou as anotações e registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização em nome dos profissionais vinculados aos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes.

11.5.4.3.1. Justificativa da exigência de experiência mínima de 03 (três) anos:

- a) A exigência de comprovação de experiência mínima de 03 (três) anos na prestação de serviços de engenharia clínica ou manutenção de equipamentos médico-hospitalares justifica-se em razão da natureza contínua, essencial e de elevado risco assistencial do objeto contratado.
- b) Os serviços envolvem manutenção preventiva e corretiva de equipamentos críticos, inclusive aqueles classificados como de suporte à vida e de apoio diagnóstico, cuja indisponibilidade ou falha pode comprometer a segurança do paciente e a continuidade das atividades assistenciais, de ensino e pesquisa.
- c) A experiência pretérita mínima de três anos demonstra maturidade operacional da empresa, consolidação de processos internos de gestão da manutenção, domínio técnico sobre tecnologias médico-hospitalares diversas e capacidade de atuação em ambientes hospitalares de média e alta complexidade.
- d) Ademais, a gestão de parque tecnológico hospitalar demanda conhecimento acumulado quanto a rotinas de criticidade, rastreabilidade metrológica, cumprimento de normas regulatórias (ANVISA, INMETRO) e interação multidisciplinar com áreas assistenciais, o que não se desenvolve adequadamente em curto lapso temporal.
- e) Tal exigência encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, especialmente no Acórdão nº 503/2021 – Plenário, que admite a exigência de experiência mínima superior ao prazo contratual quando devidamente fundamentada na complexidade, essencialidade e riscos envolvidos na contratação.
- f) Assim, entende-se que o prazo mínimo de 03 (três) anos é medida proporcional, razoável e necessária para assegurar a adequada execução contratual e a mitigação de riscos assistenciais e patrimoniais.

11.5.4.3.2. Justificativa quanto à exigência de comprovação de experiência em serviços específicos:

- a) O parâmetro de 250 leitos foi adotado considerando tratar-se de aproximadamente 50% da capacidade instalada atual do HU-UFMA, que possui 517 leitos, garantindo, assim, que a empresa licitante tenha experiência em instituições de porte semelhante e com complexidade operacional compatível com as demandas desta contratação.
- b) O quantitativo de leitos constitui parâmetro objetivo de aferição da complexidade operacional hospitalar, pois guarda correlação direta com o volume e a diversidade do parque tecnológico instalado, o número de intervenções técnicas realizadas, a criticidade assistencial envolvida e o grau de responsabilidade sanitária inerente à prestação dos serviços. Hospitais com maior número de leitos demandam estrutura técnica consolidada, capacidade de planejamento, gestão de ativos e atendimento simultâneo a múltiplas áreas assistenciais críticas.
- c) Embora a presente contratação se caracterize como serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra, o seu núcleo material não se limita à mera gestão de postos de trabalho, mas à execução de serviços técnicos especializados de engenharia clínica, envolvendo manutenção preventiva, corretiva, calibração e testes de segurança em equipamentos médico-hospitalares de média e alta complexidade.
- d) Diferentemente de contratos cujo objeto principal é a administração de pessoal, o presente objeto exige conhecimento técnico acumulado, domínio de normas regulatórias (ANVISA e INMETRO), capacidade de atuação em equipamentos classificados como críticos ou de suporte à vida, bem como experiência em gestão de parque tecnológico hospitalar.
- e) A simples comprovação de aptidão para gestão de mão de obra não assegura, por si só, a capacidade técnica para execução adequada dos serviços especializados demandados, especialmente em ambiente hospitalar de alta criticidade assistencial.
- f) A exigência de atestados que comprovem experiência na execução de serviços correlatos visa mitigar riscos operacionais, assistenciais e patrimoniais, garantindo que a futura contratada possua histórico comprovado na atuação em engenharia clínica hospitalar.
- g) Registre-se que eventual falha técnica na manutenção de equipamentos médico-hospitalares pode gerar risco direto à segurança do paciente, interrupção de procedimentos assistenciais e impactos patrimoniais relevantes, circunstâncias que evidenciam a imprescindibilidade de experiência prévia comprovada em ambiente hospitalar de porte compatível.

- h) Tal medida observa os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, estando alinhada à jurisprudência do Tribunal de Contas da União, inclusive ao Acórdão nº 1589/2024-Plenário, que admite exigências técnicas específicas quando demonstrada, de forma inequívoca, sua

imprescindibilidade para a adequada execução contratual.

- i) Destaca-se que a exigência guarda pertinência com o objeto e não impõe restrição indevida à competitividade, limitando-se à comprovação de experiência em serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade.

11.5.5. Capacidade Técnica-Profissional:

11.5.5.1. Comprovante de que possui em seu quadro de responsáveis técnicos 01 (um) engenheiro com especialização ou habilitação nas áreas de Engenharia Biomédica ou Engenharia Clínica devidamente registrado no CREA, com experiência em Engenharia Clínica, por período não inferior a 03 (três) anos, detentor de 01 (um) ou mais Atestado(s) de Responsabilidade Técnica (ART), que comprove ter executado serviços descritos no objeto desta contratação. A comprovação dar-se-á da seguinte forma:

- a) Comprovação da formação se dará através de uma cópia do diploma(s) fornecido(s) por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, devidamente registrado(s) no CREA, e de um atestado de responsabilidade técnica comprovado por meio de apresentação da Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida também pelo CREA, por execução de serviço de características descritas no objeto desta contratação.
- b) A comprovação se dará pela soma dos períodos registrados em Contrato (s) de Trabalho. O tempo de experiência será contado a partir da data de formação em curso, somando-se os períodos registrados em Contrato (s) de Trabalho. Assim, deverão ser apresentadas as cópias dos diplomas dos cursos de formação e do (s) contrato (s) de trabalho — cuja vigência deverá totalizar, no mínimo, o período de experiência exigido.
- c) A comprovação do quadro de responsáveis técnicos se dará através da Certidão de Registro emitida pelo CREA.
- d) Os profissionais indicados pela CONTRATADA, para fins de comprovação técnico-operacional, deverão ter vínculo com a empresa, durante a execução do objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela CONTRATANTE.
- e) Para comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante, deve-se admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), cópia do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, cópia do contrato de trabalho ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

11.5.5.1.1. Justificativa quanto à exigência de experiência mínima de 03 (três) anos para o Responsável Técnico:

- a) A exigência de experiência profissional mínima de 03 (três) anos para o Responsável Técnico justifica-se em razão do elevado grau de responsabilidade técnica, sanitária e operacional inerente à função no âmbito da engenharia clínica hospitalar.
- b) O Responsável Técnico atuará na supervisão e validação das atividades de manutenção preventiva e corretiva, calibração e testes de segurança em equipamentos médico-hospitalares de média e alta complexidade, inclusive aqueles classificados como críticos ou de suporte à vida, cuja falha pode gerar risco direto à segurança do paciente e à continuidade dos serviços assistenciais.
- c) Compete ainda ao Responsável Técnico assegurar o cumprimento das normas regulatórias aplicáveis, a rastreabilidade das intervenções realizadas, a conformidade metrológica quando aplicável e a adequada gestão do parque tecnológico hospitalar.
- d) A experiência mínima de três anos revela maturidade profissional e vivência prática suficientes para atuação em ambiente hospitalar de elevada criticidade, sendo requisito proporcional e necessário para mitigar riscos assistenciais e garantir a adequada execução contratual.
- e) O prazo estabelecido não se vincula à duração do contrato, mas à qualificação técnica individual indispensável ao exercício da responsabilidade técnica da contratação, observando os princípios da razoabilidade e da eficiência administrativa.

11.5.5.2. Declaração da licitante, assinada pelo Representante Legal da empresa, de que apresentará, no ato da assinatura do Contrato, os documentos que comprovem a escolaridade, a formação e a experiência mínima de cada profissional, exigidas neste Termo de Referência e seus Apêndices.

11.5.5.3. Declaração expressa, sob as penalidades cabíveis, de que durante a vigência do contrato, a empresa ou qualquer de seus sócios e responsáveis técnicos perante o CREA não representam, comercializam ou têm qualquer relação de exclusividade comercial com fabricantes, distribuidores ou fornecedores de equipamentos médico-assistenciais, visando oferecer total isenção nos serviços a serem contratados.

12. INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO

12.1. O valor estimado do procedimento licitatório será mantido em sigilo, nos termos do art. 34 da Lei nº

13. GARANTIA DA EXECUÇÃO (DO CONTRATO)

13.1. Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 185 do RCC 3.0, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

13.1.1. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do orçamento estimado, equivalente à diferença entre esse último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas, nos termos do art. 185, § 6º do RCC 3.0.

13.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

13.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

13.2.2. Caso a adjudicatária não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

13.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

13.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

13.2.5. Caso a adjudicatária não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou fiança bancária.

13.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

13.4. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

13.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

13.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

13.5.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Ebserh à CONTRATADA; e

13.5.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.

13.6. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência da CONTRATADA.

13.6.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

13.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

13.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Ebserh, a CONTRATADA ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Ebserh.

13.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.

13.10. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

13.10.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

13.10.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua

caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662/ 2022.

13.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

13.11.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

13.11.2. A Ebserh deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

13.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Ebserh e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

13.12.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

13.12.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

13.12.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

13.13. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

13.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

13.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

14. GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO

14.1. A Contratada deverá, às suas expensas, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, os serviços executados que apresentem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução, conforme determinado pela fiscalização. A HU-UFMA/EBSERH poderá exigir a reexecução dos serviços sem qualquer ônus adicional, observadas as disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

15. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA

15.1. Nos termos do art. 7º, incisos I a VII, e do art. 256 do RCC v 3.0, esta contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, conforme detalhado a seguir:

15.1.1. Sustentabilidade Ambiental

15.1.1.1. A contratada deverá adotar, sempre que aplicável, as seguintes medidas:

- a) Utilização de produtos de limpeza e conservação em conformidade com as especificações da ANVISA;
- b) Adoção de práticas para evitar o desperdício de água tratada;
- c) Observância dos limites de emissão sonora em equipamentos, conforme Resolução CONAMA nº 20/1994;
- d) Fornecimento obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos empregados envolvidos na execução dos serviços;
- e) Realização de programa interno de treinamento, nos três primeiros meses da execução contratual, com foco na redução do consumo de energia, água e geração de resíduos sólidos;
- f) Separação e destinação de resíduos recicláveis, preferencialmente às associações e cooperativas de catadores, conforme IN/MARE nº 6/1995 e Decreto nº 5.940/2006;
- g) Observância das NBRs pertinentes sobre gestão de resíduos sólidos;
- h) Destinação ambientalmente adequada de pilhas e baterias usadas, conforme Resolução CONAMA nº 257/1999.
- i) A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental de acordo com o que

15.1.2. **Sustentabilidade Social**

15.1.2.1. A contratada deverá:

- a) Comprovar regularidade trabalhista e previdenciária, vedando qualquer forma de trabalho infantil, forçado ou degradante;
- b) Adotar práticas de responsabilidade social, fomentando a inclusão de pessoas com deficiência ou em situação de vulnerabilidade em seus quadros funcionais, sempre que possível;
- c) Observar normas de segurança, saúde ocupacional e respeito aos direitos sociais dos trabalhadores envolvidos.

15.1.3. **Sustentabilidade Econômica**

15.1.3.1. A contratação será pautada também por critérios de sustentabilidade econômica, compreendidos como:

- a) Preferência por bens e insumos de maior durabilidade, qualidade técnica e compatibilidade com os equipamentos existentes;
- b) Adoção de práticas que promovam a racionalização de custos ao longo do ciclo de vida dos bens e serviços;
- c) Valorização de soluções que, mesmo não sendo as de menor preço unitário, garantam menor custo total de operação, manutenção e descarte ao longo do tempo.

15.2. **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**

15.2.1. A proponente deverá encaminhar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, contendo dentre outras informações, a razão social, CNPJ, endereço, telefone, assinatura do representante da empresa, que ateste e esteja ciente de sua responsabilidade ambiental, adotando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os eventuais impactos resultantes da atividade e que atenda a todos os requisitos da legislação existente sobre sustentabilidade ambiental, conforme o **APÊNDICE XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL** deste Termo de Referência.

16. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes desta contratação encontram-se programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral da União para o exercício de 2026, conforme discriminação abaixo:

UG/Gestão: 155010/26443

Fonte: 1001A004QX

Plano de Trabalho: 234188

ND: 33.90.39.17

PI: EGM60000000

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. **DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO**

17.1. **Da Subcontratação**

17.1.1. Será admitida a subcontratação parcial de serviços, **quando estes forem especializados**, observadas todas as exigências previstas no instrumento convocatório, sem prejuízo das responsabilidades legais e contratuais da **CONTRATADA**, a quem caberá transmitir à(s) **SUBCONTRATADA(s)** todos os elementos necessários à perfeita execução dos serviços nos termos contratuais, bem como fiscalizar sua execução. Como exemplo, a validação de autoclaves e qualificação de redes frigoríficas poderão ser subcontratados, dentre outros.

17.1.2. Na execução do objeto contratual, a **CONTRATADA** poderá subcontratar a execução dos serviços especializados, desde que a **SUBCONTRATADA** atenda aos requisitos de habilitação técnica constantes deste Termo de Referência, sem que haja qualquer aceitação de transferência de responsabilidade.

17.1.3. A autorização de qualquer subcontratação estará condicionada ao exame e à aprovação, pela **CONTRATANTE**, das exigências constantes do contrato, do edital e de seus anexos, em relação à documentação exigida dos subcontratados. A **CONTRATANTE** analisará, caso a caso, as empresas e profissionais indicados pela **CONTRATADA** para executar serviços mediante subcontratação e manifestar-se-á, por escrito, quanto à possibilidade de aprovação de tais subcontratações. Eventuais recusas serão devidamente justificadas pela **CONTRATANTE**.

17.1.4. Qualquer atraso ocorrido em relação aos serviços, decorrente da apresentação fora do prazo, ou de

forma incorreta, da documentação dos subcontratados pela **CONTRATADA**, que acarretem prejuízos ao prazo de execução do objeto, será de responsabilidade da **CONTRATADA**, cabendo a penalidade aplicável, nos termos do contrato.

17.1.5. Durante o período da subcontratação, a(s) **SUBCONTRATADA(s)** deverá(ão) manter vigentes as condições iniciais de regularidade técnica, fiscal e jurídica.

17.1.6. A substituição pela **CONTRATADA** do(s) eventual(ais) subcontratado(s), já anteriormente aprovado(s) e autorizado(s), dependerá da prévia anuência escrita da **CONTRATANTE**, devendo o(s) substituto(s) apresentar(em) as mesmas condições técnicas e legais estabelecidas no Edital e seus anexos.

17.1.7. A **CONTRATADA** deverá incluir, em todos os contratos que vier a celebrar com os subcontratados, dispositivo que permita à Administração exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual, bem como cláusula que vede à **SUBCONTRATADA** repassar o objeto subcontratado a outra empresa.

17.2. **Do consórcio**

17.2.1. Não será aceito o consórcio, tendo em vista que o consórcio somente se demonstra adequado quando não há empresas isoladas capazes de atender as exigências editalícias. Isto pois, as coligações despersonalizadas ocorrem quando cada consorciado, por razão técnica ou econômica, não detém capacidade individual de fornecer o objeto licitado.

17.2.2. A participação ou vedação de consórcio é resultado de um processo de avaliação do levantamento da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado. No presente caso, a equipe de planejamento visualizou que há diversas empresas singulares capazes de atender o edital, portanto, possibilitar a participação de empresas consorciadas acarretaria na diminuição da competitividade e impossibilitaria na contratação de proposta mais vantajosa possível para a Administração Pública.

18. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

19. **MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

19.1. A matriz de riscos da contratação está contida no APÊNDICE VI - MATRIZ DE RISCOS.

20. **CONTA-DEPÓSITO VINCULADA**

20.1. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da Contratada, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

20.2. Os custos estimados das tarifas bancárias são de responsabilidade da Contratada, podendo ser contemplados na proposta do interessado e devendo ser debitados dos valores depositados.

20.3. A futura Contratada deve autorizar a Ebserh, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

20.3.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Ebserh (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

20.4. A Contratada autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do Anexo VII-B da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017.

20.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

20.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;

20.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;

20.5.3. Multa sobre o FGTS; e

20.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

20.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017.

20.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Ebserh e a instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

20.8. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

20.9. A Contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

20.9.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Ebserh, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

20.10. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

20.11. A Contratada deverá apresentar à Ebserh, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

20.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017.

20.13. A autorização formal da Contratada para a criação e operacionalização da Conta-Depósito Vinculada será materializada por meio do APÊNDICE XII, que integra o presente Termo de Referência, devendo ser devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da empresa no momento da formalização da contratação, em consonância com a Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

20.14. Justifica-se a escolha da Conta Vinculada ao invés do Pagamento pelo Fato Gerador pelas seguintes razões:

20.14.1. Na análise comparativa do custo-benefício da utilização destas duas ferramentas, quais sejam, Conta Vinculada ou Pagamento pelo Fato Gerador, há que se considerar a dificuldade de controle, sem sistema informatizado capaz de identificar o quanto é pago para cada colaborador em caso de demissão. Nesta lógica, considerando a realidade do HU-UFMA, no que tange à organização interna de suas atividades-meio, aquelas incumbidas de operacionalizar tais ferramentas, a utilização da Conta-Depósito Vinculada torna-se, no momento, mais viável. Para comprovar tal afirmação, compete-nos ressaltar que, diferentemente do pagamento pelo Fato Gerador, a HU-UFMA conta, atualmente, com um processo de trabalho, referente à operacionalização da Conta Vinculada, minuciosamente detalhado e publicado no Caderno de Processos da instituição, inclusive com planilha automatizada para cálculos. Tal nível de organização e estrutura desta atividade confere à HU-UFMA celeridade, eficiência e segurança jurídica na fase de gestão contratual, notadamente na garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas em contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. Para evitar consequências indesejadas na fase de gestão dos contratos, sob o ponto de vista operacional e jurídico, considerando que a discricionariedade da norma é decidir por um dos dois procedimentos, tal qual apresente a melhor relação custo-benefício, a equipe de planejamento optou pela Conta Vinculada, tendo em vista as razões explicitadas.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento de Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração Pública, bem como integra o processo administrativo e tem os anexos abaixo como parte integrante:

22. APÊNDICES

22.1. Os seguintes apêndices integram este Termo de Referência:

- **APÊNDICE I** - RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO HU-UFMA
- **APÊNDICE II** - MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE VISTORIA
- **APÊNDICE III** - MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISTORIA
- **APÊNDICE IV** - MODELO DE PROPOSTA
- **APÊNDICE V** - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO **(A)** OU MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO POR AUSÊNCIA DE ESCRITÓRIO **(B)**
- **APÊNDICE VI** - MATRIZ DE RISCOS

- **APÊNDICE VII** - RELAÇÃO DE FERRAMENTAS E ANALISADORES
- **APÊNDICE VIII** - RELAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO - REFERENCIAL BÁSICO
- **APÊNDICE IX** - RELAÇÃO DE UNIFORMES E EPIS
- **APÊNDICE X** - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS
- **APÊNDICE XI** - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
- **APÊNDICE XII** - AUTORIZAÇÃO PARA CRIAÇÃO DE CONTA VINCULADA

23. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

23.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela equipe de planejamento instituída pela Portaria SEI nº 79/2024 para a contratação de empresa especializada em serviços técnicos no ramo de engenharia clínica, para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva (incluindo a substituição de peças), calibração, treinamento de operadores, elaboração de especificações, pareceres e laudos técnicos, além de consultorias no auxílio ao gerenciamento de equipamentos médico-assistenciais do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - HU-UFMA e seus anexos, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, bem como com o interesse e a conveniência da Administração, integrando este processo.

23.2. A aprovação e autorização deste Termo de Referência estão em conformidade com a Delegação de Competência aos Membros Natos do Colegiado Executivo, dentre os quais o Gerente Administrativo, conforme estabelecido na 298ª Reunião do Colegiado Executivo do HU-UFMA, registrada na Ata - SEI nº 46/2021/CE/HU-UFMA-EBSERH (lavrada na forma de sumário, conforme artigo 53 do Estatuto Social da Ebserh).

(Assinado eletronicamente)

VICTOR MARINHO SOUSA
Analista Administrativo - Administração
Coordenador da EPC

(Assinado eletronicamente)

DEMÓSTENES PINTO SANTOS
Engenheiro Clínico
Membro da EPC

(Assinado eletronicamente)

JOÃO INÁCIO NUNES DE MORAES
Engenheiro Clínico
Membro da EPC

(Assinado eletronicamente)

MARCIO DE ARAÚJO SANTOS
Engenheiro Clínico
Membro da EPC

(Assinado eletronicamente)

SAMUEL MARQUES DA COSTA FILHO
Analista Administrativo - Contabilidade
Membro da EPC

(Assinado eletronicamente)

RODRIGO SARAIVA FONSECA
Assistente Administrativo
Membro da EPC

1. De acordo.
2. Diante da necessidade exposta e da manifestação da área técnica, a referida contratação representa um apoio relevante para a manutenção da infraestrutura necessária para garantir a prestação de serviços ofertados pelo HU-UFMA.
3. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos, bem como a metodologia utilizada na definição dos referenciais de preço desta contratação.
4. Encaminhe-se ao Setor de Administração/DAF/GAD/HU-UFMA para continuidade da instrução processual.

(assinado eletronicamente)

EURICO SANTOS NETO
Gerente Administrativo
HU-UFMA/MEC-EBSERH



Documento assinado eletronicamente por **Victor Marinho Sousa, Analista Administrativo**, em 24/03/2026, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcio de Araujo Santos, Engenheiro(a) Clínico(a)**, em 24/03/2026, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Demostenes Pinto Santos, Chefe de Setor**, em 24/03/2026, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Saraiva Fonseca, Assistente Administrativo**, em 24/03/2026, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Inacio Nunes de Moraes, Engenheiro(a) Clínico(a)**, em 24/03/2026, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Santos Neto, Gerente**, em 25/03/2026, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **58673275** e o código CRC **4DD337B7**.

Referência: Processo nº 23523.024052/2024-53 SEI nº 58673275